Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Elizabeth Santos de Carvalho

Revista Americana:
caminhos e descaminhos de um projeto cultural para o continente

Rio de Janeiro

2011

Elizabeth Santos de Carvalho

Revista Americana:
caminhos e descaminhos de um projeto cultural para o continente

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Profª. Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

C331 Carvalho, Elizabeth Santos de.
Revista americana: caminhos e descaminhos de um projeto cultural para o continente/ Elizabeth Santos de Carvalho. – 2011.
109 f.

Orientadora: Lucia Maria Paschoal Guimarães.
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Periódicos brasileiros – História – Teses. 2. Relações internacionais e cultura – Teses. I. Guimarães, Lucia Maria Paschoal. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 981(05)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

Elizabeth Santos de Carvalho

Revista Americana:

caminhos e descaminhos de um projeto cultural para o continente

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 3 de novembro de 2011.

Banca Examinadora:

_____

Profª. Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães (Orientadora)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Profª. Dra.Tânia Maria Bessone

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Prof. Dr. Fernando Luiz Vale Castro

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ

Rio de Janeiro

2011

DEDICATÓRIA

Aos meus pais pelo amor incondicional,
e aos amigos pelo apoio absoluto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a Professora Lucia Guimarães pela sua orientação sempre tão precisa e pelo carinho de seus conselhos que têm direcionado meus caminhos desde a graduação.

Agradeço a minha mãe, Sônia Carvalho, por cada palavra de apoio, pela motivação, por estar sempre ao meu lado e principalmente por não me deixar desistir.

Agradeço aos meus amigos, especialmente ao Carlos, Marcelly e Mariana, por atravessarem os momentos mais turbulentos comigo, pela contribuição aos meus estudos e por entenderem a minha ausência.

RESUMO

CARVALHO, Elizabeth Santos de. **Revista Americana**: caminhos e descaminhos de um projeto cultural para o continente. 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

O presente trabalho contempla o projeto da *Revista Americana*, publicada entre 1909 e 1919, idealizado pelo Barão do Rio Branco e realizado por seu pupilo Arthur Guimarães de Araújo Jorge. Verificaremos a coleção da *Revista*, sob a perspectiva das revistas culturais e políticas característica do início do século XX, que se constituíam veículos de divulgação de cultura, idéias e doutrinas. A análise do objeto consiste em ponderar o comprometimento com o projeto inicial avaliando as transformações sofridas ao longo dos dez anos que esteve em circulação. Para além do conteúdo do periódico, este estudo busca revelar a rede de sociabilidade envolvida com a publicação, que passava pelos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Letras e do Ministério das Relações Exteriores.

Palavras-Chave: Revista Americana. Barão do Rio Branco. Diplomacia. Intelectuais. Política externa brasileira.

ABSTRACT

This work contemplates the design of the *Revista Americana*, published between 1909and 1919, designed by the Baron of Rio Branco and directed by his pupil ArthurJorge Guimarães de Araújo. We will check the collection of the Journal, from the perspective of cultural and political magazines feature of the early twentieth century, which were vehicles for the dissemination of culture, ideas and doctrines. Theanalysis of the object is to consider the initial commitment to the project evaluatingthe transformations undergone over the ten years he was outstanding. In addition to the content of the journal, this study seeks to reveal the network of sociability involved with the publication, which passed by the membership of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, the Academia Brasileira de Letras and the Ministry of Foreign Affairs.

Key-words: Brazilian foreign affairs. Barão do Rio Branco. Diplomacy. Intellectual. Revista Americana.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Carta de Rodrigo de Araújo Jorge ao Barão do Rio Branco. Maceió, 10 de julho de 1905. (AHI, Coleção Barão do Rio Branco).....36
Figura 2 - Revista Americana, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, out. 1909.....47
Figura 3 - Revista Americana, Rio de Janeiro, ano 5, n. 1, jun. 1915.....78
Figura 4 - Suplemento Ilustrativo nº 1, 1 de junho de 1915.....85
Figura 5 - Suplemento Ilustrativo nº 1, 1 de junho de 1915.....86
Figura 6 - Culto Cívico - Legendas das fotografias: "O presidente da República e altas autoridades militares junto a estatua de/Osório"; "Um grupo de veteranos do Paraguai".....87
Figura 7 - Suplemento Ilustrativo nº 1, 1 de junho de 1915.....88
Figura 8 - Suplemento Ilustrativo nº 1, 1 de junho de 1915.....91
Figura 9 - Suplemento Ilustrativo nº 1 de 1º de junho de 1915. "A entrega da bandeira de guerra do novo e poderoso dreadnought italiano 'Conde ti Cavour".....92
Figura 10 - Suplemento Ilustrativo nº 2 de 30 de junho de 1915. "S. M. o Rei da Itália e o Príncipe de Piemonte".....93
Figura 11 - Suplemento Ilustrativo nº 3 de 15 de julho de 1915. "O Marechal French – o comandante superior das forças britânicas em operação no continente europeu".....93
Figura 12 - Suplemento Ilustrativo nº 4 de 1 de agosto de 1915. "J. Joffre" (assinatura).....94
Figura 13 - Revista Americana, Rio de Janeiro, n. 1, 1 jun. de 1915.....95
Figura 14 - Revista Americana, Rio de Janeiro, n. 3, 15 de jul. 1915.....95
Figura 15 - Editorial da revista de out 1916.....97
Figura 16 - Capa da revista de out 1916.....97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Revista Americana: categoria dos artigos..... 60
Tabela 2 - Colaboradores – 1ª fase.....61
Tabela 3 - Tabela dos Colaboradores de 1915.....79
Tabela 4 - Colaboradores – 3ª fase.....98

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	**O BARÃO E SEU FIEL ESCUDEIRO, TRAJETÓRIAS QUE SE CRUZAM**	14
1.1	**O Barão do Rio Branco, o idealizador**	14
1.2	**A caminho do Itamaraty**	24
1.3	**Araújo Jorge, o fundador**	33
2	**SOB AS VISTAS DO BARÃO**	44
2.1	**A *Revista Americana*: um traço de união entre os intelectuais do continente**	44
2.2	**Continuidades e mutações: fases da Revista Americana**	48
2.3	**Número de estreia: outubro de 1909**	49
2.4	**Uma revista de Ciências, Artes, Letras, Política, Filosofia, História e Religiões**	58
2.5	**Número especial abril 1913**	65
3	**DESAFIOS E NOVOS CAMINHOS (1915-1919)**	72
3.1	**O Suplemento Ilustrativo: uma pitada de mundanismo**	83
3.2	**Os desafios de 1916-1919**	96
4	**CONCLUSÃO**	103
	REFERÊNCIAS	105

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a *Revista Americana*, publicada entre os anos de 1909 e 1919, sob a perspectiva das revistas culturais e políticas características do início do século XX, que se constituíam veículos de divulgação de cultura, ideias e doutrinas.[1]

Consideramos o projeto e a trajetória da publicação, vinculados ao Ministério das Relações Exteriores, que ao longo dos anos de 1902 a 1912, estava sob a liderança do Barão do Rio Branco. Um monarquista, filho de um dos grandes estadistas do Império, conquistou status de herói nacional em governo republicano e foi reconhecido pelo seu cosmopolitismo.

A condução da política externa na gestão de Rio Branco permite identificar elementos que justificam a criação da *Revista Americana*, daqui por diante denominada apenas *Americana*. Enquanto um periódico de divulgação da cultura dos países sul americanos buscava a construção de um ideal americanista, elementos comuns entre essas nações que a reconhecem como parte de um todo para sua atuação conjunta no sistema internacional.

Nesse sentido é elucidativa a defesa de Fernando Luis Vale Castro, que estabelece a relação da *Americana* com o conceito posteriormente definido de *Diplomacia Cultural*, o qual se apresenta como "um instrumento, uma estratégia de difusão de aspectos culturais de uma nação no exterior associada à divulgação interna de culturas estrangeiras"[2].

Observa-se a possibilidade de utilização de projetos culturais como estratégia política. Desse modo analisaremos as edições da *Americana*, considerando o contexto político em que foi criada, e a cultura política em que se inseria. Conceitua-se cultura política "como instrumental analítico para pesquisar as crenças, os valores e identidades dos diferentes grupos existentes na sociedade"[3], como reveladora do *ethos* e gênero da nação[4]. É importante examinar o comportamento político de uma época, tendo como referência os valores culturais que estão impregnados nas tomadas de decisões.

Essas revistas reúnem indivíduos em torno de interesses comuns, os quais compartilham as mesmas idéias, crenças e opiniões. Configuram um meio de polarização temática e conceitual no qual se afirmaram, inclusive, dinâmicas cívicas e políticas

---

[1] ANDRADE, Luis Crespo de. Introdução: Quatro notas breves. In: REIS, Antônio et al. *Revistas, idéias e doutrinas*: leituras do pensamento contemporaneo. Lisboa: Livros horizonte, 2003.

[2] CASTRO. Fernando Luiz Vale. Uma revista para pensar o continente americano. *Revista Espaço Acadêmico*, ano 7, n. 86, p. 2.

[3] BORBA, Juliana. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública* v.11, n.1 Campinas Mar. 2005.

[4] RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 450.

empenhadas e combativas.[5] Essas publicações constituíram-se divulgadoras de novas concepções, novas perspectivas de abordagem, ofereciam uma maneira inovadora de ver o mundo. Em muitos casos, observamos como o objetivo dessas revistas, transformar representações comuns em correntes de opinião.

Pretendemos demonstrar como o projeto da *Americana* estava em consonância com a tendência europeia de disseminação de ideias e de doutrinas através de revistas culturais e políticas.[6] De tal forma que esta publicação tem sido objeto de trabalhos que privilegiam a sua contribuição ao campo das Letras. O mais recente caso é o livro *Anotaçôes de Poesia no Centenário da Revista Americana (1909 – 1919),* de Fontes de Alencar, publicado em comemoração aos cem anos da Revista em 2010.[7]

Realizando um estudo da política externa brasileira àquela época pretendemos apresentar o contexto ao qual a *Americana* pertencia. Tendo sido idealizada durante a gestão do no Barão do Rio Branco, quando este constituía a figura mais popular da República do Brasil, e dirigida por um dos homens de sua confiança. Araújo Jorge conduziu o projeto lidando com a tensão de ser esta uma publicação de representação do corpo doutrinário do Ministério e ao mesmo tempo ser um espaço de debate intelectual.

A apresentação da temática em torno da *Americana* demonstra claramente a importância da figura de Rio Branco para a realização deste projeto e a definição dos elementos que permitiram a continuidade da publicação depois de sua morte. É neste ponto que as trajetórias de vida do Barão e de Araújo Jorge se cruzam. O perfil intelectual de Juca Paranhos e sua longa estadia no exterior permitiram que tivesse contato com esse tipo de periódico. Dessa experiência agregou informações relevantes que auxiliaram a idealização da referida publicação.

Ao longo dos anos, a *Americana,* passou por inúmeras interrupções e por sensíveis alterações, desde o formato até o conteúdo. Para analisar a coleção da revista, estabelecemos três fases relacionadas à sua circulação. A primeira fase, entre 1909 e 1913, abarca desde o lançamento até dezembro de 1913. Passado um ano e meio ela retornou em junho de 1915, como periódico quinzenal acompanhada de um *Suplemento Ilustrativo*[8]. No entanto, só foram

---

[5] ANDRADE, op. cit., p.11-13

[6] ANDRADE, 2003.

[7] ALENCAR, Fontes de. *Anotaçôes de Poesia no Centenário da Revista Americana (1909 – 1919).* Rio de Janeiro: Thesauros, 2010.

[8] Na Capa dos *Suplementos Ilustrativos* encontra-se a seguinte frase “De tudo... de todos... para todos...”.

publicados quatro números nesse momento. A terceira fase da revista inclui os números editados entre 1916 e 1919, ano em que se encerra sua trajetória.

Para alcançar tais objetivos utilizamos como método a pesquisa qualitativa com coleta de dados da *Americana*, cuja consulta foi realizada na Coordenadoria de Publicações Seriadas da Fundação Biblioteca Nacional, instituição que detêm sua coleção completa. Essa etapa consistiu em recolher e analisar dados referentes a cada um dos números da revista. Nesse sentido desenvolvemos dois bancos de dados: um sobre todos os artigos publicados[9]; e outro sobre os colaboradores da *Americana*. Os dois instrumentos reúnem as informações mais relevantes sobre nosso objeto de estudo.

Embora a revista tratasse de temas das relações internacionais, e contenha textos doutrinários oferecia aos seus leitores um número expressivo de artigos em torno de assuntos diversos. Desta maneira, a partir do mapeamento do que se discutia na *Americana* e das profundas transformações pelas quais passou no decurso dos dez anos de sua publicação, justificamos nossa abordagem, centrando nossos objetivos nas premissas da política e da cultura.

Os intelectuais, que circulavam no Itamaraty e que vieram a colaborar com a revista, estavam em consonância com as diretrizes definidas por Rio Branco. A *Americana* constituía um espaço de debate intelectual que valorizava a diplomacia como condutora de um processo de aproximação cultural, o qual deveria sedimentar a posição do Brasil e dos seus vizinhos sul americanos no sistema internacional.

Dessa forma podemos observar que artigos de diversas personalidades do Brasil e de outros países das Américas figuravam nas páginas da revista. Nesse sentido, além de analisar a coleção da *Americana*, sob a perspectiva das revistas culturais e políticas, objetivamos revelar a rede de sociabilidade envolvida com a publicação, que passava pelos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Letras e do próprio Ministério das Relações Exteriores.

Nosso trabalho estrutura-se em três capítulos os quais foram construídos de acordo com os objetivos supramencionados, desta forma, o Capítulo 1 - *O Barão e seu fiel escudeiro* – aborda as trajetórias de vida do Barão do Rio Branco e de Araújo Jorge trazendo para primeiro plano o perfil intelectual de cada um deles. Com isso pretendemos demonstrar como se estabeleceu o vínculo entre o mentor e seu pupilo, conduzindo assim a reflexão acerca da escolha do jovem secretário como realizador do projeto idealizado pelo chanceler.

---

[9] Foram estabelecidos metadados para a elaboração do banco de dados, a saber: *Título*, *Autor*, *Idioma*, *Resumo*, *Palavra-chave*, *Referência* e *Observação*.

A partir das histórias de vida que se cruzam apresentaremos o contexto, tanto nacional quanto internacional, no qual a *Americana* se insere, analisando os fatores que propiciaram sua publicação. Por fim, utilizaremos as referidas biografias como chave de compreensão do grupo ao qual pertencem, destacando os espaços que circulavam que estavam fortemente identificados com a produção intelectual brasileira.

No capítulo seguinte, *Sob a inspeção do Barão*, trabalharemos, analiticamente, as tabelas elaboradas a partir dos artigos publicados na revista entre 1909 e 1913, guiando-nos pelo objetivo de demonstrar a tensão de ser a *Americana* um instrumento divulgador das ideias desenvolvidas pelo Itamaraty e na mesma medida um ambiente de debate intelectual. Paralelamente, nos dedicaremos à planilha dos colaboradores. Deste modo, pretendemos demonstrar as interseções entre estes, o Barão e os espaços nos quais circulavam, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Brasileira de Letras, o Ministério das Relações Exteriores e as redações dos principais jornais da época. Em seguida nos dedicaremos a elucidar as questões que justificam as interrupções da publicação ao longo desses quatro anos e ao final da primeira fase.

Desafios e novos caminhos, é o título do terceiro capítulo, no qual examinaremos os volumes publicados em 1915 acompanhados pelo *Suplemento Ilustrativo* e a retomada do modelo primitivo através dos números editados de 1916 a 1919. Primeiramente nos deteremos nas transformações sofridas pela *Americana* considerando os aspectos gráficos, os temas, as categorias dos textos e os colaboradores.

Para além dos elementos descritos buscaremos nos editoriais as explicações para tais mudanças assim como pretendemos assinalar as alterações da direção da publicação. Neste momento nos aprofundaremos na análise dos assuntos que estreiam nas páginas da revista, relacionados à proposta apresentada pelos seus responsáveis e por fim delineando os contornos assumidos pelo periódico. Em seguida trabalharemos o contexto nacional e internacional para compreendermos os motivos que tiraram a *Americana* de circulação ainda em 1915 e como foi possível retornar em 1916. Sobre a última fase do periódico, utilizaremos o mesmo método de análise para observarmos a tentativa de se retomar os princípios norteadores do projeto elaborado pelo Barão em 1909. Desta maneira, reunindo os dados das fases anteriores delinearemos o percurso da publicação, e considerando seus objetivos declarados, analisaremos em que medida corresponderam ao conteúdo presente nas páginas da *Americana*.

1 O BARÃO E SEU FIEL ESCUDEIRO, TRAJETÓRIAS QUE SE CRUZAM

1.1 O Barão do Rio Branco, o idealizador

Herdeiro de um nome que o precedia, José Maria da Silva Paranhos Junior, precisou mais do que um sobrenome para conseguir sua primeira nomeação para o quadro do Itamaraty. De cônsul em Liverpool passou a defensor das questões de fronteiras brasileiras já com o título de Barão do Rio Branco chegando a alcançar o posto máximo da carreira diplomática como ministro das Relações Exteriores. Em defesa dos interesses nacionais, acima de suas convicções monarquistas, conduziu o Ministério por dez anos tornando-se a figura mais popular da república.

Sua história de vida e seu percurso político nos interessam porque fornecem dados relevantes para compreendermos a política externa brasileira formulada na sua administração, as alterações na constituição do corpo diplomático e o meio social ao qual pertencia. Desta forma revelam-se as circunstâncias que permitiram a um monarquista ocupar um ministério do governo republicano.

O jovem Paranhos, ou como era chamado na sua mocidade, Juca Paranhos, filho de um grande estadista do Império, o visconde do Rio Branco, seguia o mesmo caminho percorrido pelos membros dessa elite política. Depois de freqüentar o Colégio de Pedro II seguiu para Faculdade de Direito de São Paulo, concluindo sua formação em Recife. A mudança pode ser explicada tanto pela preocupação de seu pai em afastá-lo da vida boêmia que prejudicava sua imagem, quanto pela acolhida oferecida por amigos do visconde vinculados àquela Faculdade de Direito.

Desde os tempos de estudante revelou sua aptidão para a escrita histórica, a erudição seria uma característica marcante de sua personalidade. Em 1861 estreou com a biografia de Barroso Pereira[10], comandante da fragata *Imperatiz* que esteve envolvida numa batalha em 1826 na região do Prata, demonstrando assim o interesse, que só aumentaria ao longo dos anos, em torno dos conflitos desta região.

Suas investigações levaram a publicação, no órgão estudantil *Revista Mensal do Instituto Científico*, de uma série de artigos intitulada “Episódios da Guerra do Prata (1825-

[10] REVISTA POPULAR. São Paulo, t.13, p. 206-212, jan./mar. 1862.
RIO BRANCO, Barão do. *Biografias*. Rio de Janeiro: MRE, 1947. (Obras Completas; v. 7)

1828) – Apontamentos históricos” [11], a qual preferiu assinar com o pseudônimo X – prática a que recorreu diversas vezes para externar suas opiniões em jornais da época. Em 1865 a experiência de vida de outro personagem político que despertara sua atenção mereceu uma produção biográfica, o “Esboço biográfico do General José de Abreu, Barão do Serro Largo”. Neste estudo não se deteve a atuação de seu personagem no campo de batalha das guerras platinas, estendeu sua análise sobre toda questão que envolvia a região do Prata.

Trabalho de reconhecido rigor de pesquisa, pela minúcia com as fontes e pela crítica contundente às imprecisões dos estudos anteriores de Varnhagem e de Pereira Silva, foi oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) por Joaquim Manuel de Macedo em 1866. Na mesma sessão o nome de Paranhos Junior fora indicado como sócio correspondente desta instituição.

No ano seguinte a sugestão de Manuel Ferreira Lagos e do romancista anteriormente mencionado, Joaquim Manuel de Macedo, foi aprovado seu ingresso na Casa. Com apenas 22 anos o futuro Barão do Rio Branco foi admitido como sócio correspondente do IHGB, Agostinho Marques de Perdigão Malheiro encarregou-se de fazer menção às contribuições do novo membro à produção historiográfica ressaltando, acerca do texto sobre o Barão do Serro Largo, que “[...] a investigação histórica e a crítica presidiram a esse trabalho onde se tiram a limpo alguns pontos duvidosos e outros mal apreciados ou não investigados”.[12]

Embora Paranhos Junior residisse na Corte em 1867, ingressou no Instituto como sócio correspondente[13] tendo em vista que esta categoria era a única na qual se enquadrava. As exigências não permitiam que fosse indicado a sócio honorário, e não havia disponibilidade de vaga como sócio efetivo, logo a designação como correspondente era a única alternativa viável naquele momento. Questão que mereceu menção de Tavares Lyra que assim a justificou “[...] o recurso foi admiti-lo como correspondente, de acordo com uma disposição estatutária assim redigida: ‘estando completo o número de sócios efetivos, será o candidato admitido na qualidade de sócio correspondente’”.

---

[11] REVISTA MENSAL DO INSTITUTO CIENTÍFICO: órgão da Faculdade de Direito de São Paulo, 2ª série, ano 2, n. 5, jun. 1864.
REVISTA MENSAL DO INSTITUTO CIENTÍFICO: órgão da Faculdade de Direito de São Paulo 3ª série, ano 3, n. 1, ago. 1864.
RIO BRANCO, Barão do. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: MRE, 1948. (Obras Completas; v.8).

[12] ARAÚJO, João Hermes Pereira de. O Barão do Rio Branco e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João. (Org.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002. p. 138.

[13] À ocasião havia 50 sócios correspondentes.

Como era característico de Paranhos Junior ocupou sua cadeira discretamente lendo um capítulo de seu trabalho sobre o Barão do Serro Largo, como era costume dos novos sócios. Dessa maneira tornou-se membro do Instituto, relação que, com o passar dos anos, se aprofundaria e cumpriria uma longa trajetória. Nos quase dez anos que se seguiram antes de partir para Europa, a fim de ocupar seu posto em Liverpool, ele esteve sempre engajado nas atividades do IHGB seja nas sessões, seja contribuindo para ampliar o acervo da "Casa".

À ocasião do gabinete Visconde do Rio Branco, Juca Paranhos, juntamente com Gusmão Lobo foi o responsável pela publicação do jornal *A Nação*[14], folha "porta-voz do governo". Superados os longos debates que precederam a aprovação da Lei do Ventre Livre, projeto de seu pai, com os quais esteve profundamente ocupado, pode dedicar-se a redação do jornal, se detendo principalmente no exame das questões internacionais. Desta forma pode divulgar suas impressões assim como escritos oriundos de suas pesquisas: as primeiras notas ao estudo de Schneider sobre a Guerra do Paraguai e suas primeiras *Efemérides*.

A imprensa sempre teve lugar de destaque na sua trajetória, desde os anos de formação desenvolveu suas habilidades jornalísticas e pode ter a dimensão da importância deste veículo de comunicação. Mesmo fora do Brasil manteve seus contatos[15] com personalidades ligadas aos principais jornais da época, garantindo espaço de divulgação de suas idéias. Embora em muitos casos mantivesse sua identidade por traz de pseudônimos[16] há fortes indícios de que tenha colaborado com outras publicações além de *A Nação*, tais como *A Vida Fluminense*.[17]

No transcorrer dos anos de sua juventude, na Faculdade de Direito de São Paulo e na do Recife até a década de 1870, quando começa a aparecer, mesmo que de maneira discreta, no cenário político nacional, o jovem José Maria da Silva Paranhos Junior, mencionado por muitos como possuidor de personalidade cativante, conquistou grandes amigos que permaneceram em contato por longos anos. Nomes como o de José Carlos Rodrigues destacam-se na relação dos parceiros da faculdade que acompanharam a trajetória de Paranhos até o ministério em 1902.

Os vínculos estabelecidos na mocidade do futuro Barão do Rio Branco podem justificar relações sólidas construídas com o passar do tempo. Cumpre observar o contato com

---

[14] Embora tenha colaborado desde 1872 com o referido jornal apenas no ano seguinte assume a responsabilidade da redação em parceria com Gusmão Lobo, como observa LINS, 1945, p. 61.

[15] Ver correspondência transcrita no CADERNO DO CHDD, Brasília, DF, ano 3, n. 5, p. 91-428, 2004.

[16] O Centro de História e Documentação Diplomática, da Fundação Alexandre de Gusmão, editou em diversos números de seus Cadernos textos atribuídos ao Barão que foram publicados sob pseudônimo, os quais não constam nas Obras completas do Barão do Rio Branco.

[17] Ver estudo O BARÃO DO RIO BRANCO E A IMPRENSA. *Caderno do CHDD*, Brasília, DF,. ano 3, n.5, p. 89, 2004.

personalidades do círculo de seu pai, do qual se destacam os nomes de Duque de Caxias, Eusébio de Queiroz, Osório, Porto Alegre, Inhaúma e do Visconde Souto. Personagens de uma história recente, testemunhas que muito contribuíram com seus relatos para as anotações de Juca Paranhos. Além do já mencionado Gusmão Lobo, o Visconde de Taunay, Campos Sales, Paula Bittencourt, Rodolfo Dantas entre tantos outros nutriam amizade por ele.

Depois do pedido de demissão do Visconde do Rio Branco, apresentado ao Imperador em 1875, restava a seu filho e a Gusmão Lobo a saída compulsória da redação do jornal *A Nação*. Circunstâncias que somadas ao desgaste da imagem de Juca Paranhos na sociedade em função de sua relação com uma antiga dançarina do Alcazar, Marie Stevens, incentivaram suas pretensões de estabelecer-se fora do país. Encontrou nos amigos, Caxias e Cotegipe, apoio para pleitear um cargo diplomático que garantiria sua partida do Brasil.

Mas a campanha para que fosse nomeado cônsul de Liverpool, colocação disponível à ocasião, encontrou mais obstáculos do que haviam imaginado ter que enfrentar. Pedro II controlava de perto as indicações a cargos de representação no exterior, e a sugestão de Paranhos não foi aceita sem reservas pelo Imperador, que questionava sua conduta boemia e a relação com Marie Stevens. A confirmação de que ocuparia a vaga pretendida veio pelas mãos da Princesa Isabel, durante a viagem do Imperador em 1876.

Fixou residência em Paris junto com sua família, deslocando-se para Liverpool sempre que preciso para exercer suas funções no consulado. Na capital francesa encontrava regularmente com amigos brasileiros, mas o que o atraia na cidade e na região próxima era a possibilidade dedicar-se à pesquisa nos arquivos europeus. Manteve-se constantemente em correspondência com amigos e instituições do Brasil em função dos estudos, colaborava enviando cópias de documentos e exemplares raros para a Biblioteca Nacional e para o IHGB.

Ao longo desses anos retornou ao Brasil por poucas vezes, como por ocasião da morte de seu pai, o visconde do Rio Branco, em 1880. Poucos anos depois, quando voltou ao país para acompanhar a mudança de sua mãe, a viscondessa, recebeu o convite para ser delegado na Exposição de São Petersburgo a realizar-se no ano seguinte.

Afastado do cenário nacional e refugiado nos arquivos europeus por quase vinte anos, encontrava-se o Barão do Rio Branco, que em 1891 passara de cônsul-geral do Brasil em Liverpool[18] ao posto de diretor do Serviço de Imigração em Paris. Os anos que permanecera na Europa proporcionaram-lhe facilidade de acesso a documentos importantes sobre a história

[18] Cargo que ocupou de 1876 a 1891. O livro *Rio Branco em Liverpool (1876-1896)*, de Flávio Mendes de Oliveira Castro, aborda este período, sobre o qual encontramos poucos estudos.

do Brasil. Sua habilidade em vasculhar os arquivos e o gosto pelos estudos históricos e geográficos fizeram dele o maior conhecedor das questões sobre o litígio de Palmas.

No entanto, seu nome, esquecido pela maioria do círculo político brasileiro à ocasião da convocação da missão especial, só foi lembrado por amigos que mantinham contato, ou por morarem na Europa, ou por se corresponderem[19], e pelo meio intelectual que tinha conhecimento de seus estudos sobre a região[20]. A morte do Barão Aguiar de Andrada, porém, trouxe novamente a oportunidade de Paranhos definir a fronteira com a Argentina em negociação, que a rigor teve início com seu pai, o visconde do Rio Branco, em tratado celebrado em 1857.

Sobre a escolha do Barão do Rio Branco há algumas hipóteses e pouca certeza. Quem o teria indicado ao presidente? A versão mais aceita é a de que Floriano tenha acolhido a sugestão de Sousa Dantas, influenciado por sua vez por Joaquim Nabuco[21]. O convite alcançou Paris por intermédio do ministro em Londres, Sousa Correia, e a resposta foi dada quase de imediato. Em telegrama a Paula Sousa, ministro das Relações Exteriores, Rio Branco comunicava: "Agora acudindo ao apelo do Sr. Marechal Presidente e de V. Ex.ª, vou sair por alguns meses do meu retiro, voltar por assim dizer ao mundo, e V. Ex.ª viu que tomei essa resolução sem hesitar um só momento". [22]

O convite foi aceito prontamente por Rio Branco. Segundo seus biógrafos a disposição em defender o Brasil residia no profundo conhecimento adquirido e no apelo sentimental que a questão suscitava[23]. Diante dos documentos que havia consultado ao longo dos anos, sabia que a decisão da arbitragem não poderia ser outra se não favorável ao Brasil. Desta maneira encerraria com vitória um processo iniciado por seu pai. O seguinte trecho de seu Caderno de Notas comprova a confiança do Barão em um laudo favorável:

> Tenho a mais profunda convicção de que nenhum árbitro imparcial poderia resolver contra nós este litígio lendo a nossa exposição que deve ser escrita com a precisa clareza e acompanhada de mapas; por isso, nenhuma inquietação tenho quanto à resolução que há de proferir o Presidente Cleveland. [24]

---

[19] Destaque para sua correspondência com Rodolfo Dantas, fundador do *Jornal do Brasil*, e José Carlos Rodrigues, do *Jornal do Commercio*.

[20] Neste sentido destacam-se as notas feitas na obra de Schneider sobre a Guerra do Paraguai.

[21] Sobre outras versões existentes para a indicação Rio Branco para chefiar a missão especial em Washington, ver LINS, Álvaro. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1945. p. 194.

[22] VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959. p. 206.

[23] Tal impressão pode ser observada nos textos de Álvaro Lins, Luis Viana Filho e Araújo Jorge.

[24] LINS, op. cit., p. 200.

Os elementos que garantiram a Rio Branco a segurança da vitória faltaram a seu antecessor, o Barão Aguiar de Andrada, que ao aceitar a incumbência de chefiar a missão especial em Washington lamentava: "Vai ser o fim da minha carreira, porque esta é uma questão perdida".[25]

Mesmo acreditando no sucesso de sua missão, Rio Branco dedicou-se exclusiva e integralmente ao trabalho. Os esforços de Aguiar de Andrada e seus auxiliares estavam aquém das necessidades da missão. Os documentos e a defesa que pretendiam entregar ao governo norte-americano tinham muitas falhas e carências em diversos pontos, comprometendo o interesse brasileiro na delimitação de acordo com os rios Pepiri e Santo Antônio.

Desde o dia de seu desembarque nos Estados Unidos em 1893 ocupou-se incansavelmente da defesa brasileira, seja na elaboração e escrita da memória entregue ao presidente Cleveland, ou seja, nas articulações e coletas de informações que reunia a partir de consultas com os seus pares de inteira confiança. Salvador de Mendonça, ministro do Brasil em Washington, foi quem o apresentou ao círculo norte-americano, no qual fez importantes amizades. "O amigo mais próximo e mais importante feito por Rio Branco nos Estados Unidos foi, sem dívida, o professor John Basset Moore, renomada autoridade no direito internacional"[26]. Depois do convite que recebera e aceitara em março de 1893 só conseguiu descansar após receber, em 6 de fevereiro de 1895, o laudo favorável ao Brasil na Questão de Palmas.

Rio Branco precisou transpor alguns obstáculos à realização de seu trabalho. A memória da questão não seria elaborada integralmente por ele. Recebera um memorando do ministério e outro apresentado pelo advogado contratado William Ivins[27]. Mas o Barão, com todo o rigor que dedicava à missão, não aceitou as condições. Em correspondência direta ao Ministério e contando com o apoio dos seus amigos no governo fez entender a todos que, se confiavam nele, precisavam dar-lhe autonomia para conduzir os trabalhos de defesa. A mensagem foi entendida e seu desejo atendido. "Rio Branco quis fazer obra nova que

---

[25] VIANA FILHO, op. cit., p. 199.

[26] BURNS, Bradford. The unwritten alliance: Rio Branco and the Brazilian-American relations. Nova York; Londres: Columbia University, 1966. p. 48. In: NAPOLEÃO, Aluízio. *Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999, encontra-se um capítulo importante sobre a relação de cordialidade entre o Brasil e os Estados Unidos.

[27] Não encontramos referência completa sobre o referido advogado.

refletisse sua visão pessoal do assunto e incorporasse as descobertas recentes por ele feitas. Foi, pois, o redator único da memória, de cabo a rabo".[28]

Em sua estadia em Nova York, o Barão isolou-se na companhia dos documentos que o auxiliaram na elaboração da exposição que apresentou ao juízo norte-americano. Evitava circunstâncias que pudessem comprometer seu trabalho e não alimentava especulações que surgiam na imprensa, com as quais teve de lidar durante os dois anos em que lá residiu. Os inconvenientes da imprensa estavam usualmente ligados ao argentino Estanislau Zeballos, responsável pela defesa da República da Argentina, que parecia se divertir com a publicidade.

Assim como a missão brasileira, que perdera por uma fatalidade o seu primeiro designado para representar o Brasil no arbitramento, a missão argentina, depois da morte de Nicolas Calvo, nomeou para o cargo Estanislau Zeballos. Seduzido pela imprensa, o representante argentino aparecia constantemente nos noticiários afirmando que a vitória seria da Argentina, e por vezes criou situações que perturbaram o Barão. Embora Rio Branco tenha mantido a postura, não aceitando as provocações de Zeballos, o encontro em Washington marcou o início de uma relação conflituosa.[29]

Proferido o laudo, que aceitava os termos apresentados pela exposição brasileira, Zeballos comportou-se de maneira mais elegante do que nos dois anos anteriores. Reconheceu o mérito brasileiro tão bem defendido pela memória elaborada por Rio Branco.

O fruto de tanto trabalho não poderia ser outro senão a vitória. Em 1895 o Barão do Rio Branco conquistou o primeiro traçado de nossas fronteiras que levaria sua assinatura. A obra correspondia a 35.000 km² de território oficialmente reconhecido como brasileiro. O laudo favorável ao Brasil provocou intensas manifestações que glorificavam a atuação de Rio Branco. As felicitações do presidente Prudente de Morais chegaram por telegrama: "Em nome da pátria brasileira agradeço inolvidável serviço reconhecimento seus direitos".[30] O grande público passou da surpresa por sua nomeação, em virtude do seu longo afastamento do cenário nacional, à admiração pela façanha.

Realmente, no Brasil o regozijo foi imenso, não só porque resolvia a nossa mais importante questão de fronteiras, num período em que herdávamos do Império quase todas as

---

[28] GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 268.

[29] Destaque para a indisposição criada por Estanislau Zeballos ao negar a troca das memórias de defesa assim como havia sido acordado anteriormente. Fato que irritou o Barão e que pode ser considerado marco do início da rivalidade como observa Aluízio Napoleão.

[30] apud LINS, op. cit., p. 213.

questões de limite do Brasil com os nossos vizinhos ainda não resolvidas, como porque a solução viera evitar o nosso único motivo de divergência com a Argentina.[31]

Mas havia discussão sobre outras regiões de fronteiras brasileiras. Resolvido o litígio de Palmas, Rio Branco, em seu retorno à Europa, recebeu um pedido para que analisasse a questão de limite com a Guiana-Francesa visando, em breve, defendê-la em arbitramento.

A oficialização de Rio Branco como enviado extraordinário encontrou alguns percalços originários da situação política no Brasil. Manuel Vitorino, ao assumir interinamente o governo brasileiro, fez um convite a Rui Barbosa para ir a Paris como delegado especial da missão. Além disso, o ministro do Exterior, Olinto Magalhães, pretendia nomear um segundo plenipotenciário que em caso de vitória dividiria as glórias com Rio Branco. Estes problemas só retardaram a nomeação que era garantida pelo prestígio de que o Barão gozava com Prudente de Morais, que o manteve nos estudos sobre a disputa, tornando incontestável o ato oficial de 1898, no governo Campos Salles, que o nomeou enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil.

Em 1894 a situação de anarquia na região, somada à descoberta de ouro, levou à retomada das negociações paradas desde 1888. Rio Branco chefiou a Missão Especial, concentrando a defesa nos seguintes pontos: 1) estabelecer a região litigiosa e 2) limitar poderes do árbitro. Depois de algumas possibilidades analisadas foi escolhido árbitro do Conselho Federal Suíço.

O zelo e o empenho que dedicou à defesa em Washington repetiram-se na elaboração da memória que pretendia fixar os limites com a Guiana Francesa. Estabelecidos nessa região, os franceses traficavam com índios pelos rios amazônicos. Em seguida começam as contestações dos limites entre o Brasil e a Guiana Francesa. O verdadeiro interesse era a bacia amazônica e nos benefícios do “comércio” com índios, além do acesso a vasta região precariamente ocupada e protegida.

Ao longo dos anos, que se estenderam desde a ocupação, o Brasil tentou firmar acordos para resolver as contestações sobre a região, mas o que podemos notar é a França querendo avançar na região amazônica, propondo a fronteira cada vez mais ao sul. Neste caso a definição do rio Oiapoque seria fundamental. Os interesses na bacia amazônica não eram apenas dos franceses. A questão de limites com os ingleses, que estava sendo estudada ao mesmo tempo e à qual Rio Branco prestava auxilio como assessor, também abrangia a região. Desta forma, o Barão acreditava que conduzir as negociações simultâneas, mas com

[31] NAPOLEÃO, Aluízio. *Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999. p. 173-174.

diferentes árbitros e delegados, poderia favorecer o Brasil, ao mesmo tempo em que instigaria disputa entre as duas potências européias.

Mesmo estando distante, Rio Branco continuou a colaborar em jornais brasileiros. Aproveitando o conhecimento e a amizade que desfrutava neste meio, mantinha alguns jornalistas permanentemente informados sobre o curso do arbitramento. Na correspondência de José Carlos Rodrigues, responsável pelo *Jornal do Commercio*, podemos encontrar inúmeras cartas que oferecem dados privilegiados acerca do caso do Amapá. Desta forma, o ministro fazia da imprensa um instrumento a favor da sua missão no exterior. Fornecia tanto informações privilegiadas a serem publicadas pelos jornais, como artigos completos esclarecedores das movimentações que se realizavam além das fronteiras brasileiras, os quais eram acompanhados, ou não, por sua assinatura.

O Barão não estava tão confiante neste caso como na questão com a República Argentina, mas acreditava no direito do Brasil, na causa que defendia. "O seu problema nesse caso era rigorosamente histórico. Ele devia provar – através de tratados, memórias, cartas régias e mapas – que o Japoc ou Vicente Pinzon do Tratado de Utrech era o Oiapoque brasileiro".[32] Desta vez tratava-se de lidar com a diplomacia européia, mais ardilosa, e os documentos produzidos nas diversas tentativas de solucionar a questão não falavam a favor da causa brasileira. Neste episódio foram duas as memórias redigidas por Rio Branco, a primeira entregue em 1899 e uma segunda em réplica à memória francesa. Todo seu esforço fora empenhado na redação das exposições, escritas sempre no último momento, na esperança de encontrar novos documentos que pudessem favorecer o Brasil.

Em 1º de dezembro encerrou-se a espera pelo laudo final, o Conselho suíço reconheceu inteiramente o direito brasileiro sobre a área litigiosa. A exposição de Rio Branco não deixou dúvidas ao Conselho, que tradicionalmente preferia um termo conciliatório, mas as memórias eram esclarecedoras e o direito do Brasil incontestável.

A figura de Rio Branco ganhava maior notoriedade. A notícia da vitória foi acolhida no Brasil com acaloradas manifestações que o elegiam herói nacional. "Novo e brilhante êxito do mesmo representante do Brasil encerraria para sempre duas das mais velhas e irritantes questões de fronteiras, que datavam da época colonial".[33]

O prestigiado Barão do Rio Branco contrastava com a figura do jovem José Maria da Silva Paranhos, que em 1876 havia enfrentado grandes dificuldades para conseguir sua

---

[32] LINS, op. cit., p. 228.

[33] BELLO, op. cit., p. 146.

primeira nomeação como cônsul-geral em Liverpool[34]. Estava em marcha a carreira do estadista, que no início do século XX alcançaria seu ápice com a nomeação para ministro das Relações Exteriores.

A emoção que contagiou a administração do país depois da proclamação da República foi substituída pelo realismo, sobrepujando o romantismo inicial. A aproximação com outros países americanos deveria ser regida por interesses previamente estabelecidos, e não pelo simples fato de compartilharem o mesmo regime político e estarem geograficamente no mesmo continente. Segundo Clodoaldo Bueno[35]: "O evento político ('fato curto') refletiu movimentos profundos de estrutura ('fato longo'). As ocorrências de natureza política corresponderam à culminância de um processo de transformações econômicas e sociais".

Assim como a queda da Monarquia, a política externa brasileira na República estava ligada às mudanças socioeconômicas do Brasil com a ascensão de nova classe hegemônica, os cafeicultores. E as percepções dos novos dirigentes sobre o interesse nacional estavam em confluência com os interesses dessa nova elite, ou seja, uma diplomacia de agroexportação.

O primeiro passo da diplomacia no novo regime foi concluído em dois anos. Os esforços antes direcionados para o reconhecimento do Brasil republicano passaram a se concentrar na resolução dos litígios lindeiros. A política territorial passou a definir em muitos aspectos a política externa brasileira. Foi debaixo desta orientação que Rio Branco ganhou lugar e conseqüentemente projeção nacional. As resoluções favoráveis ao Brasil sobre as questões de limites com a República Argentina e com a Guiana Francesa revelaram o nome do Barão e garantiram a ele *status* de herói. Seu prestígio era tal que lhe ofereceram duas opções, sendo uma delas de seu sabido interesse[36]. Entre Portugal e Berlim, Rio Branco preferiu ir para a Alemanha como ministro plenipotenciário do Brasil.

A curta espera pela nomeação para tal posto foi antecedida por imensa ansiedade, dadas as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Barão. Em certa medida, seus problemas econômicos deviam-se às dívidas contraídas em prol da defesa do Amapá. Mesmo representando uma parcela pequena, o aspecto social que envolvia as negociações era levado a sério por Rio Branco, que gastou mais do que lhe permitiam seus honorários de encarregado

---

[34] Em certa medida a vida boêmia de Rio Branco na juventude, seu envolvimento com uma dançarina belga, comprometeram sua imagem dificultando sua nomeação para o cargo diplomático.

[35] BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior*: 1889-1902. São Paulo: UNESP, 1995. p. 20.

[36] A preferência de Rio Branco era pelo posto de Lisboa, mas estando este ocupado optou por Berlim. Sobre sua vontade de ir para Portugal, ver em VIANA FILHO, 1959, p. 326, na carta de Tobias Monteiro a Rodrigues Alves.

especial, patrocinando a realização de jantares e outros agrados àqueles que colaboravam de alguma forma com sua defesa.

Além da confirmação de sua nomeação para o posto em Berlim, a aprovação de uma lei no Congresso o tranquilizava, preocupado com a ajuda que prestava a suas filhas. A dita lei concedeu ao Barão do Rio Branco o título de Benemérito Brasileiro, somado a uma quantia considerável pela sua contribuição à nação brasileira com as vitórias de 1895 e 1900, e a uma dotação anual que poderia ser destinada à família em caso de morte.

Rio Branco retomou sua vida em Berlim com o projeto, interrompido pelo trabalho, de escrever suas obras históricas. Teve um início complicado devido à crise financeira que passara e pela morte de amigos, fato que o deprimia[37], mas esperava encontrar paz na nova residência para poder dar continuidade aos seus estudos.

Durante sua permanência na Europa esteve nos lugares mais importantes do continente, os quais contribuíram imensamente para sua formação. "De um ponto de vista externo o jovem diplomata teve ampla oportunidade para estudar a posição do Brasil no mundo".[38] Pode observar a política internacional e analisar a difícil rede de relacionamentos que a envolve; a capital alemã foi o quarto ponto de observação que faltava a Rio Branco. Este foi um espectador privilegiado, tendo passado por Londres, Paris, São Petersburgo, e agora Berlim, justamente no momento das articulações de Bismarck e da configuração de todo o contexto europeu que definiram as alianças da Primeira Guerra Mundial.[39]

1.2 A caminho do Itamaraty

A rotina em Berlim, tão desejada pelo Barão, foi interrompida por um telegrama de Campos Sales em julho de 1902. Era um convite em nome do Brasil: "Rodrigues Alves deseja confiar-lhe pasta exterior e encarregou-me consultá-lo esperando de seu patriotismo não recusar. São estes também os meus votos".[40]

Antes de tomar posse como presidente da República, Rodrigues Alves já se preocupava com um problema que sobreviveu ao governo de Campos Sales: a chamada

---

[37] As mortes tão sentidas pelo Barão são de seus amigos Eduardo Prado e Rodolfo Dantas.

[38] BURNS, op. cit., p. 47.

[39] Sobre percepção dos quatro pontos de observação e configuração para Primeira Guerra Mundial, ver LINS, 1945.

[40] Apud LINS, op. cit., p. 251.

questão do Acre. E pensando numa possível solução para o caso lembrou-se do Barão. Esta foi sua primeira escolha, antes de qualquer decisão sobre quais seriam os demais ministros.

Um convite como este que Rio Branco recebera deveria causar grande felicidade em qualquer diplomata de carreira. Não poderia imaginar que a jornada iniciada em 1876 lhe daria as glórias já conquistadas nem mesmo o prazer deste convite. O prazer, no entanto, tomou um gosto amargo.

A obra que se apresentava por proposta do presidente era grande e audaciosa. Contrariava seus últimos desejos de dedicar-se à História do Brasil, de manter-se no estrangeiro e mergulhado em seus papéis. A honra de receber tal convite não foi suficiente para convencer o Barão, este não parecia disposto a renunciar às suas aspirações.

Sua correspondência demonstra o esforço que despendeu para conseguir a dispensa do serviço para o qual era convocado. Tudo transformara-se em motivos potenciais para que não fosse nomeado ministro das Relações Exteriores. Alegou problemas de saúde, a dependência financeira das filhas, a dificuldade da questão do Acre, a melhor qualificação de Joaquim Nabuco, seu afastamento por demais alongado da política interna...

O convite de Rodrigues Alves era mantido em segredo. Sem saber das novas articulações, o então ministro das Relações Exteriores, Olinto Magalhães, desejando ao fim do mandato de Campos Sales ir para Berlim, ofereceu a Rio Branco o posto de ministro em Roma. Esta era uma alternativa a que o Barão tentou se agarrar para evitar a volta para o Brasil. Assim expunha sua situação ao amigo Hilário Gouvêa:

> Lembro-me muito da nossa pobre terra, mas devo procurar servi-la utilmente, e penso que no exterior posso servi-la melhor segundo minhas aptidões. Devo também considerar o meu interesse pessoal e os meus recursos de vida. O meu interesse não está em meter-me naquela agitação constante, deixando por aqui parte da minha família, a que só poderei ajudar desmantelando em pouco tempo o magro pecúlio de que disponho.[41]

Apresentava a mesma preocupação em carta confidencial a José Carlos Rodrigues, de 22 de agosto de 1902, na qual afirmava que deveria recusar o convite: “Se, entretanto, o Dr. Rodrigues Alves não entender assim, e insistir em que eu vá para o seu ministério, obedecerei, embora certo de que o meu sacrifício será estéril”.[42]

Rio Branco não poupou esforços para convencer a todos que defendessem a sua causa. Tentava a todo custo provar como verdadeiro algo que era falso. E diante da hesitação do Barão, o presidente Rodrigues Alves argumentava:

---

[41] Apud VIANA FILHO, op. cit., p. 347.

[42] RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *Carta a José Carlos Rodrigues, comentando o convite recebido para ocupar o cargo de ministro das Relações Exteriores*. Berlim, 22 ago. 1902. 3 p. (Fundação Biblioteca Nacional. *Divisão de Manuscritos*. I-03,04,062).

> Quando pedi ao Dr. Campos Sales que o convidasse, em meu nome, para o cargo de ministro das Relações Exteriores, disse-lhe que as questões diplomáticas têm assumido entre nós tal importância que eu precisaria do concurso de um homem de reconhecida autoridade para bem estudá-las e de real competência para indicar as melhores soluções. Era para V. Ex.ª um sacrifício, eu bem sabia, mas é preciso que os homens bons o façam em benefício do país quando o seu esforço é reclamado em nome de seus grandes interesses.[43]

Em carta reservada a José Carlos Rodrigues, de 1º de setembro de 1902, Rio Branco confidenciava: "Já agora estou resignado a ir ao completo sacrifício, e a ruína total [...]"[44], indicando que aceitaria a pasta das Relações Exteriores. Depois de intenso intercâmbio epistolar com seu velho amigo José Carlos, o Barão acatou a convocação em nome de seu país. A erudição, suas qualidades de homem público e vitórias alcançadas superavam qualquer identificação com a Monarquia, porque acima de tudo entendia seu dever de servir à sua pátria, desprendido de paixões partidárias e ideológicas.

Viu-se novamente envolvido nos transtornos da mudança. Há pouco instalado em Berlim, com pretensões de ficar por muito tempo na capital alemã, precisou organizar tudo para em dezembro de 1902 desembarcar no Rio de Janeiro. O sacrifício de que falava em suas cartas começou desde o primeiro instante em que aceitou o desafio do ministério. Seus amigos tentavam consolá-lo; Joaquim Nabuco lembrava-lhe que sacrifícios pessoais precisam ser feitos por aqueles que representam um grande papel na História. Outros amigos o engrandeciam dizendo que abandonava seu ofício de historiador para fazer parte da História, e esse fim exigia sacrifícios.

Observador atento, o ministro dos Estados Unidos no Rio, Charles Page Bryan, transmitia as impressões ao Departamento de Estado sobre a constituição do governo de Rodrigues Alves como favorável às pretensões comerciais norte-americanas. Sobre a nomeação de Rio Branco dizia:

> For the Ministry of Foreign Affairs Baron Rio Branco is specially well qualified, having enjoyed eighteen years of experience in Europe and North America in many responsible positions. He has acquitted himself with such distinguished ability that he is today unquestionably the most popular public man in Brazil and to his brilliant advocacy of his country's boundary claims is credited the favorable decision of several boundary disputes submitted to arbitration.[45]

A figura do diplomata atormentado pelo convite de Rodrigues Alves deu lugar à imagem de um homem engajado no objetivo que se propunha. E a chegada ao Rio de Janeiro revitalizou o espírito de Paranhos Júnior.

---

[43] Apud LINS, op. cit., p. 255.

[44] RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *Carta a José Carlos Rodrigues, comentando o convite recebido para ocupar o cargo de ministro das Relações Exteriores*. Berlim, 12 set. 1902.. 5 p. (Fundação Biblioteca Nacional. *Divisão de Manuscritos*. I-03,04,064).

[45] Apud NAPOLEÃO, op. cit., p. 193.

Em meio ao verão carioca, num dia ensolarado, as ruas da capital estavam cheias de brasileiros ansiosos para receber o herói das fronteiras. Rio Branco desembarcou em 1º de dezembro de 1902 festejado por todos os desejosos de conhecer o maior representante do Brasil, que se tornou público ainda em terras estrangeiras. Mas o Barão não se sentia à vontade diante de tamanha manifestação, como podemos notar em outra carta dirigida a seu amigo José Carlos Rodrigues: "Você sabe melhor do que ninguém que fujo de ser alvo de manifestações. Não vim ao Brasil depois de Washington e Berna para evitar recepções barulhentas".[46]

Desde a vitória na questão de Palmas, em 1895, seus patrícios aguardavam-no para agradecer com festividades a sua altura. Naquele dia, Rio Branco andou entre a multidão na rua do Ouvidor, sendo exaltado por todos. Aqueles que tinham a sorte de se aproximar ficavam admirados com sua figura. Nas manifestações transpareciam o poder e a glória que conquistou e com os quais se engrandecia para chegar ao Ministério das Relações Exteriores.

Considerando que os países dispõem de recursos concretos tais como poderio militar, bem como de recursos simbólicos, a exemplo de prestígio, política externa confiável, Rio Branco percebia o Brasil como um país carente de tais recursos. Organizou sua política viabilizando meios para que conseguíssemos recursos simbólicos de maneira a compensar nossa "deficiência", habilitando-nos para um melhor desempenho no sistema internacional. Esta lógica permeia os eixos da política externa do Brasil.

Como um meio, um instrumento para alcançar os fins estabelecidos, o Barão do Rio Branco traçou sua política de aproximação com os Estados Unidos. Mesmo sendo monarquista, tendo vivido vinte e seis anos na Europa e declarado depois de dois anos morando em Nova York: "Eu prefiro que o Brasil estreite as suas relações com a Europa a vê-lo lançar-se nos braços dos Estados Unidos"[47], Rio Branco direcionou a maioria de seus esforços para estreitar laços de amizade com a república do Norte.

Essa diretriz é fruto de sua percepção de que os Estados Unidos encontravam-se em condição ascendente, para ocupar no sistema internacional lugar de potência mundial. Diante desta circunstância, estabelecer vínculos com o país em ascensão garantia prestígio ao Brasil.

---

[46] NAPOLEÃO, Aluízio. *O segundo Rio Branco*. Rio de Janeiro: A Noite, 1941. p. 86.

[47] Apud LINS, op. cit., p. 143. O autor destaca que esta frase encontrava-se apenas na minuta da carta a Sousa Correia e com um risco.

“Percepção e imagem contribuíram e muito para o prestígio diplomático brasileiro da época, e o prestígio era e é componente não desprezível do poder”.[48]

No grandioso projeto de Rio Branco destaca-se a “aliança não-escrita”, um meio para alcançar os objetivos estabelecidos de acordo com suas percepções enquanto formulador da política externa brasileira. Uma política de aproximação que se revelou pragmática durante a gestão do Barão, na qual a dita amizade não é incondicional, mas serve aos interesses nacionais e, neste caso, aos interesses estipulados por Rio Branco.

A mudança do regime monárquico para o republicano não alterou por si a política externa brasileira, foram as diferentes percepções dos interesses nacionais que resultaram na formulação de novas diretrizes. O interesse nacional como representação dos anseios do povo e da União é meramente um elemento ideal[49], que surgiu em oposição aos interesses soberanos dos príncipes. Cada formulador de políticas dá aos interesses nacionais uma interpretação que tende a atender aos seus interesses, seja como parte de uma classe social, seja como indivíduo.

Definir o perfil de uma política implica apreender as intenções do homem de Estado, suas reais intenções. É sobre este aspecto que se encontra a maior dificuldade; estudar e conhecer a personalidade do homem de Estado que influencia a política adotada por determinado país.

A política de aproximação promovida por Rio Branco para estreitar relações com os Estados Unidos visava aumentar os recursos de poder do Brasil[50]. A atuação do Barão foi decisiva para o estabelecimento de uma aliança entre os dois países que pudesse favorecer sua inserção no sistema internacional e facilitar sua relação com as repúblicas vizinhas inclusive nas negociações de limites.

Desta forma a amizade com os Estados Unidos e os esforços empreendidos para diminuir as desconfianças dos hispano-americanos quanto ao governo norte-americano fundamentaram-se como elementos do paradigma Rio Branco. Embora fosse filho do Império, ele soube adaptar suas percepções às novas circunstâncias da conjuntura internacional. A preponderância norte-americana se definia tanto no concerto mundial quanto na dimensão

---

[48] RICUPERO, op. cit., p. 39.

[49] Sobre o conceito de interesse nacional como somatório da vontade do povo e da União, ver RODRIGUES, 1966.

[50] “[...] a política externa brasileira ao longo do século XX foi marcada pela busca de recursos de poder que garantissem maior autonomia do país no plano mundial, mesmo quando essa estratégia parecia se traduzir – e muitas vezes de fato se traduziu – no alinhamento a uma determinada potência”. PINHEIRO, Letícia. *Política externa*: 1889-2002. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 8.

hemisférica, na qual os países latino-americanos eram transformados na área de influência do gigante do Norte que expandia seu sistema capitalista.

As bases dessa relação foram afirmadas por Rio Branco à ocasião de sua execução buscando um "respaldo" histórico que remontava à independência do Brasil. Neste sentido, destaca-se o seu artigo, publicado sob o pseudônimo J. Penn, *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*[51], no qual, através de documentação histórica, estabelece laços da tradicional amizade.

> Assim, o Brasil, desde os primeiros dias da revolução que o separou da mãe pátria, pôs particular empenho em se aproximar politicamente dos Estados Unidos, aderiu logo à doutrina de Monroe e procurou até concluir, sobre a base dessa doutrina, uma aliança ofensiva e defensiva com a Grande Nação do Norte, como lhe chamavam já então os próceres da independência brasileira.[52]

Muitos historiadores encontram no século XVIII uma figura que pode ter sido precursora do americanismo. Rodrigo Otavio, em artigo na *Revista do Instituto Histórico e Gepgráfico Brasileiro* (*RIHGB*), de 1940, estabelece as raízes do americanismo com Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri em 1750. Em alguns pontos, destaca que os povos da América deveriam se manter unidos e que uma eventual guerra entre as metrópoles na Europa não deveria repercutir nas suas colônias, o princípio da paz na América.

Joaquim de Sousa Leão Filho, e outros que escreveram sobre o "Dia Pan-Americano" na *RIHGB*, destacam os mesmos pontos sobre Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri e ainda ressaltam outros marcos dessa amizade, antes de Rio Branco assumir a pasta em 1902.

> Apenas instalado neste lado do Atlântico, d. João VI passa a encarar os problemas americanos de maneira que devia parecer insólita a europeus, ao formular votos de união e amizade em carta ao presidente dos Estados Unidos. E logo que d. Pedro I proclama nossa independência, despacha um Encarregado de Negócios [Silvestre Rebelo] para alcançar o reconhecimento de Washington [...]. [53]

Sob a liderança de Theodore Roosevelt o governo dos Estados Unidos relembrou as palavras de Monroe de 1823, seus princípios pareciam ainda atuais e foram adotados por uma nova leitura do presidente que passou a ser chamada de "corolário Roosevelt". A declaração original tinha um caráter defensivo, anticolonialista, direcionado às pretensões européias no continente. Retomada no início do século XX, tratava a América Latina como um todo que estava sob o poderio norte-americano camuflado pela propaganda pan-americanista de cooperação entre as nações.

---

[51] Artigo escrito pelo Barão em respostas às críticas sobre a elevação das legações do Brasil e dos Estados Unidos à categoria de embaixadas, publicado pelo *Jornal do Commercio* em 12 de maio de 1906 e reproduzido inúmeras vezes.

[52] OBRAS completas do Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948. p. 138. (Estudos Históricos, VIII)

[53] LEÃO FILHO, Joaquim de Sousa. Dia Pan-americano: A tácita aliança, constante de uma política continental. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 279, p. 149-160, abr./jun. 1968.

Desta maneira legitimava intervenções dos Estados Unidos pelo continente de acordo com seus interesses. À diferença das potências européias que avançavam sobre suas zonas de influência com práticas agressivas de dominação, o governo norte-americano intitulou-se polícia da América, defensor da paz, e assim, penetrando nelas, dominou econômica e politicamente as repúblicas latino-americanas.

O pronunciamento de Roosevelt em 6 de dezembro de 1904 estabelecia os deveres dos Estados no concerto hemisférico. Coube aos Estados Unidos garantir a segurança das repúblicas mais fracas contra o inimigo imperialista europeu, enquanto as nações instáveis da América Latina deviam aceitar a preponderância do "gigante do Norte" e buscar apaziguar suas questões internas.

A Europa era simpática ao "corolário Roosevelt", na medida em que tornava mais estável a situação nas, então chamadas "republiquetas" hispano-americanas, onde possuía muitos investimentos que precisavam ser garantidos. Sob a ameaça da intervenção da polícia do continente, o mercado internacional sentia que suas aplicações na América Latina estavam mais seguras.

Enquanto a política norte-americana do "Big Stick" gerava desconfianças entre as repúblicas hispano-americanas, Rio Branco tranquilizava os ânimos mais exaltados de seu país, afirmando que o Brasil não devia temer a "polícia" do continente, uma vez que não apresentávamos um cenário interno instável. Ao contrário, o governo de Rodrigues Alves desfrutava de uma política interna estabilizada, depois dos primeiros anos turbulentos da República, e de uma economia em expansão que se enquadrava na Divisão Internacional do Trabalho e mantinha relações importantes com a economia dos Estados Unidos.

A garantia do alcance dessa política norte-americana dependia da identificação dos países sul-americanos com ela. O apoio do Brasil apresenta-se como peça fundamental para sua aplicabilidade. De acordo com Álvaro Lins, "Rio Branco não vinha colocar o Brasil como caudatário de uma doutrina de política externa de uma grande nação, mas oferecer a essa doutrina, como aliado em situação de igualdade, um apoio que a ela daria mais vitalidade e condições de exeqüibilidade".[54]Ao abraçar a doutrina Monroe e frente às interpretações dadas pelos governantes norte-americanos, o Barão buscava um diálogo conciliatório com países da América do Sul, e garantia que países como o Brasil, Chile e Argentina não tinham por que temer o corolário Roosevelt, que se direcionava a nações "turbulentas" e "desgovernadas".

[54] LINS, op. cit., p. 333.

Os eventos que marcaram os primeiros anos da gestão de Rio Branco à frente do ministério, como também seriam os anos subseqüentes, deixavam clara a orientação e a tendência de aproximação com os Estados Unidos. As relações amistosas e recíprocas caracterizam a condução da diplomacia entre os dois países. Seguindo essa direção, visando aumentar o prestígio desfrutado no governo americano e sinalizar, não apenas entre eles, mas para todo o mundo, o sentimento de cordialidade e cooperação que reinava na conexão Rio-Washington, Rio Branco centralizou esforços para a elevação recíproca das legações destes países à categoria de embaixada.

A indicação do representante brasileiro para tal missão já estava decidida. Tratava-se de Joaquim Nabuco, a quem Rio Branco tentou passar o Ministério das Relações Exteriores quando recebeu o convite de Rodrigues Alves, era a escolha do Barão, pois não acreditava existir outro capaz de ocupar tal cargo e realizar a missão que investia a embaixada nos Estados Unidos: "a amizade pelos Estados Unidos, o apoio à doutrina Monroe e a dedicação ao pan-americanismo faziam de Nabuco a escolha lógica de Rio Branco para servir em Washington como embaixador".[55] Nabuco seria junto com Rio Branco peça-chave na aproximação, visto o entusiasmo e competência que dedicou às relações entre os dois países.[56]

Com a decisão favorável em 1905 as representações nos dois países passaram a categoria de embaixadas. A notícia repercutiu na imprensa como um resultado das relações amistosas entre o Brasil e os Estados Unidos, e ainda pelas palavras do novo embaixador norte americano como uma demonstração de "mútua confiança e boa vontade" além de remeter a uma "amizade de longa data".[57]

A compreensão do quadro no qual se elevavam as legações pode ajudar a dimensionar a relevância do ato. À época, eram poucas as embaixadas existentes; para o Brasil esta foi mais uma conquista de prestígio e mais um passo na direção dos Estados Unidos. O valor agregado a este ato diplomático repercutiu da maneira que Rio Branco havia calculado: nossa embaixada em Washington era a primeira da América do Sul, e não o era da América Latina apenas porque o México já havia elevado sua legação a esta categoria desde 1897.

Neste sentido ganhava força a idéia de liderança do Brasil no subsistema sul-americano, encorajada inclusive pela opinião do governo norte-americano. A imprensa

---

[55] BURNS, op. cit., p. 122.

[56] Diversos textos tratam da importância da ação conjunta dos dois estadistas, mas destacam a diferença entre o americanismo tomado por cada um na condução da política externa brasileira. Identificam o americanismo de Rio Branco como pragmático – aproximação como um meio – e o americanismo de Nabuco como ideológico – aproximação como um fim.

[57] Discurso do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, David E. Thompson, proferido à ocasião da entrega das credenciais. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) 317/02/01 de 17 de março de 1905.

ressaltava esse caráter: “O prestígio do Brasil no estrangeiro tem hoje um relevo que nunca possuiu: somos a grande potência da parte sul do continente, cuja amizade a grande nação do Norte acaricia e solicita”.[58] Este pode ser considerado um fim da política externa brasileira, buscar exercer o papel de liderança na América do Sul, para tal precisava ter prestígio, ter as fronteiras definidas e um aliado como os Estados Unidos, todos meios para um fim que configura a inserção brasileira no sistema regional. A política externa ativa praticada por Rio Branco proporcionava novos horizontes ao Brasil.

No que se refere à aproximação com as nações ao sul do continente, ensaiada principalmente no estreitamento das relações com a Argentina e com o Chile, que tem no projeto ABC sua maior representação, Clodoaldo Bueno defende que Rio Branco na elaboração deste acordo delineou os contornos de uma liderança compartilhada entre os três países na América do Sul. Embora não tenha sido materializado na gestão do Barão[59], tendo em vista as oscilações das relações entre os governos brasileiros e argentinos, o referido projeto era baseado na idéia de cooperação entre nações.

A cooperação entre os países sul-americanos, presente nas premissas de atuação do Itamaraty, manifestou-se em várias esferas. Diante dessa diretriz e em consonância com a tendência das revistas culturais e políticas daquela época, a *Revista Americana* apresenta-se como a vertente cultural adotada pelo Ministério.

As práticas da gestão de Rio Branco ao longo dos últimos quatro anos, ou seja, de 1902 a 1906, tornavam os vínculos entre as duas nações cada vez mais fortes. Os laços de amizade estreitavam-se. A “aliança não-escrita” ocupava papel imprescindível na política externa brasileira, que buscava demonstrar a cooperação e cordialidade que reinava nas suas relações com os Estados Unidos. A III Conferência Internacional Americana de 1906 realizada no Rio de Janeiro constituiu um momento culminante das práticas do Barão.

A atuação de Rio Branco no meio intelectual da época dava-se tanto pela organização de eventos, tais como congressos e conferências, quanto pela participação em espaços específicos desse grupo. Nesse sentido, destacam-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Academia Brasileira de Letras (ABL), como ambientes propícios ao debate intelectual, explorados como meios de difusão de idéias, estabelecimento e fortalecimento dos laços da rede de sociabilidade. De 1907 até o ano de sua morte, o Barão, ocupou a presidência do IHGB, fazendo dos acontecimentos desta instituição uma

[58] AHI 411/02/22 de 2 de maio de 1905.

[59] Os três países chegaram a um consenso apenas na administração do sucessor de Rio Branco. Em 1915 Lauro Müller conclui as negociações em torno do projeto ABC.

possibilidade de afirmação das diretrizes da política externa e palco dos debates em torno das atividades do Ministério.[60]

1.3 **Araújo Jorge, o fundador**[61]

Em 1906 o Barão do Rio Branco desfrutava de grande popularidade. Sua atuação na solução das questões de fronteira, e ao longo dos anos que esteve a frente do Ministério, garantiram posição privilegiada, de destaque no cenário nacional e internacional. Admirado, tanto como estadista como intelectual, muitos se sentiriam prestigiados de participar de seus projetos, fosse no Itamaraty, ou em algum dos espaços culturais por onde circulava. Rio Branco procurou um secretário disposto a ajudá-lo na organização da Terceira Conferência Internacional Americana, e para tal encontrou o amanuense, recém admitido no Ministério das Relações Exteriores, Araújo Jorge.

Arthur Guimarães de Araújo Jorge nasceu na longínqua cidade de Paulo Afonso em Alagoas, no final dos oitocentos, mais precisamente em 29 de setembro de 1884. Assim como Rio Branco, seguiu o percurso característico dos membros das famílias abastadas da época[62], cursou a Faculdade de Direito do Recife, concluindo a formação em 1904. Dos seus contemporâneos que passaram pela mesma instituição destacam-se Tobias Barreto, Arthur Orlando, Clóvis Bevilaqua, Oliveira Lima entre outros[63]. No mesmo ano dedicou-se ao oficio de professor de história natural e filosofia do direito no *Instituto Leibniz*, do Recife. Cumpre observar que nesse período teve suas primeiras experiências com publicações periódicas, como diretor da *Revista Jurídica* deste *Instituto*, colaborador da *Cultura Acadêmica* e o fundador do semanário *A Tribuna*.

Passado um ano, interrompeu as atividades do magistério em função da sua partida para o Rio de Janeiro. Na capital da república veio a ocupar seu primeiro cargo no quadro do Itamaraty como assistente do árbitro brasileiro, Carlos Augusto de Carvalho, no Tribunal Arbitral Brasil-Bolívia. Em pouco tempo passou a acumular o referido posto com um, de

---

[60] Sobre a presidência do Barão no IHGB, ver GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. *Da escola Palatina ao silogeu*: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

[61] A *Revista Americana*, n. 10, ano 7, traz a seguinte nota "Publicação internacional fundada em 1909 pelo Dr. Araújo Jorge por sugestão e sob o patrocínio do Barão do Rio Branco".

[62] Sobre a constituição da elite política brasileira deste momento ver CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[63] Ver SOARES, Álvaro Teixeira. Araújo Jorge: o diplomata e o historiador. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 318, p. 74-78, jan./mar. 1978.

mesma função, no Tribunal Brasileiro-Peruano. Desde o ingresso no Ministério das Relações Exteriores, Araújo Jorge, travou contato com nomes da intelectualidade brasileira, tal qual Graça Aranha[64], um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, de quem se tornou um grande amigo.

O convite do Barão a Araújo Jorge surgiu no momento de preparação da já mencionada Terceira Conferência Internacional Americana, em 1906. Marco da aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, o evento contou com a participação das delegações de diversos países das Américas. Coube ao jovem colaborador parte da responsabilidade pela realização do encontro.

Para além da referência na carreira diplomática, o Barão exerceu influência marcante na formação de Araújo Jorge. O gosto compartilhado pela pesquisa histórica e a maneira que se interessavam pela crítica e pelas idéias evidenciam, em certa medida, a relação estabelecida entre os dois, que ultrapassava os limites da rotina do Itamaraty. Os artigos que escreveu no *Jornal do Commercio*, assim como a temática a qual dedicou seus estudos, corroboram o vínculo entre o Barão e seu fiel escudeiro.

A história diplomática esteve no centro dos trabalhos que desenvolveu posteriormente. Publicou o livro *Ensaios de história diplomática do Brasil no regime republicano: 1ª série 1889-1902*, que embora tenha concluído em 1908 só fora lançado quatro anos depois pela Imprensa Nacional[65]. Somam-se a sua produção intelectual outros títulos, tais como *O reconhecimento do regime republicano do Brasil*, *Ensaios de História e Crítica* (1915), *Problemas de filosofia biológica* (1905), *Jesus Christo e a psicologia mórbida* (1909)[66], *História diplomática do Brasil Holandês* (1914) e *História diplomática do Brasil francês* (1915)[67].

Os artigos que assinou na *Americana* seguiam a mesma orientação temática e o mesmo estilo rigoroso. Divulgou na terceira fase da revista alguns de seus trabalhos mais relevantes de história diplomática, como "O Brasil e a França no século XVI – Um capítulo

---

[64] Conforme Lucia Maria Paschoal Guimarães e Celine Blotta observam Graça Aranha foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. BLOTTA; GUIMARÃES, op. cit.

[65] Vale observar que a *Revista Americana* também era publicada pela Imprensa Nacional.

[66] Assim como o texto "A vida desconhecida de Jesus Cristo", este foi publicado primeiro no *Jornal do Commercio*. Em 1909 foram reunidos no livro "Jesus". Esta era uma prática comum observada em muitos casos, quando partes de um estudo eram divulgados primeiramente em periódicos de grande circulação e depois reunidos em uma única obra.

[67] Araújo Jorge dedicou-se ainda a outros estudos produzindo textos sobre Alexandre de Gusmão, as Ilhas Malvinas e a questão entre a Argentina e a Inglaterra, e Euclides da Cunha, alguns destes publicados no *Revista Americana*. Ver **Nota Introdutória a 2ª edição** do livro JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil*: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.

da História Diplomática do Brasil”[68] e “História diplomática do Brasil Holandês”.[69] Destaca-se ainda a tradução da *Constituição da República Socialista dos Soviets Russos*. A presença deste texto demonstra a colaboração heterogênea do diretor da revista à sua publicação. Além dos trabalhos completos sua assinatura aparece em diversas notas e outras colaborações que compõe a *Americana*. Sem dúvida ele deu um perfil mais dinâmico à revista, o que pode ser observado a partir da sua volta ao Brasil em 1918. Dessa maneira pode coordenar mais de perto seu projeto e, consequentemente, participar de forma mais ativa da sua produção.

No ano seguinte a morte de Rio Branco, Araújo Jorge recebeu promoção na carreira diplomática sendo nomeado primeiro-oficial e foi enviado em comissão para a Europa. Permaneceu fora do país até 1918, ao longo desses anos foi Secretário Geral da Carnegie Endowment for International Peace no Brasil e compôs a delegação do Segundo Congresso Cientifico Internacional Americano de Washington em 1915.

Até meados da década de 1930, Araújo Jorge ocupou importantes postos tanto na Europa quanto nas Américas. Durante esse período buscou conciliar os deveres diplomáticos – como a negociação da fixação dos limites com a Bolívia[70] – com seus interesses de pesquisa. Em 1936 foi designado para chefiar a embaixada brasileira em Lisboa, cargo que ocupou até aposentar-se em 1943. A escolha de Getúlio Vargas, presidente da republica à época, foi estrategicamente determinada, tendo em vista que, Araújo Jorge, além de ser uma figura relevante no meio intelectual, havia ocupado um cargo de confiança em seu governo anterior. Ao longo dos dezessete anos que exerceu as funções de embaixador do Brasil em Lisboa desempenhou papel fundamental nas relações exteriores do país, como à ocasião da Segunda Guerra Mundial estando no centro do debate sobre a participação do Brasil no conflito.[71]

De retorno ao Rio de Janeiro, após encerrar sua carreira diplomática, dedicou-se a pesquisa que resultou no trabalho que viria a ser considerado seu texto de maior projeção. A *Introdução das Obras do Barão do Rio Branco* enriqueceu a bibliografia sobre o chanceler constituindo-se uma das principais referências sobre o assunto. Diferentemente de Rio Branco, Araújo Jorge conseguiu conduzir uma vida de serviços prestados no Itamaraty

---

[68] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano 6, n. 12, p. 25-48, set. 1917.

[69] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, Ano 7, n.9, p. 105-115, jun. 1918.
REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano 7, n. 10, p. 60-68, jul 1918.
REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano 7, n. 11-12, p. 73-79, ago./set. 1918.
REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano 8, n. 2, p. 73-79, nov. 1918.

[70] Trata-se dos limites que não foram contemplados no Tratado de Petrópolis.

[71] Ver: BLOTTA, op. cit.

seguida de anos de estudo e pesquisa para produção de seus trabalhos. Faleceu em 1977 com 92 anos. Sua trajetória de diplomata e intelectual se encerrou, mas há muitos capítulos dessa história a serem contados.

O encontro com o Barão, no início do percurso profissional, e o reconhecimento do seu potencial, garantiram que ele trilhasse tais caminhos. Ciente da importância desse gesto o pai do jovem secretário, o desembargador Rodrigo de Araújo Jorge enviou uma carta diretamente ao chanceler em agradecimento.

Em poucas palavras, o desembargador buscou assegurar as qualidades de seu filho e expressar sua gratidão, mas de forma comedida, tendo consciência da personagem a quem se dirigia:

[...] sou solicitado por irresistível impulso de profundo reconhecimento a vir agradecer as valiosas provas de consideração e [mínima] bondade que se dignou V. Exa. Dispensar a meu filho Arthur Guimaraes de Araujo Jorge tomando o sob sua proteção e animando-o a iniciar-se na carreira diplomática a que se lhe propõe dedicar as energias do seu belo espírito educado na escola do trabalho, da honra, do dever [..][72]

Figura 1 - Carta de Rodrigo de Araújo Jorge ao Barão do Rio Branco. Maceió, 10 de julho de 1905.
Fonte: AHI, Coleção Barão do Rio Branco.

A nomeação veio acompanhada das responsabilidades e desafios de fazer parte da comissão responsável pela realização da conferencia que era o evento mais importante na pauta da política externa daquele momento. Eventos impregnados do espírito pan-americanista eram as Conferências Internacionais Americanas que se reuniam desde 1889. Para sediar a Terceira Conferência foi escolhida a capital da República, que, engajada nas reformas do governo de Rodrigues Alves, se delineava como uma cidade mais moderna e capaz de oferecer boa imagem do Brasil para seus visitantes. Segundo os registros das reuniões do Bureau das Repúblicas Panamericanas, Elihu Root, Secretário de Estado dos

[72] JORGE, Araújo. Carta ao Barão do Rio Branco. Maceió, 10 de julho de 1905. (AHI, Coleção Barão do Rio Branco).

EUA, pronunciou-se em defesa da organização da Terceira Conferência e foi o ministro da Costa Rica, J. Calvo, quem lembrou do direito de preferência do Brasil para realização da mesma. Na ocasião a proposta recebeu, inclusive, o apoio do ministro do Chile, Walker Martinez. A escolha da capital brasileira provavelmente foi fruto da articulação de Rio Branco nos círculos internacionais, juntamente com a atuação de Joaquim Nabuco[73]. A presença do representante da Costa Rica na comissão encarregada da elaboração do programa da conferência respalda essa explicação.

Desde que fora anunciada a escolha da capital brasileira para sediar o evento, o ministro das Relações Exteriores não mediu esforços para que o conclave ocorresse de acordo com os padrões internacionais, refletindo uma imagem do Brasil como país civilizado e moderno. O enorme volume de anotações do Barão, em documentos que contemplam a organização da conferência, revela o cuidado pormenorizado que dedicou a cada detalhe. Para se ter uma ideia, encontram-se no Arquivo Histórico do Itamaraty pelo menos vinte listas com os nomes dos membros de cada delegação contendo notas que definiam os locais onde ficariam hospedados. Rio Branco, pessoalmente, como demonstram suas anotações, teve o zelo de encaminhar cada delegação ao hotel que julgava mais apropriado, evitando situações constrangedoras.

Seguindo a orientação de aproximação com os Estados Unidos e uma política de cordialidade continental, empregou esforços para que a reunião pan-americana vislumbrasse temas relacionados às duas frentes de ação. Mas, para que o espírito de cooperação e o pacifismo encontrassem espaço, era preciso evitar que determinados assuntos fossem contemplados pelo programa da conferência.

As principais personagens ocupadas com as articulações políticas que envolviam a organização da Conferência, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Elihu Root, o embaixador do Brasil em Washington, Joaquim Nabuco e o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Rio Branco, concordavam que temas passíveis de suscitar discussões mais acaloradas não deveriam integrar o programa ou que no máximo poderiam ser enunciados. O Barão chegou a pedir a Nabuco que não fossem abordados casos de navegação de rios e lagoas, pois preferia dar a estes um tratamento bilateral, evitando confrontação com vários países ao mesmo tempo (o que poderia ser negativo para o Brasil). Embora tais eventos caracterizem reuniões multilaterais, a política externa brasileira seguia o preceito de negociações bilaterais, principalmente na resolução de questões de fronteiras.

[73] Vale ressaltar a influência da figura política e intelectual de Joaquim Nabuco nos Estados Unidos e sua relação próxima ao Secretário de Estado, Elihu Root.

De acordo com ata de 4 de abril de 1906[74] , da sessão ordinária da União Internacional das Repúblicas Americanas, foi reunida uma comissão para a elaboração do programa da conferência, o qual passava pela avaliação de todas as repúblicas participantes. Desta forma, as nações organizadoras buscavam otimizar o evento, visto que nos encontros anteriores se havia perdido muito tempo com discussões sobre os temas a serem abordados, pois não eram definidos com antecedência. A dita comissão era composta pelo secretário de Estado Elihu Root (presidente), o embaixador do Brasil em Washington (vice-presidente), o embaixador do México e os ministros de Costa Rica, Chile, Cuba e Argentina.

Na referida ata encontram-se registradas queixas sobre a elaboração do programa. O ministro da Bolívia, Inácio Calderón, questionou a ausência do tema de livre navegação que tanto interessava ao seu país, e defendeu a livre navegação em nome de um comércio livre, e afirmou ser este um direito natural dos países ribeirinhos. Acerca do mesmo tema se pronunciou o ministro da Colômbia, Delgado Mendonza, e ainda declarou que não considerava o programa uma fórmula fechada, e que, sendo pertinente, caberia ampliar as discussões. O ministro do Peru, Felipe Pardo, também se manifestou: primeiramente, elogiou o programa, mas ressaltou que seus delegados não ficariam restritos aos temas, que no seu entender eram apenas recomendados e podiam suscitar outras questões.

Em defesa do trabalho realizado pela comissão que elaborou o programa, o ministro do México se pronunciou reclamando das declarações anteriores. Afirmou que, se fossem aceitas as mudanças e intervenções neste programa, não haveria sentido a nomeação de uma comissão responsável pela elaboração do mesmo. Desta forma, o ministro do Chile, Joaquim Walter-Martinez, defendeu que a partir do momento em que o programa fosse aprovado deveria ser seguido: “Em Haia como em toda conferência internacional sujeita a um programa, uma vez acertado se respeita este fiel e estritamente”[75].

O programa, feitas as explanações das partes citadas, foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Os ministros que apresentaram algum ponto contestador o aceitaram por votação, mas declararam que não podiam responder por seus governos. Ou seja, a formalidade foi cumprida, mas com reservas, dada a postura de alguns países sobre os temas propostos e os que foram subtraídos, sinalizando a ocorrência de possíveis debates na Conferência mesmo que não estivessem no programa.

---

[74] Ata de sessão ordinária da União Internacional das Repúblicas Americanas de 4 de abril de 1906, em Washington. (AHI 182/3021).

[75] Id.

Um dos assuntos mais polêmicos que o Barão do Rio Branco empenhara-se para que não constasse nas discussões da Terceira Conferência foi a proposta da Doutrina Drago. Esta foi elaborada diante da intervenção de três potências européias, a saber Inglaterra, Alemanha e Itália, na Venezuela em 1902, justificada pela cobrança de dívidas públicas, o ministro do Exterior da Argentina, Luis Maria Drago, aterrorizado com a aplicação de tal medida, defendia que não se reconhecessem como legítimas intervenções armadas ou ocupação territorial que tivessem tal finalidade. Havia uma tendência entre as repúblicas hispano-americanas em aceitar os termos de Drago, contudo Rio Branco não compartilhava da mesma opinião das nações vizinhas e neste sentido alinhava-se à posição norte-americana, que não compreendia que tal situação pudesse ser abarcada pela doutrina Monroe. Washington argumentava que as potências européias não estavam engajadas numa missão de conquista de novos territórios, desta forma a Venezuela não poderia apelar para a doutrina.

Se abordado no evento, o tema poderia isolar o Brasil entre as repúblicas latino-americanas e fomentaria as acusações de ser braço do corolário Roosevelt na América do Sul e de empreender práticas imperialistas. Na mesma medida o assunto também exporia um ponto de desacordo com os Estados Unidos, o que poderia gerar ânimos exaltados e reações negativas ao governo norte-americano.

O objetivo do governo de Washington era exatamente o contrário; pretendia fazer da Terceira Conferência a propaganda positiva da política norte-americana, sob os ideais pan-americanistas. Ou mais do que isso, como defende Humberto França[76], a realização da Conferência fazia parte das pretensões do governo norte americano de dominar o mercado das nações do continente.

O programa constituiu-se num trabalho de inteligência diplomática a fim de atender aos interesses diversos das nações e evitar os assuntos desconcertantes para a amizade Brasil-Estados Unidos. O Brasil absteve-se do direito de propor temas e de discutir a formulação do programa, sua influência restringiu-se aos bastidores dos acertos diplomáticos. Na tentativa de evitar assuntos polêmicos encontrava respaldo em outros países, que compartilhavam da mesma percepção. A doutrina Drago, que também não agradava aos Estados Unidos foi registrada na conferência apenas por uma resolução nas atas gerais que dizia:

> A Terceira Conferência Internacional Americana resolve: Recomendar aos governos nela representados que considerem a conveniência de pedir à Segunda Conferência da Paz, na Haia, que estude o caso da cobrança, pelo emprego da força, das dívidas públicas, e, de modo

[76] FRANÇA, Humberto. Joaquim Nabuco e Elihu Root: a viagem Pan-americana, 1906. In: JACKSON. Kenneth David. *Conferências sobre Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2010.

> geral, os meios tendentes a diminuir entre as Nações a possibilidade de conflitos de origem exclusivamente pecuniária.[77]

Essa era a vontade de Rio Branco, como está registrada em despacho dirigido a Washington, em 30 de março de 1906, no qual elogia a atuação de Nabuco: "V Exa. tem feito muito bem tentando arredar questões que antecipadamente se sabe darão lugar a votos discordantes no Congresso".[78]

A ausência da doutrina Drago no programa gerou especulações na imprensa argentina de que este país não enviaria sua delegação à Conferência. Não interessava ao Barão que o encontro fomentasse discordância com nenhuma nação. Empenhou-se em averiguar os fatos, recebeu do ministro brasileiro em Buenos Aires, Assis Brasil, a quase confirmação da presença da Argentina depois de entrevista deste com o ministro argentino, Montes de Oca, "[...] neste momento tudo indica que a Argentina não deixará de comparecer".[79] Em ofício de 12 de abril de 1906, reitera que acredita na participação da República Argentina, embora não tenha nenhuma confirmação formal. Mas a insatisfação restringiu-se às queixas declaradas e sua delegação foi enviada ao Rio de Janeiro.

A escolha da delegação brasileira só foi realizada depois que o programa havia sido aprovado em definitivo. Dela faziam parte membros da oposição ao governo Rodrigues Alves, o que objetivava conferir um caráter justo e imparcial da administração brasileira.

A constituição de um programa que acima de tudo atendia aos interesses do Brasil não é apenas um resultado dos esforços empreendidos para tal fim, mas demonstra um pouco do prestígio desfrutado pelo governo brasileiro. Este recurso simbólico favoreceu o ministério de Rio Branco sobre a definição da data da II Conferência de Paz em Haia. A princípio esta seria realizada no mesmo ano da Terceira Conferência Internacional Americana, mas os representantes do Brasil, juntamente com o secretário de Estado, Elihu Root, conseguiram adiar a reunião para 1907. A remarcação do evento junto ao governo da Rússia demonstra o prestígio do Brasil e a consonância com os interesses do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

As práticas de Rio Branco estavam de tal forma em sintonia com os interesses da política norte-americana que, à ocasião da conferência, Elihu Root anunciou que visitaria o

---

[77] CABRAL, João. *Evolução do direito internacional*: esboço histórico-filosófico. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1908. p. 166.

[78] Despachos a Washington. (AHI 235/2/6).

[79] Ofício de Buenos Aires. (AHI 230/3783).

Brasil. A relevância desta atitude reside no fato de que era a primeira vez que um secretário de Estado faria uma visita a outro país. E ele escolhera o Brasil.

> Os nossos votos são porque desta Terceira Conferência resulte, confirmada e definida em atos e medidas práticas de interesse comum, a auspiciosa segurança de que não estão longe os tempos da verdadeira confraternidade internacional. Já é dela um penhor esse ânimo geral de procurar meios de conciliar interesses opostos ou aparentemente contrários, encaminhando-os em seguida para o mesmo serviço do ideal do progresso da paz. Já ela se manifesta na inteligência com que se busca promover relações políticas mais íntimas, evitar conflitos e regular a solução amigável de divergências internacionais, harmonizando as leis do comércio entre os povos, facilitando, simplificando, estreitando os contatos entre eles. [80]

Essas foram as primeiras palavras do Barão do Rio Branco na abertura da Terceira Conferência, que contou com a presença ilustre do secretário de Estado dos Estados Unidos, pela primeira vez em visita oficial. Sem dúvida era o momento culminante do processo de aproximação entre as duas nações inseridas ainda na rede da América Latina, que se revelava diferente no projeto político de cada uma, embora ambas estivessem engajadas na mesma propaganda pan-americana.

A visita de Elihu Root dissipou algumas desconfianças e ajudou a delinear uma figura mais simpática dos Estados Unidos. Foi acolhido por uma suntuosa recepção que transmitia a importância de seu cargo e a relevância de sua presença dentre as demais nações. Nesta ocasião Joaquim Nabuco proferiu um discurso em homenagem ao visitante no qual afirmou que “A reunião desta conferência é, assim, grande parte da obra vossa”. As palavras do embaixador brasileiro antecederam o importante discurso do secretário de Estado, que repetidas vezes evocou os “direitos iguais entre as nações”, a “paz”, as “nações irmãs”, os “interesses comuns”. Defendeu que o desenvolvimento norte-americano não representava nenhuma ameaça à América Latina:

> Desejamos aumentar nossa prosperidade, expandir nosso comércio, crescer a riqueza em sabedoria, em ânimo, mas a nossa concepção do verdadeiro modo de conseguir isso não é derrubar os outros e aproveitarmo-nos da sua ruína; mas sim auxiliar a todos os amigos a criarem uma prosperidade comum, para que possamos, todos juntos, tornarmo-nos maiores e mais fortes.[81]

O embaixador dos Estados Unidos, Lloyd Griscom, telegrafou para seu país as impressões que tivera diante das festividades destinadas a Elihu Root:

> Visited President; was entertained by brillant reception at Palace today. He received official and social world. Visited St. Louis Pavillon, seat of the Pan American Congress. The Congress has voted to make Secretary of State and Brazilian Minister for Foreign Affairs honorary presidents, and will hold special session in honor of Secretary of State July 31st.[82]

---

[80] LINS, op. cit., p. 515.

[81] DISCURSO de Elihu Root em visita ao Rio de Janeiro. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 ago. 1906. (Fundação Biblioteca Nacional. *Coordenadoria de Publicações Seriadas*. SPR 00002)

[82] Apud NAPOLEÃO, 1999, p. 237.

As atas gerais da conferência demonstram que os esforços dedicados à formulação do programa garantiram que o evento fosse marcado pela cooperação e cordialidade entre as nações participantes. As resoluções da conferência tinham como principal objetivo regulamentar as relações entre os países do continente, neste sentido destacam-se os seguintes temas: reorganização da Secretaria Internacional das Repúblicas Americanas; criação de uma seção de comércio, alfândega e estatística na Secretaria; naturalização; construção da estrada de ferro pan-americana.

A realização da conferência transcorreu dentro das expectativas do ministério de Rio Branco. Pequenos percalços, desentendimentos momentâneos entre algumas nações, não comprometeram o andamento do encontro regido por um programa amplamente articulado. "Assinalava-se a Terceira Conferência Internacional Americana, entre seus congêneres, pela ausência de polêmicas e vãs abstrações".[83]

O sucesso do evento foi uma grande conquista, inclusive, para Araújo Jorge, que como secretário auxiliou o Barão acompanhando a execução de cada detalhe. Dessa maneira esteve permanentemente envolvido na organização, conheceu a rotina do seu líder e aprendeu sua forma de agir na gestão do ministério. A conferência foi para ele a oportunidade de conquistar a confiança do chanceler e estabelecer contatos valiosos entre diplomatas e intelectuais da época, oportunidade que soube aproveitar.

A colaboração de Araújo Jorge permitiu que se aproximasse de Rio Branco e a relação entre o Barão e seu fiel escudeiro seria interrompida apenas com a morte do chanceler em 1912. Orientação para além de uma relação entre ministro e secretário, identificavam-se pelo gosto à pesquisa, pela escrita fácil, acima de outras características, pelo perfil intelectual.

As conquistas do Barão e os desafios de sua carreira política continuaram por mais alguns anos no cenário brasileiro. Manteve-se na administração do Ministério durante a presidência de Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca. Consolidou de tal forma sua figura política e administrativa que mesmo as mudanças de governo não afetavam sua posição no comando do Itamaraty. Sua visão realista, de que a política externa deveria ser conduzida sem influências da política interna, garantiu seu afastamento das disputas locais. Rio Branco não permitia que as manobras políticas que se davam no âmbito nacional atingissem o quadro diplomático ou as diretrizes da política externa brasileira.

O momento em que as duas trajetórias de vida se cruzavam corresponde ao auge da política de aproximação com os Estados Unidos, representado pela realização da Terceira

---

[83] LOBO, Hélio. *Pan-americanismo e o Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939. p. 68.

Conferência Internacional Americana no Rio de Janeiro. Ainda que a relação entre as duas nações tenha sofrido certo abalo com o enfrentamento nas discussões da Segunda Conferência de Paz de Haia, em 1907, os anos que seguem desfrutam dos benefícios da amizade construída na primeira parte da gestão do Barão a frente do Itamaraty.

Os preceitos que nortearam as diretrizes da política externa brasileira à época de Rio Branco, apresentados no início do capítulo, são retomados aqui. Posto as resoluções favoráveis ao Brasil nas principais questões de fronteiras e usufruindo da cordialidade com o governo norte americano, era necessário direcionar esforços para as relações de *relativa simetria* com as repúblicas sul americanas.

Uma das vertentes adotada pelo Itamaraty para atender a este princípio foi a atuação diplomática na esfera cultural. O desenvolvimento de projetos de integração que buscavam estabelecer a cooperação e laços de amizade entre as nações do continente. Esse movimento passava, inclusive, pela elaboração de um *ideal americanista* que as unissem, o estabelecimento de elementos comuns que permitissem a construção de uma identidade americana. Nesse contexto foi elaborado o projeto da *Americana* em consonância com a tendência europeia das revistas culturais e políticas[84]. Em outubro de 1909 seu primeiro número é publicado anunciando no título o maior interesse e o maior desafio, **ser Americana**.

Ainda que não externasse vínculo oficial com o Ministério das Relações Exteriores, a revista lançada correspondia aos interesses da "Casa". Muitos eram os funcionários e membros do corpo diplomático que compunham o quadro de colaboradores. Na direção, além de Araújo Jorge, estava Delgado de Carvalho. e Joaquim Viana.

Sobre Joaquim Viana, o terceiro nome relacionado ao lançamento da *Americana*, há pouca informação, como observou Álvaro da Costa Franco.[85] Sabe-se que submeteu pedido ao Barão para ingressar no Itamaraty, no entanto não obteve sucesso, não tendo, nem posteriormente, conseguido espaço na instituição.

---

[84] ANDRADE, Luis Crespo de. Introdução: Quatro notas breves. In: REIS, Antônio et al. *Revistas, idéias e doutrinas*: leituras do pensamento contemporâneo. Lisboa: Livros horizonte, 2003.

[85] Ver Apresentação de Álvaro da Costa Franco à coletânea fac-similar da Revista Americana editada pelo Senado Federal: "De Joaquim Viana pouco se conhece. Era originário de Pernambuco e militou na imprensa. No arquivo do Barão do Rio Branco há carta em que pleiteia designação para um posto diplomático, pretensão a que o Ministro não atendeu." SENADO FEDERAL. *Revista Americana*: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual: 1909-1919. Ed. Fac-similar. Brasília: FUNAG / CHDD, 2001.

2 SOB AS VISTAS DO BARÃO

"[...] um traço de união entre as figuras representativas da intelectualidade desta parte do mundo." [86]

2.1 A *Revista Americana*: um traço de união entre os intelectuais do continente

O número de lançamento da *Revista Americana* apresenta a proposta de realização do sonho de união entre as repúblicas do continente. A tendência de aproximação do Brasil com os países americanos se fortaleceu no início do período republicano, e encontrou terreno fértil na gestão de Rio Branco. Como pudemos acompanhar no capítulo anterior a política externa brasileira viveu "anos de apogeu"[87] sob a orientação do Barão, e suas conquistas, inclusive aquelas angariadas no campo simbólico, garantiram que o Itamaraty mantivesse seu prestígio por muito tempo.

As ações políticas eram combinadas com iniciativas culturais. O movimento das ideias pelos espaços da intelectualidade brasileira e as construções advindas desse cenário, constituíam elementos de grande valor para a propagação dos interesses do Ministério, e Rio Branco tinha a exata dimensão disso.

Além de estruturar as bases da carreira diplomática, de modo a garantir a constituição de um corpo de funcionários melhor preparados e com as propostas da instituição, Rio Branco preocupava-se em reforçar a ligação do Itamaraty com o meio intelectual. São inúmeros os exemplos de escritores, jornalistas, membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Academia Brasileira de Letras (ABL) que circulavam pelos corredores e pelas salas do Ministério, como era o caso de Euclides da Cunha, de Helio Lobo, de Domício da Gama, entre tantos outros.

A experiência pessoal do Barão, desde a formação ao lado de seu pai, foi fundamental para que compreendesse a importância de transitar por entre esses meios e de ser um membro ativo em cada um deles. Juntamente com a personagem política ascendeu o intelectual, o erudito irrefutável, que era admirado pelos seus pares.

A partir dessa perspectiva pode-se observar como a proposta de uma revista cultural e política, tal qual era o modelo em voga, floresceu em solo brasileiro. Essas revistas desenvolveram conceitos inovadores, configuraram propostas de formação e divulgação de ideias características dos grupos aos quais pertenciam. Por mais variadas que fossem as origens dessas publicações, elas constituíram meio de aglutinação em função da consonância

---

[86] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 5, out. 1909.

[87] BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República*: anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

de ideais e de pontos de vista compartilhados entre os idealizadores e colaboradores de seus projetos. Em muitos casos, tais periódicos revelavam uma forma de transformar esses interesses comuns em corrente de opinião.[88]

Tanto na experiência europeia quanto na propagação desse modelo, as revistas culturais transmitiam novidades, cunhavam novos argumentos e forjavam imaginários. Estavam marcadamente ligadas à "construção de perspectivas de amplo alcance"[89]. Das ideias elaboradas e defendidas, das construções e versões de mundo, algumas se difundiram entre os espaços pretendidos e se consolidaram. Outras, no entanto, se dissiparam.

A análise dessas revistas permite afirmar que, por vezes, estavam relacionadas a uma nova identidade cultural ou cívica, como observa Luís Crespo Andrade. Para o autor essa identidade está diretamente atrelada ao programa da publicação, que se não estiver explicitado em editorial ou manifesto poderá ser observado no conteúdo publicado no decorrer de sua trajetória.

> Nos melhores momentos, estas revistas dão-nos a conhecer um pensamento no seu movimento constituinte, na pluralidade de suas vozes e das suas tónicas, nas suas referências nacionais e universais, na fixação da sua linguagem e do seu firmamento conceptual, nas suas hesitações e passos em falso, nos seus dissídios e nas suas opções controversas, no desenho do seu evoluir temático e discursivo, na sucessão das suas séries, no compasso dos seus ciclos, no transito dos seus projectos.[90]

Com a Americana não foi diferente, assinado pela redação, o editorial do primeiro número evidencia as principais intenções da publicação, que seriam seguidas nos números posteriores. Ele corresponde a um *Manifesto* de lançamento[91], em que se apresentam os seus propósitos.

> A *Revista Americana* se esforçará por transmudar este sonho [de união] em realidade calorosa e fecunda. Trabalhará pela aproximação política, pelo congraçamento intelectual, pelo engrandecimento moral das nações americanas. Nas suas páginas serão agitados e debatidos todos os grandes e palpitantes problemas que se relacionem com os nossos destinos; serão discutidos com a mais ampla liberdade, arredadas todas as restrições oriundas de partidos políticos, facções literárias e parcerias artísticas. É um campo neutro para a plena expansão de todas as atividades mentais, um veículo de todos os sonhos, de todas as aspirações, de todos os ideais, de tudo quanto possa concorrer para a nobilitação e engrandecimento da América.[92]

No cerne da *Americana* estava o interesse pela cooperação intelectual, elemento que a torna singular na história diplomática brasileira, um projeto idealizado e realizado por membros do Ministério das Relações Exteriores com foco no intercâmbio cultural. Uma

---

[88] ANDRADE, op. cit., p. 11-12.

[89] Idem p. 12.

[90] Ibid p. 13.

[91] SIRINELLI, Jean-François. *Intellectuels et passions françaises*: Manifestes et pétitions au XXe siècle Paris: Gallimard, 1990. p. 132-139.

[92] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 7, out.1909.

revista cultural e ao mesmo tempo de caráter doutrinário, porque pretendia disseminar a política externa brasileira, e voltada para o continente americano, conforme a orientação do Barão do Rio Branco.

Embora não haja, ao longo dos anos de circulação, um único número que aponte a relação direta entre o periódico e o Ministério, nem tenha sido encontrado, até o momento, documento comprovador de que tenha sido a revista um instrumento oficial desta instituição, podemos afirmar que fora pensada para atender aos interesses defendidos pelo Itamaraty e seus integrantes. desfrutava da intimidade do poder, pois era editada nas oficinas da Imprensa Nacional. Escorada na proposta de que constituía um campo neutro para debate intelectual, permitiu em suas páginas algumas linhas de oposição a certas diretrizes da política externa brasileira. No entanto, estas manifestações não implicavam na descaracterização do periódico como meio divulgador dos preceitos norteadores da política externa de Rio Branco.

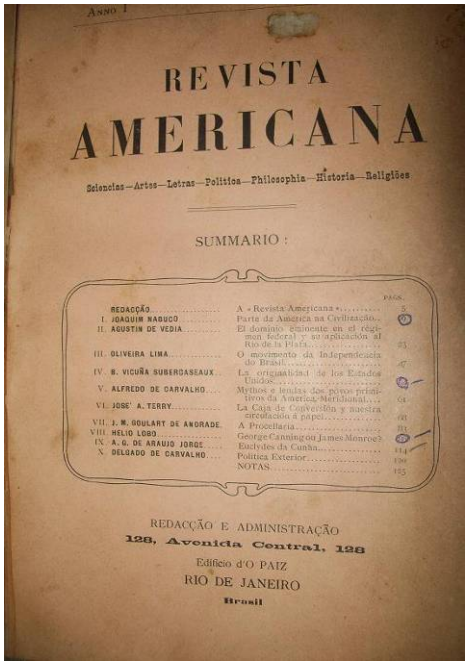
O editorial do número de lançamento não faz referência aos nomes que compunham a redação da *Americana*. A seção de **Notas** e um pequeno aviso no verso da última capa fazem menção ao diretor do periódico, sem, contudo, revelar quem ele seria. O nome de Arthur Guimarães de Araújo Jorge aparece como responsável apenas a partir do segundo número ao lado de Delgado de Carvalho e Joaquim Viana. E, ao longo dos dez anos de circulação, foi substituído eventualmente por Silvio Romero (Filho) em função de missões que desempenhou fora do país.

Para além do vínculo com o Ministério, as pistas encontradas nos levam à figura do Barão do Rio Branco, personagem tão popular à ocasião, que chegou até a ser o principal nome cotado para disputar as eleições presidenciais de 1910[93]. Por certo, a influência do chanceler foi definitiva para a realização do projeto da *Americana*. Sem o seu prestígio, Araújo Jorge, um recém ingresso no Itamaraty, e seus jovens companheiros de carreira não teriam condições de lançarem a revista, nem tão pouco mantê-la em circulação conquistando os resultados alcançados.

A par disso, à contribuição de personalidades políticas de grande relevo somam-se os fatores supramencionados para confirmar o apoio do Barão e do Ministério à publicação. De tamanho padrão (15 cm x 24 cm), confeccionada com editoração de qualidade, possuía um modelo sóbrio, com capa simples em papel pardo, sem gravuras ou qualquer ilustração. O que estava em destaque era a divulgação de seu conteúdo. Abaixo do título, ao centro da capa, encontra-se o sumário, deixando em evidência que esta publicação contava, já em seu

[93] Sobre a popularidade de Rio Branco e as agitações em torno de seu nome para a presidência da república ver LINS, op. cit., p. 435-446.

primeiro número, com a colaboração de figuras proeminentes tais como Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Helio Lobo.



ANNO I

REVISTA AMERICANA

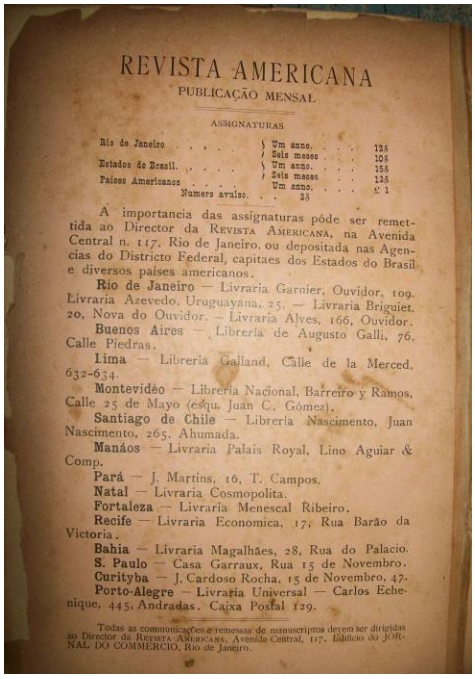
Sciencias—Artes—Letras—Politica—Philosophia—Historia—Religiões

SUMMARIO :

PAGS.

REDACÇÃO ..... A «Revista Americana» 5
I. JOAQUIM NABUCO ..... Parte da America na Civilização ..... [illegible]
II. AGUSTIN DE VEDIA ..... El dominio eminente en el régimen federal y su aplicación al Rio de la Plata 25
III. OLIVEIRA LIMA ..... O movimento da Independencia do Brasil ..... [illegible]
IV. B. VICUÑA SUBERCASEAUX ..... La originalidad de los Estados Unidos ..... [illegible]
V. ALFREDO DE CARVALHO ..... Mythos e lendas dos povos primitivos da America Meridional ..... [illegible]
VI. JOSE' A. TERRY ..... La Caja de Conversión y nuestra circulación á papel ..... [illegible]
VII. J. M. GOULART DE ANDRADE ..... A Procellaria ..... [illegible]
VIII. HELIO LOBO ..... George Canning ou James Monroe? [illegible]
IX. A. G. DE ARAUJO JORGE ..... Euclydes da Cunha ..... [illegible]
X. DELGADO DE CARVALHO ..... Politica Exterior ..... [illegible]
NOTAS ..... [illegible]

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
128, Avenida Central, 128
Edificio d'O PAIZ
RIO DE JANEIRO
Brasil



REVISTA AMERICANA
PUBLICAÇÃO MENSAL

ASSIGNATURAS

Rio de Janeiro	Um anno	12$
	Seis mezes	10$
Estados do Brasil	Um anno	15$
	Seis mezes	12$
Paizes Americanos	Um anno	£ 1
Numero avulso		2$

A importancia das assignaturas póde ser remettida ao Director da REVISTA AMERICANA, na Avenida Central n. 117, Rio de Janeiro, ou depositada nas Agencias do Districto Federal, capitaes dos Estados do Brasil e diversos paises americanos.

Rio de Janeiro — Livraria Garnier, Ouvidor, 109. Livraria Azevedo, Uruguayana, 25. — Livraria Briguiet, 20, Nova do Ouvidor. — Livraria Alves, 166, Ouvidor.

Buenos Aires — Libreria de Augusto Galli, 76, Calle Piedras.

Lima — Libreria Galland, Calle de la Merced, 632-634.

Montevidéo — Libreria Nacional, Barreiro y Ramos, Calle 25 de Mayo (esqu. Juan C. Gómez).

Santiago de Chile — Libreria Nascimento, Juan Nascimento, 265, Ahumada.

Manáos — Livraria Palais Royal, Lino Aguiar & Comp.

Pará — J. Martins, 16, T. Campos.

Natal — Livraria Cosmopolita.

Portaleza — Livraria Menescal Ribeiro.

Recife — Livraria Economica, 17, Rua Barão da Victoria.

Bahia — Livraria Magalhães, 28, Rua do Palacio.

S. Paulo — Casa Garraux, Rua 15 de Novembro.

Curityba — J. Cardoso Rocha, 15 de Novembro, 47.

Porto-Alegre — Livraria Universal — Carlos Echenique, 445, Andradas. Caixa Postal 129.

Todas as communicações e remessas de manuscriptos devem ser dirigidas ao Director da REVISTA AMERICANA, Avenida Central, 117, Edificio do JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro.

Figura 2 - Revista Americana, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, out. 1909.

Por ocasião do seu lançamento, a sede da *Americana* situava-se na Avenida Central, e informava ser no prédio do jornal *O Paiz*. A localização tanto da redação quanto da administração seria deslocada diversas vezes entre 1909 e 1919. Sofreu mudanças sucessivas, mas, geralmente ocupando espaços junto às redações de importantes diários cariocas.

A edição pela Imprensa Nacional e a ausência de propagandas, ou qualquer anúncio publicitário constituem outros fatores que corroboram a nossa teoria. Os custos de organização, produção, impressão e distribuição de uma revista eram demasiadamente onerosos para um jovem diplomata. Diversos periódicos não sobreviviam mais do que uns poucos números, entretanto a revista manteve certa regularidade de circulação na sua primeira fase e perdurou por mais seis anos, encerrando definitivamente sua publicação apenas em 1919.

Os valores da assinatura da *Americana* encontram-se usualmente na última capa e estabelecem preços diferenciados para o Distrito Federal, para os estados brasileiros e para os países americanos. No território nacional o número avulso custava 2$ (dois mil réis) e as assinaturas semestral e anual, variavam entre 10$ (dez mil réis) e 15$ (quinze mil réis). Para outros países americanos se oferece apenas a opção de contratação anual por 1 £. Havia ainda

uma relação de livrarias onde a revista poderia ser adquirida no Rio de Janeiro, em Buenos Aires, Lima, Montevidéu, Santiago de Chile, Manaus, Pará, Natal, Fortaleza, Recife, Bahia, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

De modo geral, o conteúdo da revista está dividido em duas partes. A primeira corresponde à colaboração dos diversos autores com ensaios, textos literários, poesia, prosa e artigos. E a segunda parte, sob a responsabilidade da redação da publicação, compreende três seções que, no entanto, não são regulares no curso da publicação: **Bibliografia**, **Revistas** e **Notas**. As duas primeiras apresentam livros e revistas, recebidos pela administração da *Americana*, por vezes, acompanhados de alguns comentários ou mesmo resenhas críticas. Já a seção de **Notas** é composta por uma variedade de informações, desde trechos transcritos de jornais até artigos completos passando por conferências proferidas em eventos solenes.

2.2 Continuidades e mutações: fases da Revista Americana

A análise dos dados da pesquisa, à luz do contexto ao qual nosso objeto pertence, demonstra a importância do Barão para efetivação desse projeto. Sua relevância é de tal ordem que constitui um dos elementos definidores da periodização que adotamos. Identificamos três fases distintas entre os dez anos da publicação. A primeira compreende o início da *Americana*, em outubro de 1909, até dezembro de 1913. Esta fase foi a mais densa, com debates sobre os principais temas em pauta nas relações internacionais, bem como trabalhos assinados por nomes de grande projeção.

Ao longo do ano de 1914 nenhum número da revista foi publicado. Esta lacuna pode ser justificada pelo agravamento do cenário internacional com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, pela ausência de Rio Branco, que faleceu em fevereiro de 1912, e em função do afastamento de Araújo Jorge, que seguiu em missão para a Europa[94]. A soma desses fatores acabou por tirar a *Americana* de circulação por um ano e meio[95].

O projeto é retomado em junho de 1915, sendo interrompido novamente em agosto do mesmo ano. Nesta fase apenas quatro números foram lançados, e trouxeram uma novidade que alterou o projeto da *Americana*. Os artigos apresentados em modelo sóbrio eram agora acompanhados por um *Suplemento Ilustrativo*. A abordagem e os temas tratados são tão

[94] Em 1913 Araújo Jorge obteve promoção na carreira diplomática seguiu para Europa e permaneceu fora do país até 1918. BLOTTA, op. cit., p. 91

[95] A primeira fase encerra com o número de dezembro de 1913 e só retorna em junho de 1915, na segunda fase da Revista Americana.

diversos dos encontrados no período anterior que parece tratar-se de um novo periódico, sob nova orientação, embora mantivesse o mesmo nome.

Entre 1916 e 1919 Araújo Jorge, com o apoio de Silvio Romero (Filho) tentaria manter a revista em circulação. Durante essa fase recuperou o projeto inicial, abandonando a proposta de engajar-se à tendência das revistas ilustradas. No entanto, já não se conseguiria mais estabelecer o espaço de debate intelectual com a mesma qualidade que marcara a primeira fase.

Nos primeiros quatro anos foram lançados trinta e um números quando, seguindo a regularidade mensal, de outubro de 1909 a dezembro de 1913, deveriam ter sido publicados cinquenta. A diferença deve-se as repetidas interrupções ocorridas por diversos motivos. Por vezes, pequenos excertos anexados buscavam dar conta das razões que não permitiram a publicação em dado momento. Tal como é o caso do número 1 de janeiro de 1912, o qual tem uma pequena nota que faz menção ao incêndio ocorrido no prédio da Imprensa Nacional, onde eram impressos os exemplares da *Americana*. Informa que por esse motivo só foram publicados os seis primeiros números do ano de 1911 e pela mesma razão não constam no referido número as contribuições de autores estrangeiros, cujos originais remetidos perderam-se na tragédia.

O volume de páginas da revista segue de maneira irregular por toda sua trajetória. O primeiro número era composto por 125 páginas, porém não apresentava a segunda parte. Há alguns números com menos de 100 páginas e outros com mais de 300. Os números mais extensos foram publicados no ano de 1911. Mesmo com os atrasos causados pelo incêndio do prédio da Imprensa Nacional os exemplares editados nesse ano alcançaram em média 220 páginas. Em contrapartida os números do ano de 1912 possuíam cerca de cem páginas a menos.

2.3 **Número de estreia: outubro de 1909**

O primeiro número da *Americana* apresenta algumas particularidades pertinentes ao seu caráter inaugural. Antes de qualquer artigo, oferece o seu *Manifesto de lançamento,* o qual, como já sinalizamos anteriormente, revela as principais ideias que regem o projeto da revista. Da mesma forma, pode-se analisar o conteúdo expresso pelo sumário que está estampado na capa, composto por dez artigos, dentre os quais, três foram escritos por colaboradores estrangeiros.

Para abrir o número foi selecionada uma conferência de Joaquim Nabuco, "A parte da América na civilização"[96]. Vale a pena abrir rápido parênteses para comentar a origem desse texto emblemático que foi preparado pelo embaixador, atendendo ao convite do reitor dessa instituição, Charles Richards Van Hise[97], para ser apresentado na formatura da Universidade de Wisconsin, em junho de 1909.

A escolha de Joaquim Nabuco para figurar entre os autores do número de lançamento não foi uma decisão ingênua. Ele era o embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Desde a sua chegada a Washington desempenhou papel central na política de aproximação, visto o entusiasmo e competência que dedicou às relações entre os dois países. Diversos pesquisadores observam a importância da ação conjunta dos dois estadistas, Rio Branco e Joaquim Nabuco, mas destacam a diferença entre a concepção de americanismo de cada um na condução da política externa brasileira[98]. Não há qualquer dúvida quanto ao poder simbólico imbuído na presença de Nabuco como autor do número, e principalmente da importância da temática abordada.

A atuação diplomática de Nabuco em Washington, desde sua nomeação em 1905 – quando a legação brasileira nos Estados Unidos foi elevada à condição de embaixada – era acompanhada de perto pela imprensa local. Em pouco tempo seu perfil intelectual foi agregado à imagem política, o que lhe garantiu maior reconhecimento pela sociedade norte americana e pelo meio intelectual[99]. A atuação do embaixador era amplamente divulgada pelos principais jornais que noticiavam, inclusive, o contato que mantinha com várias universidades. Essas relações e os constantes convites para participar de solenidades revelam o prestígio que desfrutava entre as maiores instituições de ensino superior desse país[100].

Assim como outros personagens do cenário intelectual, o reitor de Wisconsin gostaria de receber Nabuco em seu campus. As cartas de Van Hise endereçadas ao diplomata brasileiro desde 1908, revelam a admiração que dedicava a ele. No entanto, as ocupações

---

[96] Primeiramente intitulado *America and Civilization* ainda em 1909, aparece a denominação definitiva *The Share of America in Civilization* nas cartas trocadas entre Nabuco e Van Hise.

[97] O geógrafo Charles Richards Van Hise (1857-1918) foi um dos mais importantes reitores da Universidade de Wisconsin. Esteve à frente da sua administração de 1904 a 1918, quando faleceu subitamente.

[98] Sobre diferentes concepções de americanismo identificadas com a política de Rio Branco e Joaquim Nabuco, ver Capítulo I.

[99] "[...] além de desempenhar com louvor as suas funções diplomáticas, manteve intensa atividade no cenário intelectual estadunidense."ALBUQUERQUE, Severino J. *Conferências sobre Joaquim Nabuco*: Joaquim Nabuco e Wisconsin. Centenário da Conferência na Universidade. Rio de Janiero: Bem-te-vi, 2010. Introdução. p.15

[100] É interessante assinalar que essa personagem intelectual, que manteve laços estreitos com universidades e instituições de pesquisa acabou por influenciar uma política cultural adotada pelo Ministério das Relações Exteriores, tal como se pode observar na atuação do atual Departamento Cultural do dito Ministério, conforme salienta PAGE, p. 26.

pertinentes ao cargo que ocupava só lhe permitiram que agendasse a viagem para o ano seguinte. Através de longas cartas ficou combinado que Joaquim Nabuco pronunciaria o *Baccalaureate Address* na cerimônia de formatura em junho de 1909.

Pouco depois de confirmada a data da visita os problemas de saúde do embaixador agravaram-se e, por ordem médica, seus planos precisaram ser alterados. Coube ao reitor ler o texto enviado por Nabuco, que conforme relatou em sua correspondência, dedicara grandes esforços para que correspondesse à importância do evento. A repercussão na imprensa, já no dia seguinte ao pronunciamento, demonstra que o autor atingiu seu objetivo.

A ausência do convidado principal não diminuiu a relevância das palavras da conferência. Nela o autor discorre sobre o que julga ser a contribuição dos Estados Unidos para o desenvolvimento das demais nações do continente, e mesmo da humanidade. Observam-se várias ideias da visão de Nabuco e que ilustram sua posição americanista, ou melhor, que configuram seu *americanismo ideológico*. A noção de "manutenção da paz" defendida pelo Departamento de Estado norte americano e também característico da política externa brasileira, permeia as linhas do texto apresentado na universidade. O autor utiliza amplamente o conceito de pan-americanismo relacionado à idéia de "manutenção da paz" e, da mesma forma, à Doutrina Monroe: "Paz e Pan-americanismo são termos equivalentes para vós e para nós".[101]

Joaquim Nabuco no decorrer das páginas acentua a oposição entre os Estados Unidos e Europa, consoante as noções de *Novo* e do *Velho Mundo*, da renovação e da tradição. A polarização pertinente diante do cenário de aprofundamento das disputas imperialistas pelas potências mundiais é abordado pelo autor:

> A América, graças à Doutrina Monroe, é o Continente da Paz, e essa colossal unidade de paz, interessando profundamente outras regiões da Terra – o Pacífico inteiro, pode-se dizer, – forma um Hemisfério Neutro, e equilibra o outro Hemisfério, que poderíamos chamar o Hemisfério Beligerante.[102]

Ele analisa criticamente as cinco contribuições destacadas pelo presidente da Universidade de Harvard, Charles William Eliot[103], a saber: a substituição da guerra por discussões e a arbitragem como meio de solucionar disputas entre as nações; a tolerância religiosa; o sufrágio universal masculino; relação da variedade de raças na sociedade americana e liberdade política; disseminação do bem-estar material entre a população. Ainda

---

[101] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 13, out 1909.

[102] *Idem*, p. 12

[103] Charles William Eliot (1834-1926), presidente da Universidade de Harvard que por mais tempo permaneceu no cargo, de 1869 a 1909. ELIOT, Charles William. *American Contributions to Civilization, and others essays and addresses.* Nova York: The Century Company, 1897.

que reconheça a importância de certas questões e compartilhe da opinião de Eliot, para Nabuco a imigração é um elemento definidor da peculiaridade do caso norte americano, a mistura de raças tal como ocorreu nesse país, de maneira livre, contribuiu de forma decisiva para seu desenvolvimento.

O embaixador brasileiro segue discorrendo sobre a democracia na América que, mesmo tendo suas origens no continente europeu, constitui uma inovação e uma das grandes heranças para a humanidade. Da mesma forma trata do sistema de educação e da liberdade religiosa, para tanto observa as colaborações dos trabalhos de Alexis de Tocqueville e de James Bryce[104].

Joaquim Nabuco encerra o texto fazendo menção à constituição brasileira, em particular ao artigo 88, o qual condiciona a participação em guerras, ou a declaração aberta de tal confronto, à aprovação do Congresso e diante da impossibilidade de resolução por arbitramento.

Além do texto acima examinado dois outros artigos tratam de questões relacionadas com os Estados Unidos. O primeiro "La originalidad de los Estados Unidos" é do diplomata e escritor chileno Benjamin Vicuña Subercaseaux (1875-1911). Sobre o autor destaca-se sua participação na Terceira Conferência Internacional Americana[105] e sua contribuição à imprensa do seu país, quando ainda ocupava postos em legações na Europa[106].

Em seu texto faz um estudo comparativo entre a constituição norte americana e as dos países da América do Sul, considerando as nuances diferenciadas de influência que exerceram as respectivas metrópoles. Ao abordar os elementos de formação da nação estadunidense, aponta os fatores que a tornaram singular no continente:

> Todo eso que hemos visto, - la falta de tradición, la falta de un gobierno histórico y concebido, como en Europa y América del Sur, - sería la esplicación de la originalidad de los Estados Unidos, originalidad que principalmente se manifesta en un individualismo sin precedentes en la historia del mundo.[107]

---

[104] TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracy in America*. 1835 e BRYCE, James. *The American Commonwealth*. Londres; Nova York: Macmillan, 1888. (3 vol.) além deste nos interessa igualmente o SOUTH AMERICA: observations and Impressions .Londres; Nova York: Macmillan, 1912.

[105] À sua participação na conferência realizada no Rio de Janeiro em 1906 dedicou seu livro La producion intelectual em Chile. (Disponível em: <http://www.dibam.cl/sdm_mbm_mackenna/noticias. asp?id=6996>. Acesso em 2 jul. 2011.

[106] Publicou diversas crônicas no jornal *El Mercurio* de Santiago com o pseudônimo San-Val II, que posteriormente foram reunidas no livro *La ciudad de las ciudades*.

[107] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 58, out. 1909.

É a partir da análise do passado, usando como contraponto o exemplo europeu, que Benjamin Vicuña delineia a imagem da proeminente república do norte, que se projetava cada vez mais sobre toda América.

O diplomata e historiador Helio Lobo (1883-1960) colaborou nesse número de lançamento com o artigo "George Canning ou James Monroe?". Ingressou ainda jovem no Itamaraty desfrutando de prestígio junto a Rio Branco. Integrou as comissões de dois tribunais arbitrais para solução de fronteiras[108] durante a gestão do Barão e desde o início dedicou-se a pesquisa nos arquivos e na biblioteca do Ministério, estudos que culminaram na publicação de trabalhos sobre história diplomática e direito internacional.

No texto apresentado na *Americana*, Helio Lobo analisa, respectivamente, a construção das personagens políticas do ministro do exterior britânico e do presidente norte americano. O autor apresenta as circunstâncias que configuraram posturas adotadas pelos dois líderes, no que se refere às relações entre a ex-colônia e a metrópole europeia. Mais uma vez observa-se a polarização entre *Velho* e *Novo Mundo*, agora, inseridos na dinâmica das disputas imperialistas que culminariam na Primeira Guerra Mundial: "Pouco a pouco, vai-se vendo, a teoria se desenvolve. Toma corpo o tema do *sistema americano* como oposto ao *sistema europeu*: será em breve um credo da política *yankee*".[109]

As trajetórias são abordadas até alcançar o momento do célebre pronunciamento de James Monroe em 1823, estabelecendo um marco para o pan-americanismo que se consolidaria ao longo dos anos seguintes, constituindo pauta nas diretrizes das políticas externas de países do continente. As palavras proferidas naquele ano ecoaram por muito tempo e alcançaram o início do século XX ainda com muita força. Sob a liderança de Theodore Roosevelt o governo dos Estados Unidos relembrou as palavras de Monroe, seus princípios pareciam ainda atuais e foram adotados por uma nova leitura do presidente que passou a ser chamada de "corolário Roosevelt". A declaração original tinha um caráter defensivo e anticolonialista, direcionado às pretensões europeias no continente. Retomada neste momento, tratava a América Latina como um todo que estava sob forte controle norte-americano camuflado pela propaganda pan-americanista de cooperação entre as nações.

Desta maneira legitimava intervenções dos Estados Unidos nos demais países do continente de acordo com seus interesses. À diferença das potências europeias que avançavam sobre suas zonas de influência com práticas agressivas de dominação, o governo norte-

---

[108] Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano, 1907 e Brasileiro-Boliviano.

[109] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, out. 1909.

americano intitulou-se “polícia da América”, defensor da paz, e assim, penetrando passo a passo, dominou econômica e politicamente as repúblicas latino-americanas.

O pronunciamento de Roosevelt, em 6 de dezembro de 1904, estabelecia os deveres dos Estados no concerto hemisférico. Caberia, pois, aos Estados Unidos garantir a segurança dos Estados mais fracos contra o inimigo imperialista europeu, enquanto as nações instáveis da América Latina deviam aceitar a preponderância do república norte americana e buscar apaziguar suas questões internas.

As ideias difundidas em torno da Doutrina Monroe incendiavam debates entre os mais variados grupos das sociedades latino americanas. A apreciação histórica do pronunciamento a partir do desenrolar das relações dos Estados Unidos com a Inglaterra, constituía um tema de grande interesse à época da publicação da revista, principalmente considerando a abordagem que reafirma a posição dos Estados Unidos em defesa de um continente contra as pretensões imperialistas dos antigos colonizadores.

Seguindo perspectiva de análise semelhante, Agustin de Vedia (1843-1910) no artigo “El dominio eminente en el régimen federal y su aplicación al Rio de la Plata” trata do regime federalista e suas aplicações de modo geral na América, em especial na Argentina. Nesse sentido apresenta algumas reflexões acerca do conceito de federalismo buscando suas referências históricas até a incorporação desse elemento por repúblicas americanas. Essas elucubrações são encaminhadas de tal forma que desembocam no problema da soberania no espaço marítimo. E ainda questionam se a navegação de rios e mares estaria sob a esfera nacional ou local?

Agustin Vedia toma o referencial histórico para abordar assuntos em voga nas relações internacionais. Suas reflexões refletem o interesse em promover o debate em torno do tema. A problemática do acesso fluvial afetava a definição das fronteiras na região do Prata, como no caso da Lagoa Mirim entre Brasil e Uruguai, solucionado pelo Barão do Rio Branco, por meio de acordo em 1909[110] . Sobre esse episódio ao autor comenta:

> El digno jefe de la cancilleria brasileña la há dicho: todo el mundo reconoce en los ribereños el condominio de las aguas en los ríos y lagos lindeiros, á menos de que por algún pacto solemne se haya estabelecido um regímen de excepción. Este era precisamente el caso de la laguna Merim y Río Yaguarón. Esa excepción está á punto de ser eliminada, dada la actitud del Brasil, que, como se ha dicho, marca um acontecimiento glorioso, no solo en su propia historia sinó en la historia de la humanidad.
> El Baron de Rio Branco há tenido tambien la franqueza de manifestar que abrigó el Brasil la más remota Idea de rozar la susceptibilidade de ningún gobierno extrangero, ni la de influir

[110] O tratado de 30 de outubro de 1909 encerrou questões sobre a fronteira entre o Brasil e o Uruguai além de definir princípios de comercio e navegação na região abrangente. ARAÚJO JORGE, Arthur Guimarães de. *Introdução*... p. 137-150.

> em la soluciónde alguna outra cuestión análoga. Cuando concibió el noble desígnio, "ningún litígio sobre jurisdicción en aguas fluviales había surgido en parte alguna del mundo"[111]

Cabe acrescentar sobre o comentário de Vedia que o episódio teve ampla e positiva repercussão entre a população uruguaia. A solução engendrada por Rio Branco foi recebida no Uruguai como uma grande vitória, e fruto da nobreza do chanceler brasileiro. Desde o início de sua gestão a frente do ministério, o Barão pretendia reparar essa questão concedendo os direitos a nação vizinha, mas antes precisou lidar com a opinião pública para evitar oposições ao ato. Somente em 1909 julgou desfrutar de momento propicio para tal acordo.

Algumas manifestações condenavam o acordo acusando o Barão de querer influenciar o debate sobre os direitos do Uruguai na região do Prata junto a Argentina. A essas acuações ele respondeu oportunamente em discurso no IHGB[112]: "Não houve da nossa parte o mínimo pensamento de melindrar nenhum outro governo ou de intervir na solução de nenhuma outra questão pendente."[113]

O conhecimento histórico não era apropriado pelos colaboradores da *Americana* apenas como meio para se debruçar sobre alguma temática contemporânea. Ao longo dos números nota-se a importância conferida a temas e autores que contemplavam a história, especificamente a história de seus países, ou, de modo geral, do continente americano. No momento do lançamento, entre os dez artigos publicados na revista de outubro de 1909 dois eram essencialmente ensaios históricos.

O primeiro trabalho dessa categoria é uma contribuição de Manoel de Oliveira Lima, membro do corpo diplomático desde 1890. Assim como muitos do Ministério das Relações Exteriores, colaborava em importantes jornais da época[114] e à época já havia publicado alguns trabalhos historiográficos.[115] No número inaugural da *Americana* assina o artigo "O movimento de independência do Brasil", que conforme uma nota da redação informava, era o

---

[111] REVISTA AMERICANA, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 39, out. 1909.

[112] Por diversas vezes o Barão do Rio Branco recorreu a discursos proferidos em conferências e congressos para expor sua posição sobre determinado assunto.

[113] Discurso proferido pelo Barão do Rio Branco, então presidente do IHGB, em sessão de 6 de maio de 1909.

[114] Para citar alguns destacamos *O Estado de São Paulo*, o *Diário Pernambucano* e o *Correio da Manhã*, veículos que propagaram as impressões de Oliveira Lima sobre alguns debates que protagonizou.

[115] *Aspectos da literatura colonial brasileira*, 1896; *La Langue portugaise, La Littérature brésilienne*, 1909; *Machado de Assis et son oeuvre littéraire*, 1909; *O movimento da Independência*; *Aspectos da história e da cultura do Brasil*, 1923; *Obra seleta*, 1971. Publicou numerosas obras de história, entre elas: *Memória sobre o descobrimento do Brasil*; *História do reconhecimento do Império*; *Elogio de F. A. Varnhagen*; *No Japão*; *Secretário Del-Rei*; *Dom João VI no Brasil.*

extrato do primeiro capítulo de livro em preparação, sob o mesmo título, e que seria a continuação do trabalho, "D. João VI no Brasil"[116].

Neste artigo Oliveira Lima aborda as circunstâncias da volta de D. João VI a Portugal, tendo como referência documentos diplomáticos de legações estrangeiras em particular do ministro austríaco. Como fonte utiliza também panfletos que circularam, mesmo que de maneira restrita, em meio à atmosfera que precedeu o movimento de independência.

A presença de um estudo de Oliveira Lima na estréia da revista pode suscitar questões interessantes acerca dos autores que publicavam na *Americana*. A relação entre ele e Rio Branco foi por vezes abalada, amplamente exposta e debatida nas principais folhas do país. Eram da autoria de Oliveira Limas as críticas à política de aproximação com os Estados Unidos divulgadas em jornais de grande circulação, inclusive no ano da Terceira Conferência Internacional Americana realizada no Rio de Janeiro em 1906[117].

A escolha de Oliveira Lima para figurar entre os nomes que colaboraram no primeiro número da publicação pode ser compreendida por diferentes perspectivas. Era a comprovação de um espaço imparcial de debate intelectual, e, na medida em que apresenta um texto de história do Brasil, sem apelo a acontecimentos contemporâneos, representava a contribuição de um diplomata afeito à pesquisa histórica e conhecido por seus trabalhos publicados.

Por sua vez, o ensaio de Alfredo de Carvalho (1870-1916), “Mitos e lendas dos povos primitivos da América Meridional” sobre as origens dos habitantes da América pré-colombiana apresenta como principal referência a contribuição do Dr. Paul Ehrenreich[118], estes estudos discutem as teorias existentes para explicar a presença desses povos no continente. Considerando as idéias centrais da obra de Paul Ehrenreich, ele esquematiza paralelos entre as lendas e os mitos de povos asiáticos, da Sibéria e outros, com os encontrados entre os povos americanos. No entanto, assinala os perigos de uma análise simplista que leve a atribuir às civilizações americanas origens asiáticas. Vale salientar que dentre os escritores que mais publicaram na *Americana*, Alfredo de Carvalho foi o nome de maior destaque, conforme será analisado posteriormente.

Voltando ao conteúdo do número de lançamento da *Americana*, nota-se a presença do estudo de José A. Terry versando sobre a Caixa de Conversão e o meio circulante. Inserido numa temática que se revelaria de menor relevância no conjunto da revista, o artigo “La caja

---

[116] LIMA, Manoel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

[117] Os artigos publicados à ocasião da Conferência de 1906 reunidos a outros de mesma temática originaram o livro *Pan-americanismo* lançado em 1907.

[118] Paul Ehrenreich (1855-1914).

de Conversión y nuestra circulación a papel" é o terceiro escrito em espanhol, o que revela que cerca de um terço dos conteúdo da publicação foi escrito no idioma oficial da maioria dos países do continente. Pode-se afirmar dessa maneira, que se pretendia ampla divulgação do periódico entre as repúblicas vizinhas.

A *Americana* revelava estar em consonância com o preceito de ser da América e para os americanos. Com o mesmo objetivo do artigo supramencionado, ou seja, de dar conta de todos os temas que anunciava em seu subtítulo "Ciências – Artes – Letras – Política – Filosofia – História – Religiões", encontra-se nas páginas seguintes o que seria a parte literária do número inaugural, a poesia "A Procelaria" de J. M. Goulart de Andrade.[119]

A edição de estreia da revista é encerrada por dois textos preparados pelos organizadores do projeto. Araújo Jorge assina o necrológio de Euclides da Cunha, falecido pouco antes do lançamento da *Americana*, a 15 de agosto de 1909[120]. Personagem constante no círculo de intelectuais que transitavam entre o Palácio do Itamaraty e a casa do Barão em Petrópolis, e reconhecido pela obra literária *Os Sertões*, a homenagem a Euclides da Cunha está exatamente no ponto de interseção entre os espaços compartilhados pelos colaboradores da revista, ou seja, a ABL e o Ministério.

Delgado de Carvalho aborda temas contemporâneos, expostos em notas com caráter informativo sobre as principais notícias do mundo. Em poucas palavras busca dar a dimensão dos acontecimentos internacionais em debate, como os conflitos entre a Turquia, a Grécia e a ilha de Creta que quase culminaram numa deflagração de guerra. Trata ainda da problemática relacionada à construção da estrada de ferro da Manchúria tendo em vista que o seu percurso passaria pelo território japonês e chinês.

Como se vê a seleção dos autores escolhidos para figurar no primeiro número espelham as concepções expostas no *Manifesto de Lançamento* da *Americana*. Aliás, desde o que está explícito nas primeiras páginas sob a assinatura da redação, até as vozes de seus colaboradores. Engajados nessa proposta cultural, interessava ressaltar as características em comum entre os povos americanos, traçar um perfil capaz de englobar as nações do continente, definindo-se como o perfil americano, movidos pelos mesmos interesses, e ideias. Focados na construção de um ideal americano com o qual todo o continente se identificasse falaram vultos políticos e da intelectualidade. As impressões de Joaquim Nabuco, Oliveira

---

[119] Este foi o único trabalho do autor publicado na *Revista Americana*.

[120] Euclides da Cunha teve uma morte trágica de motivação passional, há muita controvérsia sobre o caso, mas todas as fontes confirmar ter morrido vítima de troca de tiros com o amante da sua esposa.

Lima e Hélio Lobo eram análises respeitadas pelo meio intelectual brasileiro, sendo igualmente consideradas em outros países da América.

Temáticas pautadas na inserção das nações americanas no cenário internacional predominaram no primeiro sumário da revista demarcando assim o que seria um dos principais elementos da publicação. As disputas de poder que se encontravam em jogo, as diretrizes da política externa formulada por cada país, capítulos de história diplomática e questões contemporâneas sob a luz da análise do passado são alguns dos principais temas em debate nas páginas da *Americana*.

A presença de Joaquim Nabuco, embaixador nos Estados Unidos, representante do Brasil em um dos principais pontos de ação diplomática, assim como a de um dos maiores críticos do Barão do Rio Branco, Oliveira Lima, ambos no mesmo sumário, ratifica, aparentemente, a defesa do editorial de ser o periódico "um campo neutro" para o debate intelectual. A não vinculação direta do nome do chanceler a revista pode ser compreendida da mesma forma. Por mais que a divulgação doutrinária da política externa formulada pelo Barão estivesse no bojo do projeto, sua ação deveria ser sutil, para que ultrapassasse as fronteiras brasileiras e propagasse suas ideias pelo continente. Para tal difusão era preciso que parte considerável do periódico fosse escrita no idioma mais comum entre as nações vizinhas o que justifica os textos de Augustin Vedia, Benjamin Vicuña Subercaseaux e José A. Terry.

Para além de noticiar acontecimentos contemporâneos no concerto internacional e de enaltecer a figura do prestigiado escritor, Euclides da Cunha, os jovens, Delgado de Carvalho e Araújo Jorge, apresentavam-se ao publico leitor e relacionavam desde já seus nomes aos dos ilustres colaboradores supramencionados. Publicavam num periódico que contava com a colaboração da intelectualidade brasileira além da adesão de autores estrangeiros.

2.4 Uma revista de Ciências, Artes, Letras, Política, Filosofia, História e Religiões

O inventário dos números publicados entre os anos de 1909 e 1913 revela a importância conferida a cada um desses campos no conjunto da *Americana*. Porém, a natureza bastante heterogênea do material publicado constituía uma dificuldade para a sua análise. Uma rápida observação do índice revela a presença de discursos, ensaios biográficos, poesias, contos, trechos de livros, novelas, cartas, entre tantos outros gêneros. Desta maneira identificamos os principais assuntos privilegiados na revista estabelecendo categorias definidas da seguinte forma:

1) História[121];
2) Literatura;[122]
3) Relações Internacionais;[123]
4) Etimologia e Linguística;
5) Direito;
6) Religião;
7) Filosofia;

Optamos por estabelecer campos mais amplos, tendo em vista que uma classificação mais detalhista geraria uma infinidade de subclasses, que inviabilizariam a análise proposta pelo presente trabalho. Desta forma seguimos a metodologia indicada por Alain Corbin no artigo "Matériaux pour um centenaire: Le contenu de la Revue Historique et son évolution (1876-1972)"[124], assim como o fizera Lúcia Maria Paschoal Guimarães em seu trabalho sobre a Revista do IHGB, "Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)"[125].

Devemos assinalar que muitos trabalhos divulgados na revista foram desmembrados em várias partes e publicados em diferentes números. Era o caso de monografias ou estudos que constituíram livros ou capítulos de livros e que por diversas vezes encontravam espaço de divulgação em periódicos da época[126]. Para tais situações contabilizamos apenas uma vez cada um desses estudos no levantamento para elaboração do quadro síntese.

---

[121] A categoria **História** inclui estudos históricos, conferências, artigos, biografias, necrológios.

[122] A categoria **Literatura** engloba poesias, crítica literária, discursos de posse da ABL, resenhas.

[123] A categoria **Relações Internacionais** abarca trabalhos que versavam sobre temas e problemas da atualidade inseridos no sistema internacional

[124] CORBIN, Alain. Matériaux pour um centenaire: Le contenu de la Revue Historique et son évolution (1876-1972). *Cahiers nº2*: Institut d'histoire de la press et de l'opinion, p. 161-204, 1979.

[125] Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro. ano 156, n. 388, p. 459-613, jul/set 1995.

[126] O caso mais expressivo é o trabalho de Henrique Garcia Velloso, "História de la literatura Argentina" que foi publicado em partes ao longo de treze números da Revista.

TABELA 1							
Revista Americana: categorias dos artigos							
	CATEGORIAS	***1909 (out-dez)***	***1910 (jan-set)***	***1911 (jan-jun)***	***1912 (jan-jun)***	***1913 (jan-dez)***	***TOTAL***
1	História	11	28	10	8	31	88
2	Literatura	8	32	32	23	30	125
3	Relações Internacionais	5	10	6	6	2	29
4	Etimologia e Linguistica	0	2	5	0	0	7
5	Direito	0	3	1	0	4	8
6	Religião	1	1	2	0	2	6
7	FIlosofia	0	1	1	1	2	5

Fonte: elaboração da autora

As categorias, nas quais agrupamos os conteúdos da *Americana* ao longo dos quatro anos iniciais, demonstraram sua adequação ao projeto da revista. Esses temas centrais e o quadro gerado por esse esforço empírico auxiliam a delinear as características essenciais da *Americana* e revelar sua configuração. A categorização permite observar que havia uma harmonia na divisão entre os estudos de enfoque político – relacionados aos interesses do Ministério das Relações Exteriores – e as contribuições literárias. Desta forma concluímos como o perfil da *Americana* corresponde à tendência de revista cultural e política.

Dos casos mais expressivos de contribuição é preciso fazer notar alguns detalhes importantes. Entre os artigos classificados na categoria História destaca-se a predominância da História Diplomática. A ocorrência de estudos que buscam dar conta de episódios ou períodos relevantes para essa perspectiva é significante. A história nas páginas da revista está diretamente relacionada às relações internacionais e a preocupação de construção de identidade americanista.

As *alocuções* presentes na *Americana* durante este período estão diretamente relacionadas aos principais espaços de produção cultural do Brasil. Lugares que constituíam verdadeiros centros de debates tanto sobre a produção intelectual quanto de questões e disputas políticas. Por alguns números percebemos os discursos proferidos na ABL como parte fixa na estrutura da revista, sempre no topo do sumário, inaugurando as páginas do número no qual se inscreve.

Acerca dos artigos identificados com o debate sobre R*elações Internacionais* é curioso notar que a doutrina Monroe serviu de objeto de reflexão em muitos desses trabalhos. Buscava-se identificar os interesses envolvidos na defesa ou oposição a retomada dos ideais enunciados por James Monroe em 1823. A atualidade do tema devia-se a presença do "corolário Roosevelt" na ordem do dia.

A análise demonstra que a direção da revista atuou em consonância com a proposta apresentada no *Manifesto de Lançamento*. Manteve o comprometimento com o projeto de aproximação entre as nações do continente tanto no âmbito político quanto no cultural/intelectual. Encarnou o desafio de conciliar temáticas tão diversas no mesmo espaço de debate, tarefa esta facilitada no sentido que os autores, muitas vezes transitavam em todos esses universos. Afinal eram profissionais de carreira no Itamaraty e membros da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A relação dos autores que publicaram o maior número de textos ao longo da primeira fase revela nomes que se identificam com a concepção da revista e evidenciam os laços estreitos dos colaboradores com o Ministério, a ABL e o IHGB.

Tabela 2 - Colaboradores – 1ª Fase

	Colaborador	***Quantos Artigos***	***Em quantos números***	***Membro ABL***	***Membro IHGB***	***Funcionário MRE***	***Nacionalidade***
1	**Alfredo de Carvalho**	8	9		X		Brasileiro
2	**Clóvis Bevilaqua**	7	7	X	X	X	Brasileiro
3	Péthion de Villar	7	7				Brasileiro
4	Alfredo de Assis	7	7				Brasileiro
5	Jonathas Serrano	6	6		X		Brasileiro
6	**Arthur Guimarães de Araújo Jorge**	6	6			X	Brasileiro
7	**Matheus de Albuquerque**	6	6				Português
8	**Sylvio Romero**	5	13	X	X		Brasileiro
9	**Euclydes da Cunha**	5	6	X	X		Brasileiro
10	Rodolpho Schüller	5	6				Brasileiro
11	**Francisco Felix Bayón**	5	5				Argentino
12	Carlos Wiesse	4	10				Peruano
13	**Helio Lobo**	4	7	X	X	X	Brasileiro
14	Clemente Ricci	3	5				Argentino
15	**José Oiticica**	2	10				Brasileiro
16	**Alberto Nín Frías**	2	11				Uruguaio
17	Henrique Garcia Velloso	1	13				Argentino

Fonte: elaboração da autora

No topo da lista dos colaboradores mais frequentes da Americana figura Alfredo de Carvalho (1870-1916), pernambucano, natural de Recife, percorreu caminho singular na sua formação. Passou pela Alemanha, ingressou no Exército, participou da Revolta da Armada, e por fim seguiu para os Estados Unidos onde concluiu sua formação em engenharia, que iniciara no continente europeu. Em 1900 retornou definitivamente para sua cidade natal. O contato que ele teve com outras culturas ao longo desses anos permitiu que reunisse todo o capital simbólico que pode ser observado em seus trabalhos. Esteve relacionado a importantes instituições literárias e científicas, tais como a Academia Pernambucana de Letras, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano a Academia Cearense, os Institutos

Históricos e Geográficos da Bahia e do Rio Grande do Norte, o Centro de Ciências, Artes e Letras de Campinas (SP), e inclusive de entidades estrangeiras como a *National Geographical Society* e a *Anthropological Society*, sediadas em Washington, nos Estados Unidos.

Para além do exercício de sua formação acadêmica, contribuiu com jornais de grande circulação da época, a exemplo: o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, *O Estado de S. Paulo* e *Diário de Pernambuco*. Assim como muitos dos seus contemporâneos desenvolveu gosto e habilidade pela escrita, participando de institutos voltados para a produção cultural da época e produzindo alguns trabalhos sobre a imprensa brasileira[127]. Esteve engajado, juntamente com Carneiro Vilela, Arthur Orlando, e outros, na fundação da Academia Pernambucana de Letras, em 1901[128], e era sócio benemérito do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco[129].

Na *Americana*, entre os anos de 1909 e 1913, Alfredo de Carvalho publicou oito artigos, a saber: *Mitos e lendas dos povos primitivos da America Meridional*; *Um naturalista do século XVII – George Markgraf (1610-1644)*; *Vicissitudes de um emigrado bonapartista*; *Um companheiro de Bolivar – O general Abreu e Lima*; *O solitário da tijuca (1817-1822); Memória de um oficial de caçadores (1826-1833)*.

Outro nome que se destaca entre os colaboradores da primeira fase é o do cearense Clóvis Bevilaqua (1859-1944). Atuou em diversas áreas como jurista, magistrado, jornalista, professor, historiador e crítico. Sua trajetória nas instituições de ensino mais renomadas da época, tal qual a Faculdade de Direito de Recife[130], proporcionou a experiência e contatos que influiriam de maneira decisiva na sua formação. Assim como tantos outros dessa relação contribuiu desde os anos acadêmicos com publicações periódicas[131].

Seus trabalhos que versavam sobre Direito alcançaram maior repercussão, chegando, inclusive, a elaborar o anteprojeto do Código Civil Brasileiro. Reconhecido pelo rigor na pesquisa e amplo conhecimento jurídico foi nomeado em 1906 como consultor do Ministério

---

[127] Obras de Alfredo de Carvalho: Jornais pernambucanos, 1831-98 (1899); A imprensa baiana, 1811-98 (1899); Frases e palavras: problemas histórico-etimológicos (1906); Estudos pernambucanos (1907); O tupi na corografia pernambucana: elucidário etimológico (1907); Diario de Pernambuco, 1825-1908 (1908); Anais da imprensa periódica pernambucana de 1821 a 1908 (1908).

[128] À ocasião da criação da Academia Pernambucana de Letras apenas as Academias Cearense (1894), Paraense (1900) e a Brasileira (1897) haviam sido fundadas.

[129] As trajetórias dos institutos históricos e das academias de letras por vezes estiveram entrelaçadas como no caso de Pernambuco e do Pará. Além da criação da Academia Paraense de Letras coincidir com a do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, e ambos compartilharam o mesmo local para suas sessões.

[130] Concluiu o curso de Direito em 1882.

[131] Juntamente com Martins Júnior publicou o folheto *Vigílias Literárias*, depois o jornal *A Ideia Nova* Trabalharam no jornal *República*, nos folhetos *Escalpelo*, *Estenógrafo* e *O crime de Vitória*.

das Relações Exteriores, permanecendo vinculado a instituição até meados da década de 1930. Dessa forma constitui um dos casos que mesmo não fazendo parte do corpo diplomático brasileiro, esteve, por muitos anos, vinculado ao Itamaraty, desfrutando do convívio com o Barão entre 1906 e 1912.

Da mesma natureza eram os vínculos de Euclides da Cunha (1886-1909) com o Ministério de Rio Branco, prestou serviços especializados, mas não chegou a compor o quadro da "Casa". Personagem relevante para o meio literário da época sua formação era estranha a bacharéis do mundo das letras. Graduou-se engenheiro, mas sua trajetória de vida foi delineada a partir da sua projeção como jornalista, poeta, historiador, sociólogo.

Já reconhecido pela sua obra *Os Sertões*, foi nomeado pelo Barão em 1905 para compor a comissão de exploração do Alto-Purus. Desbravou a região da Amazônia relacionada às discussões em torno da questão de limites entre o Brasil e o Peru. Nesse momento já era conhecido pelo seu trabalho jornalístico reportando durante os conflitos em Canudos e já era membro do IHGB e da ABL. O ingresso na Academia mereceu, inclusive, a intervenção de Rio Branco a seu favor, que o admirava pelas contribuições intelectuais.

O relato de Araújo Jorge sobre a presença de Euclides da Cunha nas reuniões, por vezes bem informais, na casa de Rio Branco em Petrópolis da a dimensão da relação que o escritor desfrutava com o chanceler:

> Conheci Euclides da Cunha na plenitude de sua glória literária em casa do Barão do Rio Branco. Encontrava-se sempre entre os poucos amigos que Rio Branco, nas semanas de vadiação, reunia no gabinete Westfália em Petrópolis, espectador mudo daqueles cavacos formidáveis que o grande ministro presidia com o seu bom humor boêmio, seu cigarro e sua vela, e a que não faltavam a graça mordaz e demolidora de Gastão da Cunha, a pilhéria caipira de um tão acentuado sabor matuto de Leopoldo Bulhões, a palestra evocativa e saudosa de Afonso Arinos, a ironia comedida e suave de Domício da Gama e até, quem diria? a colaboração do bom Ernesto Sena, chistoso almanaque de brejeirice que a ilustre companhia folheava com prazer sempre renovado.[132]

Em discurso no IHGB, na sessão magna de 1909, o Barão que presidia o instituto desde 1907, faz menção aos sócios que haviam falecido naquele ano e sobre Euclides da Cunha proferiu as seguintes palavras demonstrando sua afeição pelo escritor:

> [...] por fim, o festejado escritor, intrépido explorador do Alto Purus – Euclides da Cunha, que tanto prometia enriquecer ainda a nossa literatura, vitimado do vigor da idade, numa terrível tragédia, como homem de delicado pundonor que sempre foi, e cuja pureza de sentimentos e alto valor intelectual pude conhecer de perto nos breves anos de convivência, em que me coube a fortuna de o ter por companheiro de estudos, de trabalhos e de esperanças patrióticas.[133]

---

[132] Apud VENÂNCIO FILHO, Francisco, 1946, p. 54.

[133] REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: IHGB, t. 72, p. 393, 1909.

À ocasião do lançamento da *Americana*, em outubro de 1909, Euclides da Cunha já havia falecido. Apenas dois meses antes do número inaugural uma tragédia interrompeu a trajetória do escritor. Ainda assim, seus textos foram divulgados na revista, dentre estes o estudo "Da independência à República: uma página de história do Brasil" que era parte do livro póstumo *À margem da história*[134] e que mereceu a seguinte nota da redação:

> Este trabalho do Dr. Euclydes da Cunha, publicado pela primeira vez no Estado de S. Paulo, em 1909, e que acaba de apparecer no livro posthumo daquelle infortunado escriptor brasileiro *ÀMargem da Historia*, foi refundido e ampliado para *a Revista do Instituto Historico Geographico Brasileiro* e para a *Revista Americana*, cuja publicação auspiciada também por Euclydes da Cunha, deveria ter inicio em Maio do corrente anno. Por isso, fazemo-lo publicar agora, com tanto maior satisfação quanto elle será por este meio conhecido em todos os círculos intellectuaes americanos, onde aquelle publicista brasileiro contava ferventes admiradores.[135]

A relação íntima que desfrutava com o "círculo do Barão"[136] e a admiração que Rio Branco nutria pelo escritor, justificam a presença de Euclides da Cunha nos três primeiros números da revista e em alguns volumes do ano seguinte. Em 1910 os textos "Observações sobre a história da geografia do Purus" e "O povoamento e a navegabilidade do rio Purús", publicados na *Americana*, são produtos da sua participação na mencionada expedição de exploração da região amazônica do Alto Purus.

Esses são alguns dos nomes que se destacam ao longo da primeira fase da *Americana*, seja pela quantidade de textos publicados ou pela relevância da participação na revista. As notas da redação, que, aliás, não são muito numerosas, fornecem dados muito importantes sobre os personagens que colaboravam de alguma forma para a publicação e circulação da revista.

Nesse sentido observa-se a contribuição de Alberto Nin Frías (1878-1937)**,** diplomata uruguaio, é um dos nomes que se destacam pela maneira que cooperava com a *Americana*. Por diversas vezes seu nome aparece como fonte de notas explicativas sobre estudos publicados, ou sobre autores menos conhecidos do público comum. Como no caso expresso na revista de julho e agosto de 1910, onde consta nota sobre Rizal, um poeta filipino que em seu tempo protestou contra a monarquia.[137]

Desde o lançamento da *Americana* até 1913 Alberto Nin Frías escreveu apenas dois trabalhos, sendo eles: "Comparaciones entre los Estados Unidos y la América Latina" e a

---

[134] CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Porto: Livraria Chardron, 1909.
[135] REVISTA AMERICANA, ano 1, n. 3, dez. 1909.

[136] SILVA. Daniella Amaral Diniz da. *Alteridade e ideia de nação na passagem à modernidade*: o círculo Rio Branco no Brasil. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008. Dissertação de mestrado.

[137] REVISTA AMERICANA, Rio de Janeiro, n 10-11, p. 174, jul./ago. 1910.

novela Sordello Andrea. No entanto vale observar que seu segundo texto constitui obra extensa, publicada em diversas partes presente em cinco números da revista entre 1911 e 1913.

3.5 **Número especial abril 1913**

"Estremeceu a pátria, viveu no trabalho, e não perdeu o ideal."[138]

Antes da sua morte, Rio Branco permanece incógnito nas páginas da *Americana*. Ainda que colaborasse permanentemente com a imprensa nacional não há um só artigo neste periódico até 1912, cuja autoria seja atribuída ao chanceler. No entanto, não podemos afirmar que ele não tenha escrito. Sabe-se que costumava recorrer a pseudônimos[139] para divulgar suas opiniões sem que comprometesse sua imagem política. Porém dos nomes conhecidos e estudados não encontramos nenhum na relação de autores que publicou na revista, mas uma quantidade expressiva de colaboradores, sobre os quais nada sabemos, nos leva a sinalizar a possibilidade do Barão ser o autor de algum desses artigos da *Americana* com pseudônimo desconhecido.

Por outro lado, a repercussão da morte do chanceler, em fevereiro de 1912, foi amplamente divulgada em todos os jornais da época. Todos queriam dar uma última palavra sobre o Barão. Ou melhor, queriam ser os primeiros a homenagear o "herói nacional". No entanto, apenas em janeiro de 1913, ano seguinte ao falecimento, a revista publicou um texto dedicado a memória de Rio Branco. Lima Júnior, historiador e romancista de Minas Gerais, escreveu carta a Araújo Jorge em maio de 1912 pedindo que publicasse sua poesia sobre o Barão:

> Minha sincera admiração ao eminente brasileiro de cujos serviços é hoje o Brasil privado, [dita] a "Ode Cívica" que a esta junto e cuja publicação hei por bem solicitar-lhe na 'Revista'. Queira distinguir-me com sua resposta e satisfazer o meu pedido, certo que lhe é muito grato.[140]

A "Ode cívica" é a primeira representação de Rio Branco nas páginas da Revista, tal como enuncia, uma Ode, uma homenagem feita assim como aos deuses, "Alma grande, imortal, oceânica, infinita"[141]. Lima Júnior enaltece a figura de José Maria da Silva Paranhos Júnior chegando a compará-lo a Jesus Cristo, na mesma medida é marcante a construção da

---

[138] REVISTA AMERICANA, Rio de Janeiro, n. 2, fev. 1912.

[139] CADERNO DO CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. Brasília, DF, ano 4, n. 6, p.207, 2005.

[140] AHI, Coleção Araújo Jorge, maio 1912.

[141] REVISTA AMERICANA, Rio de Janeiro, n. 1, jan. 1912.

imagem do representante da paz no cenário internacional, do homem de diplomacia, que resolve as questões mais ardilosas através de negociações.

Dessa forma foi iniciado o processo de consolidação de um símbolo nacional, do mito político em torno da personagem do Barão do Rio Branco. Pelas impressões imediatas daqueles que viveram em seu tempo e, em muitos casos, daqueles que desfrutaram de sua companhia, tanto na carreira diplomática quanto em círculos de sociabilidade. Pelas palavras destes que o público da revista observou a edificação da memória sobre a vida de Rio Branco e os anos que esteve à frente do Ministério.

Dada a dimensão da figura do Barão para a publicação da *Americana*, pode-se mensurar o impacto de sua morte para a continuidade do periódico. O número de janeiro de 1912, além das razões que impediram a publicação ao longo do segundo semestre de 1911 trazia também em nota a notícia da morte do Barão do Rio Branco. Através desse texto a redação da revista não apenas informava que o ministro, em exercício desde 1902, havia morrido a 10 de fevereiro de 1912, como prestava homenagem a memória do idealizador deste projeto.

> Barão do Rio Branco
> Já se achava impresso o presente número da Revista Americana, quando o país inteiro era abalado com a morte do Barão do Rio Branco.
> Oportunamente diremos o que foi essa figura representativa que, durante nove anos, na direção da pasta das Relações Exteriores, imprimiu à política internacional uma direção tão sábia, engrandecendo e nobilitando o Brasil no concerto das grandes nações cultas do mundo.[142]

Sob a assinatura da Redação a nota revela-se um elogio ao Barão. E como seu representante maior, as letras que preenchem as páginas recaem sobre Araújo Jorge, é o devido momento de reverência do pupilo ao seu mentor. Ou ainda, a homenagem do periódico a figura política mais popular no Brasil àquela época.

Desde o exato momento da morte de Rio Branco observa-se, tanto no Brasil quanto no âmbito internacional a comoção pela perda sofrida. As manifestações de pesar foram externadas de diversas formas, os pronunciamentos, as notas dos jornais, e tantas outras revelam desde o primeiro momento a construção do mito político.

A redação da *Americana* focaliza na imagem do "homem de letras" sempre ao lado da personagem política, "[...] a vida correu-lhe entre o gosto dos livros, que nele foi intenso, e o amor da história, que lhe causou ensejo para triunfos memoráveis". Traçando paralelos entre as trajetórias de vida dos dois Rio Branco, o texto busca relacionar as virtudes do defensor das fronteiras brasileiras ao Estadista do Império e da República. Para tanto ilustra com uma

---

[142] Id.

citação de Goethe "Feliz aquele que se volta com prazer para os seus antepassados e que disserta com o estrangeiro de suas ações e de sua grandeza, reconhecendo-se com orgulho como o último elo de uma tal cadeia!"

É a representação da imagem do Barão que cada vez mais estará relacionada , ao mesmo tempo, à tradição do Império e as transformações da República, e ainda assim, ou melhor, acima de tudo defensor da nação e cosmopolita. Nesse que é um verdadeiro discurso de homenagem ao grande herói nacional, destaca como fala de Rio Branco justamente parte de seu pronunciamento no III Conferência Internacional Americana, em 1906. Aliás, trecho que revela perfeita consonância com o projeto da revista "[...] trabalhamos sempre por estreitar as nossas boas relações com as nações do nosso continente e particularmente com as que nos são mais vizinhas".

Desde o momento que a morte do Barão fora anunciada o nome do chanceler passou a figurar nos índices da *Revista*. O primeiro trabalho de Rio Branco publicado no periódico foi o artigo "Brasil, Estados Unidos e Monroismo"[143], no número de maio-junho de 1912.

Para além da divulgação dos estudos do ministro interessa-nos, particularmente, os artigos e as referências ao estadista. Em abril de 1913, em função do primeiro ano de morte do Barão, a *Revista* organizou um número especial em homenagem a Rio Branco. Figuras proeminentes escreveram páginas enaltecendo o chanceler e sua trajetória pessoal e profissional. Em treze artigos percebemos a construção imediata do "mito Rio Branco", tal como a noção elaborada por Raoul Girardet, como elemento autônomo do imaginário político, no sentido que possui seu próprio sistema de crenças. As advertências sugeridas no campo historiográfico para se penetrar o universo do imaginário não são ignoradas por Girardet, que discorre sobre cada uma delas em seu trabalho "Mitos e Mitologia Política", tratando desde as questões terminológicas – as várias acepções para o termo mito – até a ambivalência e fluidez que podem configurar o mito. Das diferentes noções que identifica sobre mito observa:

> O mito político é fabuloso, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e acontecimentos.[144]

No entanto, Girardet ressalva que mesmo sendo um termo polimorfo há nele uma estrutura lógica e constante. Para tanto retoma a obra de Claude Levi-Strauss na qual defende que o mito está sempre inserido numa "sintaxe", ou seja, construído a partir de uma mesma

---

[143] Artigo escrito pelo barão em respostas às críticas sobre a elevação das legações do Brasil e dos Estados Unidos à categoria de embaixadas publicado pelo *Jornal do Commercio* em 12 de maio de 1906 e reproduzido inúmeras vezes.

[144] GIRARDET, op cit., p. 13.

combinação de fatores, de associações permanentes. Partindo desse princípio, Girardet entende que, mesmo havendo especificidades encontradas em cada novo cenário, há um fio condutor que para ele são "estruturas fundamentais da realidade mítica". Desta forma estabelece quatro "constelações mitológicas": a idade do ouro; a unidade; a conspiração; e o salvador. Esta última é a que nos interessa para tratarmos da construção do mito Rio Branco no imaginário político da época, a partir do arquétipo do **Salvador**.

O impasse da questão do Acre que parecia caminhar para um conflito direto entre o Brasil e a Bolívia, que buscavam definir suas fronteiras naquela região. Constituía-se dessa forma um cenário caótico que não vislumbrava no seu horizonte nenhuma solução pacífica. As alternativas pareciam esgotadas e o conflito armado parecia iminente, até que o defensor do território nacional surgiu aclamado pelo povo em uma recepção colossal na capital da república. A 2 de janeiro de 1902 Rio Branco desembarcava no porto do rio de Janeiro para colocar-se a serviço da pátria assumindo a pasta das Relações Exteriores a convite do presidente Rodrigues Alves.

A nomeação do Barão representa a esperança de uma solução favorável ao Brasil, a garantia de atender aos "interesses nacionais" tal como havia feito na defesa das disputas lindeiras com a Argentina e a Guiana Francesa (França). Ambas as questões solucionadas por arbitramento internacional e conduzidas por Rio Branco garantiram a elevação do diplomata a condição de herói nacional. "Herói que capta em torno dele todos os fervores de esperança coletiva."[145]

Diante dos sistemas de valores possíveis para se construir o perfil do Salvador, os autores que se debruçam sobre a vida de Rio Branco relatam sua trajetória como filho de um estadista do Império, estudioso, que abdicou da vida pessoal em função dos interesses nacionais. Esse padrão pode, inclusive, ser observado no referido número comemorativo da *Revista*. Aquele que cumpriu cada etapa para sua formação e na carreira diplomática alcançando o mais alto posto do Ministério das Relações Exteriores, chegando a esse lugar de maneira despretensiosa, como seguindo em sacrifício a favor da nação.

A chave de compreensão do mito está em apreender o momento em que se passa do histórico ao mitológico, em compreender o processo de heroicização. Esse processo passa em diferentes tempos, tais como Girardet periodiza: o tempo da espera e do apelo; da presença do Salvador; e por fim o tempo da lembrança.[146]

---

[145] Id., p. 66.

[146] Ibid., p. 72.

A última ressalva considerada pelo autor para aqueles que se aventuram pelo campo do imaginário político é que, independente da posição que se encontra em relação ao objeto de análise, o mito, o "hiato subsiste". A compreensão do mito implica na experiência vivida diretamente dessa circunstância, o que, no entanto, inviabilizaria uma crítica objetiva. E o distanciamento não é capaz de dar a exata dimensão da significação do mito. Esta relação sintetiza uma das maiores tensões da historiografia, com a qual o historiador precisa aprender a lidar, ter consciência da limitação inerente ao ofício. "Em sua vontade de conhecer e de compreender o desenrolar da aventura humana através do tempo, não é afinal inútil que ele se lembre de que há portas que não poderá jamais forçar, de que há limites que não poderá jamais transpor..."[147]

No sentido sobre o número especial de abril de 1913, dedicado exclusivamente a memória do Barão do Rio Branco, pontuaremos sobre os textos publicados. Nele encontramos contribuições tanto de personalidades da política nacional quanto de estrangeiros, como Manoel Goristiaga, representante do governo argentino no Brasil, todos tomados pelo mesmo desejo, de enaltecer a vida e obra de José Maria da Silva Paranhos Junior.

As palavras de Rui Barbosa são as primeiras a tomar forma, em apenas uma página, sintetiza a idéia a ser propagada nas próximas folhas: a figura de Rio Branco como "restaurador das nossas fronteiras". Para o ele, mais do que alargar as fronteiras ele retificou nosso território. "A sua obra não foi de ampliação, mas de retificação, de restituição, de consagração. Mas nem por isso é menor."[148] "(...) Para sermos bons irmãos entre os nossos vizinhos, cumpre assentar, em causa julgada, que o Brasil nunca teve cobiças nem perpetrou expansões territoriais." (p. 17).

Juansilvano Godói escreveu artigo sobre o Barão no qual este é percebido como um político exemplar, que via a política interna e externa dissociadas, como uma figura de grande prestígio, desde esse momento reconhecido como defensor da PAZ entre as nações - é forte a representação de um diplomata responsável pelo desenho final das fronteiras sem apelar para as armas, reconhecido também por seu conhecimento histórico. Chega a afirmar que Rio Branco teve mais importância do que qualquer outro presidente do Brasil. "Más que el nombre de um hombre, constituye um símbolo: el verbo, la abnegación, la imagen vivente de la patria misma; por eso el Barón de Rio Branco es el más fuerte hombre de Estado

---

[147] GIRARDET, p. 24.

[148] BARBOSA, Rui. Rio Branco. *Revista Americana*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 4, p. 17, abr. 1913.

contemporáneo."[149] Sobre um dos suntuosos saraus oferecidos pelo Barão relata " Se habló de história y de arte largamente."

Na sequencia, Clóvis Beviláqua contribuiu com o artigo "A educação histórica do Barão do Rio Branco explica a extensão de sua influência na vida nacional do Brasil". Assim como enuncia, o autor trata da erudição do Barão, seu profundo conhecimento da história do Brasil e das questões envolvidas na delimitação das fronteiras como condição para a construção dessa figura de apelo nacional. Desde o caso de Palmas seu nome fora lembrado em função desse conhecimento.

No artigo de Carlos de Laet observamos a imagem do grande intelectual, estudioso, erudito, de ser uma referência sobre Geografia e História do Brasil. O autor fala do período em que Rio Branco esteve na Europa como momento de dedicação à pesquisa histórica nos arquivos europeus. Faz uma sutil crítica às despesas praticas pelo Barão durante sua gestão, motivo pelo qual ele foi amplamente censurado na imprensa na época, reunindo inúmeras críticas e jargões que satirizavam os gastos exorbitantes.

Lembrado novamente pela solução das fronteiras, no texto de Manoel Gorostiaga também enaltece a figura do erudito a serviço da pátria. Fala também da popularidade do Barão que ele não foi presidente da república porque não quis. Apresenta idéias de intelectual, cultura, fronteiras, representante do interesse nacional, cooperação entre nações, aproximação entre nações americanas. "La actuación de Rio Branco puedo ser objeto de critica fuera del Brasil; pero para el Brasil fué el fiel interprete de su sentir y de su saber en todo quanto le afectaba, de más íntimo y de más importante para las despliegues de su potencialidad."[150]

Pinto Rocha redigiu artigo em homenagem ao Barão abordando o seu perfil de diplomata. O reconhecimento do princípio de que a diplomacia vale-se de outras armas que não as de fogo, que resolve contendas pela negociação e não pela guerra. Novamente a figura de Rio Branco como diplomata da Paz (uma das diretrizes cristalizadas no Itamaraty). Constrói sua imagem pelas características de diplomata, historiador e intelectual.

João do Rio relata seu primeiro encontro com o Barão em 1902, na casa de Petrópolis, sob a perspectiva de um jovem inexperiente a procura de uma vaga no ministério. Trata desse evento como representação do espírito dos jovens que estavam ao redor do Barão, e da influência que ele exercia em todos daquela época.

---

[149] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano 4, n. 4, p.13, abr. 1913.

[150] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano 4, n. 4, p.25, abr. 1913.

> Ninguém ainda o estudou tão complexamente – porque sobre Rio Branco até agora nós oscilamos entre o panegírico de oratória e a relação de anedotas íntimas do Coronel Senna. É, pois, perdoável, que, sem competência para o panegírico ou para a relação de anedotas e muito menos para o trabalho complexo que se há de fazer um dia, peça eu a ajuda do egoísmo e narre as impressões de um ingênuo rapaz de 1902, que veio à realidade da vida por ter visto de frente o vulto formidável de Rio Branco recusando polidamente à sua fantasia o árduo trabalho dos secretários de legação.[151]

O artigo de Manoel Bernardez traz novamente um tom de necrológio, "(...) la personalidad del gran brasileiro, cuya actuación internacional y cuya influencia moral sobre su pueblo son un caso único en la vida universal contemporânea."[152] Sobre o trabalho que escreveu sobre Rio Branco diz "[...] alli esta aquel concepto superior de la política de Rio Branco, dirigida a suprimir dificuldades de aproximación dentro d el continente, a reforzar el poder y el prestigio común para unirlos despues en la común defensa y beneficio [...]".[153]

[151] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano 4, n. 4, abr. 1913.

[152] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano 4, n. 4, p. 44, abr. 1913.

[153] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano 4, n. 4, abr. 1913.

3 DESAFIOS E NOVOS CAMINHOS (1915-1919)

O período entre a primeira e segunda fase da *Americana* corresponde a um momento de grandes agitações no cenário internacional e de mudanças no Itamaraty. As disputas imperialistas, que culminaram no conflito mundial iniciado em 1914, eram acompanhadas por todos os países, estivessem ou não envolvidos diretamente. A cobertura da Primeira Guerra Mundial pela imprensa contou com os avanços tecnológicos da época, que permitiram a disseminação de imagens da guerra em veículos de grande circulação, como os jornais e revistas.

A configuração desse panorama hostil implicou em restrições diversas. O comércio em todo o globo foi afetado pelos bloqueios impostos pelos governos envolvidos e pela atuação dos submarinos alemães. Muitos navios foram naufragados, levando para o fundo do mar, inclusive, produtos comercializados pelo Atlântico. Os ministérios das relações exteriores de cada país, em primeira instância os europeus, desempenharam papel fundamental ao longo dos anos de 1914 a 1918 no debate e resolução dessas questões.

Com a morte do Barão do Rio Branco em 1912, Lauro Müller foi nomeado titular da pasta das Relações Exteriores pelo presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), permanecendo no cargo durante boa parte do governo de Venceslau Braz (1914-1918)[154]. Lauro Severiano Müller ainda jovem ingressou na carreira política[155], e ocupou postos importantes[156] antes de receber a nomeação para chefiar o Itamaraty. Assumir o Ministério depois de dez anos de muitas conquistas e da popularidade alcançada por Rio Branco era um grande desafio, do qual ele demonstrou ter consciência quando afirmou que o sucedia sem substituí-lo.

Como foi visto anteriormente, os anos de 1902 a 1912 representam um marco para a história da política externa brasileira, considerados anos de apogeu[157] para a diplomacia nacional. Diretrizes que se consolidaram nos anos seguintes pelos "sucessores do Barão"[158], foram estabelecidas na gestão de Rio Branco, constituindo, assim, o perfil da "Casa". A

---

[154] Lauro Müller renunciou ao cargo de ministro das Relações Exteriores a 3 de maio de 1917.

[155] Foi governador de Santa Catarina com apenas 25 anos (1889-1891). BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do barão*: 1912-1964. São Paulo: Paz e Terra, 2001. (nota 32)

[156] Deputado em 1891 e senador em 1899 por Santa Catarina.

[157] BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado. *História da Política Exterior no Brasil*. Brasília, Ed UnB, 2002.

[158] Referência ao termo utilizado por Fernando de Mello Barreto.

política americanista e a extensão da participação do Brasil no concerto internacional são algumas das continuidades observadas na condução da política externa por Lauro Müller[159].

A política de aproximação com os Estados Unidos tal como foi encaminhada por Rio Branco implicava numa prática pragmática, e não era percebida como uma parceria incondicional. A amizade com os Estados Unidos e os esforços empreendidos para diminuir as desconfianças dos hispano-americanos em relação ao governo norte-americano fundamentaram-se como elementos do paradigma Rio Branco. A preponderância norte-americana se definia tanto no cenário mundial quanto na dimensão hemisférica, na qual os países latino-americanos eram transformados na área de influência do "gigante do Norte" que expandia seu sistema capitalista.

A visão realista perpassaria as diretrizes do Ministério comprometido com os interesses nacionais. Sendo este o principal critério da política exterior, seus objetivos são defendidos no sistema internacional, o qual se encontra em estado de anarquia. Diferente do sistema político interno, para os realistas, no sistema internacional, onde o Estado é considerado o ator principal, não há uma autoridade hierárquica. Nesse sentido a aliança com os Estados Unidos destaca-se pela capacidade de conferir prestigio ao Brasil no sistema internacional. Ao projetar-se nesse cenário internacional a imagem do país, ligado à ascendente nação, ganhara maior relevo no meio internacional.

Sob a chefia de Lauro Müller o Itamaraty alterou sua percepção da política de aproximação de uma postura pragmática para uma condução idealista, tal como era defendida por Joaquim Nabuco. Manteve-se o preceito americanista, no entanto, com uma interpretação diferenciada. É justamente sobre esse aspecto que os "sucessores do Barão" modificaram a condução da política externa, ainda que, de um modo geral, continuassem orientados pelas mesmas diretrizes.

As tensões entre o novo chanceler e Domício da Gama, homem de confiança de Rio Branco e embaixador nos Estados Unidos desde 1911, representam possíveis divergências em relação a orientação do Barão. Assim que assumiu o Ministério, Lauro Müller precisou enfrentar uma situação delicada com o governo norte americano quanto à política de valorização do café brasileiro[160]. O embaixador interferiu defendendo que o impasse

---

[159] BURNS, 1977

[160] O Departamento de Justiça dos Estados Unidos propôs uma ação contra um dos investidores e comerciantes de café, Herman Sielcken, visando apreender sacas estocadas que eram liberadas no mercado manipulando seu valor. Dessa forma pretendiam coibir a prática, que era condenada pelo governo norte americano. Os maiores compradores do nosso café eram justamente negociantes norte americanos, e era através destes que, muitas vezes, conseguíamos financiamento para a política de valorização. Herman Sielcker era conhecido como o "rei do comércio de café" (BARRETO, 2001).

constituía uma "diplomatic cognizance", e portanto ser resolvida entre as representações dos dois países.

Os desacordos entre chanceler e embaixador, tal como ocorria no período anterior na relação de Rio Branco com Joaquim Nabuco[161], sofreram apenas uma alteração dos lados. Agora era o Ministro, Lauro Müller, que era mais inclinado ao "americanismo ideológico" enquanto Domício da Gama, um dos discípulos de Juca Paranhos, seguia a orientação de seu mentor, procurando ser pragmático nas relações com os Estados Unidos.

Em 1913, ao resolver as pendências entre os dois estados, Lauro Müller revelou interesse de realizar uma visita oficial aos Estados Unidos[162]. Neste mesmo ano seguiu o destino anunciado. Era a primeira vez que um Ministro das Relações Exteriores brasileiro visitava, em caráter oficial, outro país. Permaneceu fora do Brasil por 124 dias. Durante este período excursionou por diversas localidades, inclusive pela Universidade de Harvard, onde recebeu o título de doutor *honoris causa,* encerrando a viagem em Nova York com um banquete em sua homenagem oferecido por negociantes de café e que contou com a presença do então Secretário de Estado, Willian Jennings Bryan. Dessa forma, estreitava cada vez mais os laços entre o Brasil e os Estados Unidos, seguindo os preceitos do Barão, mas fortemente influenciado pelos interesses comerciais das duas nações.

Em consonância com o princípio da "manutenção da paz", um dos preceitos mais caros ao Barão[163], houve enorme esforço para que se mantivesse a neutralidade do Brasil diante da deflagração da Primeira Guerra Mundial. Nesse sentido destaca-se o decreto de agosto de 1914[164], o qual estabeleceu Regras de Neutralidade "que deveriam ser seguidas, por nacionais ou estrangeiros, dentro dos limites da soberania territorial do país."[165]

Apesar de a Guerra ter sido motivada por disputas entre as principais nações europeias, e seus confrontos estivessem centrados nesse território, diversas áreas do globo sofreram reflexos dos conflitos, conforme pontuamos anteriormente. O avanço dos submarinos alemães atingindo navios brasileiros, assim como inúmeras barreiras comerciais,

---

[161] Um episódio marcante dessas divergências foi a participação do Brasil na Conferência de Haia em 1907. Ver LINS, 1945; BUENO, 2003.

[162] Lauro Müller anunciou o interesse da visita em retribuição a viagem do Secretario de Estado americano, Elihu Root, que havia visitado o Rio de Janeiro em 1906 a ocasião da III Conferência Internacional Americana.

[163] Como foi abordado no capítulo anterior, "Sob as vistas do Barão" no processo de consolidação do "mito do Barão do Rio Branco".

[164] Refere-se ao Decreto nº 11.037 de 4 de agosto de 1914.

[165] CASTRO, 1983. p. 231.

inseriram o Brasil nesse contexto. Para Fernando de Mello Barreto o fator econômico foi decisivo para a participação do país na Guerra:

> [...] A economia agrícola voltada preponderantemente à exportação de café teria influência na decisão da política externa mais relevante no período, qual seja, a de o Brasil juntar-se aos Aliados contra Alemanha na Primeira Guerra Mundial. O Brasil viria a participar do conflito apenas no seu final, após o ingresso dos Estados Unidos. Foi determinante para essa quebra da neutralidade, a decisão alemã de atacar os navios que comerciavam com seus inimigos, em especial a Grã-Bretanha, com efeitos diretos sobre a exportação do café, principal fonte de receita brasileira e, consequentemente, sobre a dívida externa do país.[166]

As restrições impostas pelo cenário de guerra, que então se alastrava pelo continente europeu e acometeu tantas outras partes do globo, incidiram também sobre a *Americana*. O silêncio da revista ao longo do ano de 1914 deveu-se às dificuldades decorrentes do início da guerra. As comunicações entre os países foram prejudicadas, os investimentos direcionados às atividades que pudessem contribuir mais – ou mesmo lucrar –com as rotinas afetadas pela condição beligerante.

Na verdade, acreditamos que ao estado de guerra somaram-se outros fatores que influíram diretamente na circulação da *Americana*: a morte do Barão, a crise da falta de papel e uma sucessão de mudanças nas próprias rotinas do Itamaraty. A edição da revista foi paralisada por mais de um ano, entre janeiro de 1914 e maio de 1915.

De um modo geral, recortes informativos, anexados à revista, costumavam complementar a comunicação entre o corpo editorial e seus leitores. O formato foi utilizado em diversos momentos para explicar as ausências de alguns números ou ainda como corrigenda. Há notas que sinalizam os problemas enfrentados nesse período, a exemplo do número de janeiro de 1913, em que se justificava a irregularidade da publicação: "(...) Aos que nos honraram com a sua proteção e auxilio folgamos em declarar que, ainda mesmo lutando com as dificuldades que nos trouxe um ano de trabalho sem remuneração, a *Revista Americana* d'ora em diante será publicada pontualmente."[167]

Entretanto, o número que encerra a primeira fase da *Americana*, em dezembro de 1913, não apresenta editorial, ou qualquer informe anunciando a interrupção de sua cirvulação. A única menção que indica a existência de possíveis dificuldades enfrentadas está no excerto que informa que durante a permanência de Araújo Jorge fora do país, Silvio Romero (Filho) e Garcez Palha, passavam a ser os responsáveis pela revista.

Os elementos supramencionados ajudam a compreender o hiato entre a primeira e a segunda fase. A *Americana* retornou à circulação em junho de 1915 orientada pelo mesmo

---

[166] BARRETO, *op. cit*. p. 32

[167] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano 4, n. 1, jan. 1913.

projeto, mas trazendo certas alterações que pareciam direcioná-la a um público diferente. Acompanhada por um *Suplemento Ilustrativo* trazia estampada suas novas intenções: uma revista "*De tudo... de todos... para todos*". Além disso seu formato sofreu algumas alterações tanto nas dimensões quanto na quantidade de páginas e nas seções que a compunham.[168]

A capa com o sumário, tal como se apresentava na fase anterior, anunciava que a primeira parte do periódico mantinha a estrutura primitiva, composta por artigos que versavam sobre variados assuntos. No entanto, as temáticas abordadas sofreram alterações, consoante o novo subtítulo da revista, que foi trocado de "Ciências, Artes, Letras, Política, Filosofia, História e Religiões" para "Publicação quinzenal de ciência e de arte". Subtraindo-se, assim, alguns temas que eram objeto dos textos publicados entre 1909 e 1913.

A segunda parte da revista passou a ser integrada pelas seções *Movimento das Ideias*, *Omnia* e *Bibliografia*., esta última em continuidade com o formato original. A primeira trazia noticias sobre "A Política Internacional", "Livros Novos", "Teatro", "Música" e "Artes Plásticas". Porém, não obedeceria o mesmo padrão nos quatro números publicados em 1915, em cada um deles apresentando-se de forma diferente.

Assim como o termo em latim, a seção intitulada *Omnia* trazia informes variados, uma miscelânea, por vezes, acompanhados da transcrição de alguma poesia, ou de pequenos avisos da redação da revista, ou seja, mantinha sob nova denominação as mesmas características do segmento *Notas* da primeira fase.

O silêncio de um ano e meio foi quebrado pelo editorial de primeiro de junho de 1915. Em poucas linhas, apresentava-se a volta da *Americana*, com novo formato "modificada em sua feitura material, mas com o mesmo objetivo, os mesmos intuitos". O editorial reafirma os ideais que deram origem à publicação: "A **Revista Americana** continuará, neste novo período da sua existência, a trabalhar, como dantes, pela aproximação política, pelo congraçamento intelectual, pelo engrandecimento moral dos povos do Novo Mundo."[169]

Do mesmo modo aproveita a oportunidade para comentar o momento de grande tensão, compartilhado por todos, em função dos conflitos mundiais. Nesse sentido ressalta a importância de se manter a defesa da paz e da cordialidade em tempos de guerra:

> A horrível hecatombe que desabou sobre a velha e gloriosa Europa – ontem, fecundo manancial da vida; hoje triste cenário da morte – constitui um doloroso e amargo ensinamento

[168] As variações das dimensões da *Americana* e do Suplemento Ilustrativo demonstram o caráter experimental dos números publicados em 1915. O primeiro número tinha 23cmx15,5cm, enquanto os três números posteriores alteraram para 26cmx17cm.

[169] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano X, n. Y, p. xx-xx, jun. 1915.

> para quantos ainda possam, acaso, duvidar da necessidade da paz e da concórdia para a grandeza e o progresso das nações americanas.[170]

Por fim, retoma o *Manifesto de Lançamento* de 1909, e reitera os seus propósitos:

> [...] serão agitados e debatidos todos os grandes e palpitantes problemas que se relacionem com os nossos destinos; serão discutidos com a mais ampla liberdade, arredadas todas as restrições oriundas dos partidos políticos, facções literárias e parcerias artísticas.[171]

Por certo, a publicação dirigida por Araujo Jorge e Silvio Romero (Filho) pretendia afirmar que ainda se tratava da mesma revista idealizada por Rio Branco, embora com um novo perfil estético / gráfico. Buscando demarcar a identidade da *Americana* e autopromover a retomada do projeto, destacam-se algumas frases na página em que se encontram as informações sobre a assinatura da revista: "A maior publicação internacional em circulação em todo o continente" e ainda "Colaboração dos mais notáveis homens de letras e políticos da América".

Cabe observar que a partir do segundo número da nova fase a redação informa que só aceitará textos inéditos para publicação.[172] Critério, aliás, que a difere da primeira, quando constituía característica da revista a publicação de capítulos de livros ou de artigos que já haviam sido divulgados em outros meios.

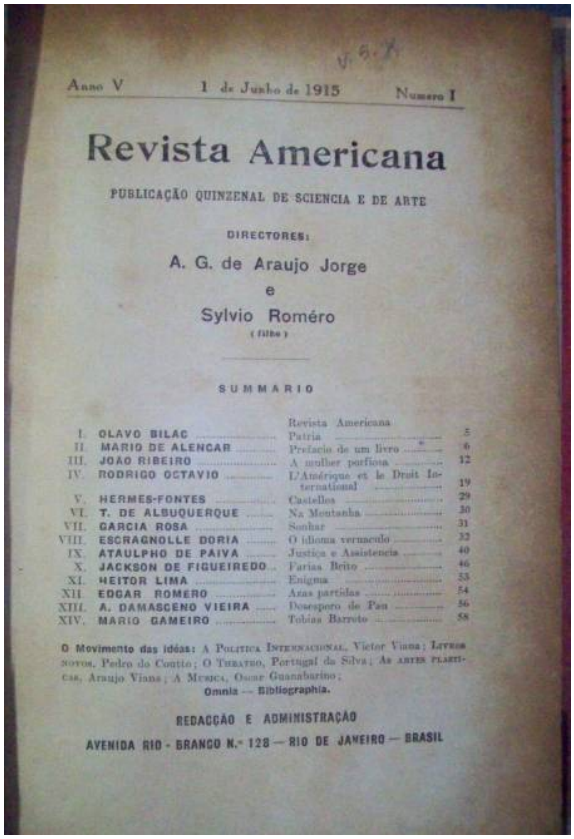
Nos quatro primeiros números da segunda fase, dentre os 26 textos divulgados, 12 são poesias, que, somadas a dois contos, uma novela romântica e um texto literário, constituem pouco mais da metade do total de artigos publicados. Ou seja, o caráter literário da revista passou a predominar neste novo modelo.

---

[170] Id.

[171] Ibid., p. 4.

[172] "A *Revista Americana* não aceita para publicar em suas páginas trabalhos em prosa ou verso que não sejam inéditos."



Anno V — 1 de Junho de 1915 — Numero I

Revista Americana

PUBLICAÇÃO QUINZENAL DE SCIENCIA E DE ARTE

DIRECTORES:

A. G. de Araujo Jorge

e

Sylvio Roméro

(filho)

SUMMARIO

		Revista Americana	
I.	OLAVO BILAC	Patria	5
II.	MARIO DE ALENCAR	Prefacio de um livro	6
III.	JOÃO RIBEIRO	A mulher perfeita	12
IV.	RODRIGO OCTAVIO	L'Amérique et le Droit International	19
V.	HERMES-FONTES	Castellos	29
VI.	T. DE ALBUQUERQUE	Na Montanha	30
VII.	GARCIA ROSA	Sonhar	31
VIII.	ESCRAGNOLLE DORIA	O idioma vernaculo	32
IX.	ATAULPHO DE PAIVA	Justiça e Assistencia	40
X.	JACKSON DE FIGUEIREDO	Farias Brito	46
XI.	HEITOR LIMA	Enigma	53
XII.	EDGAR ROMERO	Azas partidas	54
XIII.	A. DAMASCENO VIEIRA	Desespero de Pan	56
XIV.	MARIO GAMEIRO	Tobias Barreto	58

O Movimento das idéas: A Politica Internacional, Victor Viana; Livros novos, Pedro do Coutto; O Theatro, Portugal da Silva; As artes plasticas, Araujo Viana; A Musica, Oscar Guanabarino;

Omnia — Bibliographia.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

AVENIDA RIO - BRANCO N.º 128 — RIO DE JANEIRO — BRASIL

Figura 3 - Revista Americana, Rio de Janeiro, ano 5, n. 1, jun. 1915.

Artigos sobre questões de diplomacia e temas de relações internacionais, que representavam parcela relevante nos anos iniciais, praticamente não aparecem em 1915, exceto a conferência de Rodrigo Octavio *L' Amérique et le Droit International*, oitava e última exposição do curso "Droit International privé dares la Legislation brésiliènne" ministrado pelo autor na Faculdade de Direito da Universidade de Paris (jan-mar 1913).

Já os estudos biográficos, gênero constante nos sumários da primeira fase, permaneceriam em destaque totalizando quatro contribuições, que abordam as trajetórias de vida de Farias Brito, Tobias Barreto, Mathias Aires e Silvio Romero, escritas, respectivamente, por: Jackson de Figueiredo, Mario Gameiro, Nestor Victor e Araújo Jorge.[173]

O quadro dos colaboradores da *Americana* nessa fase constitui um instrumento importante para analisarmos os principais aspectos de mudança e continuidade na sua organização, permitindo, dessa maneira, compreendermos as transformações pelas quais passou. A **Tabela** a seguir apresenta a relação dos autores e o número de artigos publicados, de acordo com as diferentes fases da revista.

[173] Dos trabalhos restantes identificamos a transcrição de uma carta, o prefácio de um livro, um estudo etimológico.

Tabela 3			
Colaboradores de 1915			
Nome	**1ª Fase (1909-1913)**	**2ª Fase (1915)**	**3ª Fase (1916-1919)**
Olavo Bilac		1	
João Ribeiro		1	
Rodrigo Octavio		1	
Hermes-Fontes		2	
T. de Albuquerque **		1	
Garcia Rosa		2	
Ataulpho de Paiva		1	1
Jackson de Figueiredo		1	7[174]
Heitor Lima		1	1
Edgar Romero		1	
A. Damasceno Vieira		1	
Mario Gameiro		1	1
Alberto de Oliveira		1	1
Carlos Malheiro Dias		1	
Gustavo de Aguilar Pantoja		1	
Mario Gameiro		1	
Humberto de Campos		1	
Nazareth Menezes		1	
Escragnolle Doria	1	1	1
Costa Macedo	1	1	1
Nestor Victor	2	1	1
Ronald de Carvalho		1	5
Total	**4**	**24**	**14**

Fonte: elaboração da autora

É curioso notar que apenas três autores, Escragnolle Doria, Costa Macedo e Nestor Victor, que publicaram em 1915, já haviam publicado na fase anterior. De modo geral, cada um dos vinte e um colaboradores relacionados contribuiu com apenas um trabalho e quase exclusivamente neste ano.

Ao longo dos dez anos de circulação da *Americana*, os diferentes grupos compostos em cada fase refletem o momento do periódico. De qualquer modo, cabe salientar que dos nomes relacionados na **Tabela,** seis pertenciamm aos quadros da Academia Brasileira de Letras (ABL)[175], dos quais três foram fundadores: Olavo Bilac, Rodrigo Octavio e Alberto de Oliveira. Também vinculado a essa instituição, mas como membro correspondente, estava o português Carlos Malheiros Dias.

Olavo Bilac, assim como tantos outros, também colaborou em periódicos da época. Em 1904, havia assinado a crônica de abertura do ousado projeto da revista *Kosmos*, em que

[174] Uma das colaborações aparece seis vezes intitulada “Bibliografia”, a outra chama-se “Traços para uma apologia de Olavo Bilac”.

[175] Membros da ABL: Olavo Bilac, João Ribeiro, Rodrigo Octavio, Ataulfo de Paiva, Alberto de Oliveira e Humberto de Campos.

já demonstrava as possibilidades de aplicação dos avanços gráficos. Outros vultos, igualmente importantes do cenário intelectual brasileiro, que escreveram nessa publicação também aparecem entre os colaboradores da *Americana*: Paulo Barreto (João do Rio),José Veríssimo, Medeiros e Albuquerque. [176]

A presença de acadêmicos entre os colaboradores de 1915 indica a predominância de matérias e gêneros literários que a revista adquire nessa fase. A mudança dos temas abordados, assim como as alterações das seções e a introdução de um *Suplemento Ilustrativo* buscavam ampliar o público leitor.

Reduzir o espaço de debate sobre política externa, história diplomática e filosofia, por outro lado, aumentar a quantidade de poesias, novelas, contos e a inserção da comunicação visual significa tornar a *Americana* mais atraente para uma parcela maior da população.

A opção pela literatura e assuntos culturais poderia ser entendida como uma postura mais neutra diante dos debates acerca da Guerra. Contudo, ainda que a maioria dos textos não trate diretamente de problemas no campo das relações internacionais, a Guerra Mundial é um assunto marcante nesse período, e é abordado de forma estratégica pela *Americana*. Na seção *O movimento das ideias*, no espaço dedicado à *Política Internacional*, Vitor Viana analisa a conjuntura e publica pequenas notas que focalizam aspectos conflitos.

Aliás, Vitor Viana (1881-1937) ficou conhecido à época por suas apuradas análises sobre a Guerra. Tornou-se referência no assunto, o que lhe garantiu ingresso como sócio titular da Sociedade Brasileira de Direito Internacional[177]. Atuante na imprensa nacional, assinou colunas nos jornais *O Seculo*, *O Paiz* e *Jornal do Commercio*, tendo exercido, inclusive, a diretoria desta folha.

Em três números do ano de 1915, Vitor Viana faz comentários variados sobre o cenário da guerra. Relata os avanços das tropas pelo território europeu e discute preceitos do Direito Internacional pertinentes. No segundo número daquele ano, no tópico destinado ao exame do cenário beligerante, ele confere destaque para os problemas gerados nas relações comerciais com o desenrolar do conflito, além de ponderar que as sanções impostas pela Alemanha não correspondem à figura jurídica do bloqueio estabelecida pelas normas internacionais.

---

[176] SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 298.

[177] Amaro Cavalcanti que apresentou a indicação de Vitor Viana a dita Sociedade em reconhecimento da sua contribuição jornalística sobre a Primeira Guerra Mundial e a Liga das Nações. Disponível em <http://www.academia.org.br/abl/>. Acesso em 01 out. 2011.

Por sua vez, a subseção *Política Internacional* não se restringe a noticiar a guerra e seus desdobramentos. A temática das relações entre as nações americanas é igualmente alvo de destaque. No primeiro número da *Americana* de 1915, Viana tece comentários sobre o chamado Tratado do ABC (Argentina-Brasil-Chile)[178] celebrado entre o os governos dos três países. O colunista enaltece a atuação do chanceler brasileiro na condução da política externa, principalmente nas relações com os países do continente. Identifica-o como continuador da política cordial, característica da diplomacia imperial iniciada por José de Bonifácio e consolidada por Rio Branco[179].

Para Vitor Viana, na América não teria havido ódios e sentimentos de dominação como na Europa. No seu entender, os conflitos ocorridos no continente americano foram civis e não adquiriram proporções internacionais tal como se observava acontecer naquele momento no Velho Mundo. Em consonância com a postura defendida pelo Itamaraty, o colunista argumenta que o Brasil não tem pretensões imperialistas, suas intervenções nas nações vizinhas justificavam-se pelo propósito de preservar a ordem e a paz no continente.

Além das notas dedicadas à política internacional a seção *O movimento das Ideias* oferece informações sobre *Teatro*, *Artes*, *Livros Novos* e *Música*. Em tais tópicos não há regularidade quanto aos autores que os escrevem[180]. No entanto, destaca-se a colaboração do crítico de arte, musicista e dramaturgo, Oscar Guanabarino (1851-1937). Temido crítico no âmbito da música, das artes plásticas e do teatro, entre o final do século XIX e início do XX, contribuiu regularmente na imprensa brasileira, sobretudo nos diários *Jornal do Commercio* e *O Paiz*, onde foi pioneiro no gênero, tornando-se assim "(...) uma espécie de autoridade no assunto, um importante elo entre as apresentações das obras de arte em suas várias modalidades e a recepção do público, matizado por um pensamento estético elaborado ao longo de décadas."[181]

Na *Americana*, entre colaborações, Oscar Guanabarino oferece um histórico da arte musical no Brasil, tecendo críticas severas à sua qualidade musical e à situação do teatro

---

[178] O Projeto do Tratado do ABC encontra-se transcrito no apêndice de LINS, 1965, p. 520-523. Sobre o tema ver: CONDURU, Guilherme Frazão. *A política externa de Rio Branco*: os tratados do ABC. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília. Brasília, DF, 1998.

[179] Para Vitor Viana a política externa dos anos iniciais da República tentou cortas os laços dessa diplomacia como forma de eliminar os resquícios do Império, e se não fosse a acertada nomeação do Barão para chefiar o Ministério essa tendência não teria se confirmado como diretriz no Itamaraty.

[180] Autores que contribuíram nessa seção: Pedro do Couto, Portugal da Silva, Araújo Viana, José Oiticica, João Ribeiro e João Cabral.

[181] GRANGEIA, Fabiana de A. Guerra. *Oscar Guanabarino e a crítica de arte periódica no Brasil*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/atas/atas-IEHA-v1-215-222>. Acesso em 01 out. 2011.

nacional, como se observa no trecho seguinte: "(...) Difícil a tarefa, mesmo para uma revista quinzenal, será manter a seção noticiosa subordinada ao título deste artigo, numa capital sem teatro, como infelizmente é a nossa."[182]

Enquanto a seção *O movimento das ideias* compunha-se de matérias escritas especialmente para a *Americana*, o segmento seguinte, denominado *Omnia*, era integrado por uma miscelânea de contribuições. Nesse espaço publicavam-se poesias, conferências, notas da redação, discursos, entre outros gêneros. No primeiro número de 1915, por exemplo, lê-se uma extensa nota sobre a saída da direção do *Jornal do Commercio* de José Carlos Rodrigues – um dos grandes correspondentes do Barão, conforme o seu epistolário, hoje em dia na Biblioteca Nacional[183]. Relatava-se o fato com pesar, e destaca-se o notável papel desempenhado por Rodrigues na imprensa nacional:

> [...] Espírito eminentemente patriótico e profundamente americanista, mas de um americanismo vigoroso e firme, porque, resultante de um completo conhecimento dos homens e das coisas do *Novo Mundo*, foram valiosos e inesquecíveis os serviços prestados pelo grande jornalista a essa pátria e à nobre causa da aproximação dos povos da América naquele posto que a sua rara cultura e a inexcedível capacidade de trabalho tanto dignificaram e engrandeceram.[184]

Já no segundo número de 1915, a *Omnia* externa os agradecimentos da redação a todos os amigos da imprensa pelo apoio e solidariedade, e comenta a repercussão do retorno da *Americana*:

> Estamos justamente desvanecidos com o êxito estupendo alcançado pelo primeiro número desta nova fase da **Revista Americana**. [...] De todos os pontos de onde nos tem podido chegar notícias do recebimento de nosso quinzenário, - São Paulo, de Minas Gerais, do estado do Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, do Uruguai, da República Argentina – nos tem vindo comunicação de que a **Revista Americana** obteve o mesmo fidalgo acolhimento que lhe despendeu o público desta capital.[185]

A *Omnia* trata ainda da longa viagem de Lauro Müller por diversos países, assunto, aliás, presente em quase todos os números daquele. Mais uma vez, a atuação do chanceler é comparada ao período de Rio Branco, apontando-se as continuidades da nova gestão em relação as diretrizes consolidadas pelo Barão na condução da política externa brasileira. Por sinal, o comentário serve de mote para inserir a temática da guerra e a posição assumida pelo Brasil até aquele momento: :"Mostrou que na instabilidade de todas as coisas mantemos na

---

[182] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, n. 3, p. 49, 15 jul., 1915.

[183] Ver coleção particular de José Carlos Rodrigues na divisão de Manuscritos na Fundação Biblioteca Nacional.

[184] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, n. 1, p. 90, 1 jun. 1915.

[185] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, n. 2, p. 145, 30 jun, 1915.

continuidade e na firmeza de nossa política internacional, um abrigo inacessível às paixões e às divergências internas."[186]

Por fim, a *Omnia* publica a transcrição do discurso proferido pelo Comandante Anibal do Amaral Gama, diante do busto de Rio Branco, oferecido ao Clube Naval, por ocasião das comemorações do aniversário da batalha do Riachuelo. O comandante enaltece a figura do chanceler, enumera suas conquistas e ressalta que apesar de hábil diplomático, Rio Branco considerava prioritário o aperfeiçoamento do aparato militar. Fator que o tornaria venerado entre as Forças Armadas do país, mas que por vezes fomentou a acusação dele ter pretensões imperialistas. Aliás, nota-se que o registro constante de homenagens prestadas ao Barão nas páginas da *Americana*.

3.1 **O Suplemento Ilustrativo: uma pitada de mundanismo**

No ano de 1915, cada um dos números da *Americana* foi acompanhado de um *Suplemento Ilustrativo*. Tal como sugere, ele pretendia complementar o modelo inicial da revista, apresentando novos temas a partir de uma abordagem diferenciada daquela empregada na primeira fase, onde só eram publicados textos.

O *Suplemento Ilustrativo* constitui o elemento diferenciador da *Americana* na retomada da circulação neste ano: de uma publicação identificada, quase exclusivamente, com o debate intelectual, para um periódico voltado para fatos do cotidiano, que dedicava várias páginas ao colunismo social.

A par disso, as características do suplemento afetaram a proposta da revista, na medida tratava-se de uma espécie de apêndice, em que a inserção da comunicação visual, além de corresponder ao modelo dos modernos magazines, ampliava as possibilidades do público leitor.

> [...] A crescente diversidade editorial e gráfica a partir da década de 1910 não pode ser dissociada, certamente, do fato de que o Rio de Janeiro atingiu o marco de 1 milhão de habitante no final desse decênio, dando ao Brasil sua primeira metrópole moderna. Com novos bairros, transportes, hábitos de lazer, divisões de classe e de gosto, a sociedade cada vez mais complexa e fragmentada demandava tratamento diferenciado para os muitos grupos que a compunham.[187]

O surgimento e a disseminação das revistas ilustradas, entre a segunda metade dos oitocentos e os anos iniciais do século XX, atendiam as necessidades de divulgação do novo

---

[186] Id., p. 147.

[187] CARDOSO, Rafael. Origens do projeto gráfico no Brasil. In: _____. *Impresso no Brasil, 1808 a 1930*: destaques da história gráfica no acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009. p. 75.

padrão de sociabilidade[188]. Para Rafael Cardoso, constituíam o "(...) veículo preferido de informações visuais para as classes formadoras de opinião"[189]. Por conseguinte, esse tipo de publicação tornou-se veiculo privilegiado de costumes e do perfil social da classe dominante, em consonância com as transformações ocorridas nas cidades e diante da dinâmica moderna.

A partir de elementos editoriais em harmonia com as tendências européias, retratavam um modelo de sociedade a ser admirado e seguido. Mais do que isso, construíam esse discurso a partir da percepção de mundo da classe dominante, disseminando esse padrão como único e verdadeiro. As páginas das revistas ilustradas revelavam a elaboração de um universo particular, janelas que se abriam aos olhos curiosos de uma sociedade à margem do sonhado mundo europeu, tal como ressalta Ana Maria Mauad:

> Janelas que se abriam para o mundo retratado na foto, tais revistas contribuíram, em grande medida, para a generalização do mito da verdade fotográfica. Ao mesmo tempo que, através de suas crônicas e notas sociais, impunham valores, normas e criavam realidades, num processo que transformaria a cidade em cenário e as frações da classe dominante, associadas às agências do Estado às atividades urbanas, tais como setor de serviços, comércio de exportação e ao capital financeiro, em seus atores principais. Neste sentido, foram importante instrumento, deste grupo social, no empenho de naturalizar suas representações através da imposição de uma determinada forma de ver e reproduzir o mundo, sobre todas as outras possíveis.[190]

A inovação da comunicação visual estabelecida através de representações ilustradas é característica marcante dessas publicações no século XIX.[191] Técnicas diversas aprimoradas na segunda metade deste século tornaram possíveis projetos de inúmeros periódicos que tinham como elemento fundamental a reprodução da imagem. Mas foi no início do século XX, com o aprimoramento de técnicas de impressão, que a fotorreportagem ganhou espaço na imprensa brasileira. A *Ilustração Brasileira*, de 1901, *O Malho*, de 1902, a *Kosmos*, de 1904, *Fon-Fon!*, de 1907, a *Careta*, de 1908 e *A Cigarra*, de 1914, são exemplos desse momento. "Com processos de reprodução e impressão finalmente integrados em grande estilo, estes e outros periódicos assinalavam o início de uma nova era em que as limitações tecnológicas não mais seriam o freio para a imaginação criativa dos *designers*."[192]

---

[188] MAUAD. Ana Maria. *Janelas que se abrem para o mundo*: Fotografia de imprensa e distinção social no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. Disponível em: <http://www1.tau.ac.il/eial/index.php?option=com_content&task =view&id=588&Itemid=233>. Acesso em 20 jul. 2011.

[189] CARDOSO, op. cit., p. 82.

[190] MAUAD, *op. cit.*, p.1

[191] Para citar algumas: *Ilustração Brasileira, Psitt* (1877), *O Besouro (1878), A Lanterna* (1878), *O Fígaro* (1878), *Zigue-Zague* (1878), *Semana Ilustrada, O Binóculo(1881).*

[192] ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. Processos de reprodução e impressão no Brasil, 1808-1930. In: CARDOSO, Rafael. *Impresso no Brasil, 1808 a 1930*: destaques da história gráfica no acervo da Biblioteca Nacional.Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009. p. 64

Buscando engajar-se nessa tendência, a *Americana* lançou o *Suplemento Ilustrativo*. Assim, os principais temas abordados passaram a ser acompanhados por registros fotográficos, seja dos acontecimentos relevantes ou das representações da sociedade que eram tomadas como modelos a serem seguidos pelos leitores.

O caráter experimental do suplemento fica evidente, ao analisarmos os tópicos que o compunham, já que cada um dos números editados apresenta uma divisão peculiar. O primeiro, publicado em 1º de junho de 1915, inicia-se com a denominação *Mundanismo*, em que se publicam diversas fotos de membros da elite brasileira, sejam os netos do chanceler Lauro Müller, sejam os aniversariantes da ocasião, ou personagens da intelectualidade que pronunciaram conferências no período.[193] Esse segmento caracterizava-se como uma espécie de coluna social, com a notícia dos principais eventos que mobilizaram a sociedade carioca: casamentos, batizados, solenidades, concertos, um pouco "De tudo...".

Figura 4 - Suplemento Ilustrativo nº 1, 1 de junho de 1915.

A cobertura da viagem de Lauro Müller, noticiada em outras partes da revista, também reaparece no *Suplemento*. O Pacto do ABC é o tema central de uma série de fotografias que registraram a assinatura do acordo a 25 de maio de 1915, na Argentina[194]. A relevância da

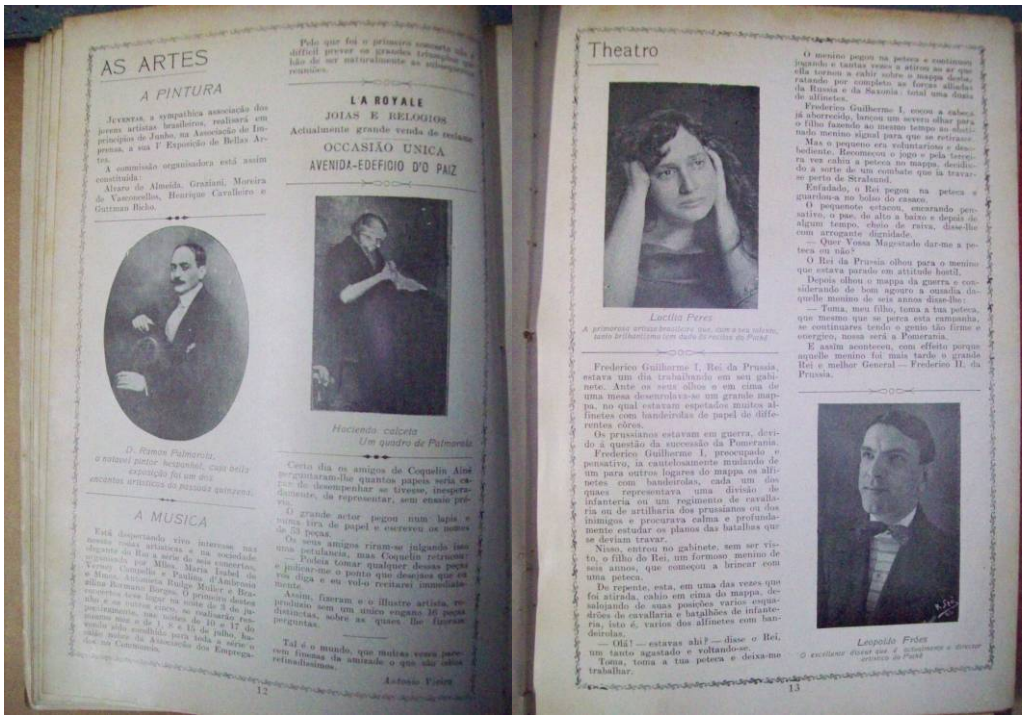
[193] Principalmente as conferências proferidas na Academia Brasileira de Letras e na Biblioteca Nacional, tal como era noticiado na primeira fase.

[194] Embora o tratado tenha sido assinado em maio de 1915, ele só foi aprovado pelo Congresso Nacional em 6 de novembro deste ano, e não foi ratificado pelo Parlamento da Argentina.

divulgação desse tratado não se restringe ao evento em si, constitui um assunto de interesse das nações americanas, que era amplamente discutido em diversos países do continente:

> [...] O documento previa que as controvérsias entre os três países, ou entre dois deles, seriam submetidas a uma Comissão Permanente que se reuniria em Montevidéu. Os três países obrigavam-se a não praticar atos de hostilidade, enquanto a comissão não tivesse apresentado seu parecer.[195]

A crítica artística e teatral era uma tendência crescente à época,[196] e se disseminava entre as publicações periódicas. Além das impressões sobre o cenário artístico brasileiro, alvo da seção *O movimento das idéias*, constam também no *Suplemento Ilustrativo* registros sobre "Artes" e "Teatro". Os pequenos informes vinham acompanhados por ilustrações, que retratavam as obras e os artistas abordados em cada número, conforme se vê na figura a seguir:


AS ARTES

A PINTURA

A MUSICA

Theatro

Figura 5 - Suplemento Ilustrativo nº 1, 1 de junho de 1915.

A fotografia do pintor Ramon Palmarola Romeu (Barcelona, 1877-1954) está acompanhado de uma reprodução do seu quadro "Haciendo Calceta". Sobre o artista espanhol há ainda um pequeno informe sobre exposição recente, realizada no Rio de Janeiro. [197] No

---

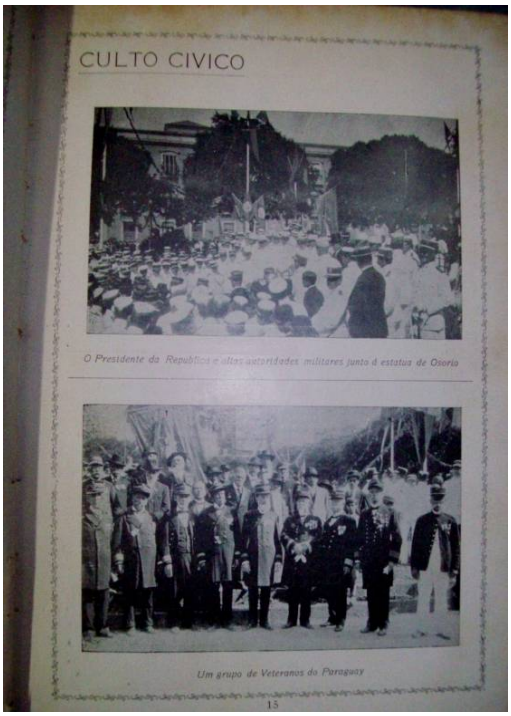
[195] BARRETO, op. cit.,p. 39

[196] GRANGEIA, 2008.

[197] Outras exposições do artista se organizaram na mesma, em dezembro de 1915 na Casa Mascarani e em fevereiro do ano seguinte na Casa Soares. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v6-7n1/05.pdf >. Acesso em 10 out. 2011.

tópico do *Teatro* destaca-se a estreia da companhia teatral do Cinematografo Pathé, organizada por Leopoldo Fróes. A Casa inaugurada em 1907, com a exibição de filmes e apresentações de um sexteto musical nos intervalos, passara a oferecer representações teatrais, que estrearam em maio de 1915, com a peça "Mulheres nervosas".[198] A fotografia da atriz Lucilia Peres, parte do elenco, e do diretor artístico Leopoldo Fróes ilustram o evento noticiado pela *Americana*.

A seção "Culto Cívico" encerra o primeiro *Suplemento*. Nela observamos a divulgação de comemorações de eventos históricos e parte da cobertura do conflito mundial. Compostas por diversas fotografias, que ilustram o assunto abordado, acompanhadas por legendas breves, segue o modelo de quase todas as matérias do *Suplemento*. A informação textual nos dois casos é muito pontual, limita-se a explicar a imagem a qual está associada, estabelecendo, dessa forma, uma comunicação direta e de fácil compreensão, ao destacar pontos selecionados pela redação da revista.


CULTO CIVICO

O Presidente da Republica e altas autoridades militares junto á estatua de Osorio

Um grupo de Veteranos do Paraguay

Figura 6 - Culto Cívico
Legendas das fotografias: "O presidente da República e altas autoridades militares junto a estatua de/Osório"; "Um grupo de veteranos do Paraguai".

[198] Peça de Blun Touché traduzida por Jaime Vitor.

CULTO CIVICO

A sessão do Club Militar em honra aos officiaes que estiveram no Contestado

N'uma egreja da Allemanha encontram-se estas palavras:

Vós me chamaes *Mestre* e não me obedecei; Vós me chamaes *Luz* e não me vêdes; Vós me chamaes *Caminho* e não me seguis; Vós me chamaes *Vida* e não me desejaes; Vós me chamaes *Formoso* e não me amaes; Vós me chamaes *Rico* e não me pedis; Vós me chamaes *Eterno* e não me buscaes; Vós me chamaes *Bondoso* e não confiaes em mim; Vós me chamaes *Nobre* e não me servis; Vós me chamaes *Poderoso* e não me honraes; Vós me chamaes *Justo* e não me temeis; Se Eu, pois eu condemnar, não me accuseis.

Um dia o principe de Bismarck passando com o Czar da Russia pelos jardins do Palacio de S. Petersburgo, chegou a certo ponto, alem tanto retirado, em que estava postada uma sentinella.

A presença do soldado naquelle logar intrigou sobremodo a Bismarck que indagou do Czar o motivo pelo qual estava elle ali destacado.

O Czar, surprehendido por sua vez, respondeu que desconhecia a razão; os seus ajudantes da ordens, inqueridos, tambem a ignoravam. Interrogado o official de dia, respondeu que havia ordem para se postar sempre uma sentinella naquelle local, mas não sabia o motivo disso.

Todos ficaram então curiosos de conhecer a origem daquella estranha ordem. Os archivos militares foram revolvidos, indagados os officiaes mais antigos, mas tudo em vão.

Por fim, depois de longas pesquizas, apresentou-se um velho soldado que disse conhecer a historia da referida ordem por a ter ouvido, quando menino, de seu pae:

«Com annos antes a Imperatriz Catharina II, passeando por aquelle sitio, encontrára uma singela campanula branca, esculta entre a relva e, encantada com a delicadeza da mimosa flor, deu ordem para que no logar fosse collocada uma sentinella a fim de impedir que um transeunte menos respeitoso arrancasse a planta.»

E assim o capricho de uma Imperatriz foi obedecido como lei durante dezenas de annos.

HANSEATICA E CASCATINHA

SÃO FABRICADAS COM AGUA DA TIJUCA CAPTADAS NA PROPRIA NASCENTE. SEM MAIS COMMENTARIOS

16

Junto com as fotografias dedicadas ao *Culto Cívico* encontram-se textos que não tinham relação com as imagens estampadas. A figura que segue apresenta a foto da solenidade em honra aos oficiais do Contestado, no entanto as notas da mesma página tratam de assuntos diversos, tais como o relato de um costume do Palácio de S. Petersburgo.

Figura 7 - Suplemento Ilustrativo nº 1, 1 de junho de 1915.

A partir do segundo número do *Suplemento Ilustrativo* aparece um novo segmento denominado “Notas Americanas”, voltado para destacar as datas comemorativas das diferentes repúblicas do continente, os fatos mais relevantes além de outras informações pertinentes. No terceiro número de 1915, as "Notas" apresentam fotografia e texto sobre a inauguração do marco de Aceguá, que estabeleceu os limites entre Brasil e Uruguai, conforme acordo celebrado por iniciativa do Barão do Rio Branco, em 1909.

Por sua vez, no quarto *Suplemento*, as "Notas Americanas" estampam a fotografia de José Carlos Rodrigues acompanhada de um breve informe sobre a sua escolha por parte do governo norte americano, para integrar a comissão constituída pelo "tratado pacifista" entre os Estados Unidos e Dinamarca. Nesse mesmo número, outro personagem em destaque é Amaro Cavalcanti, consultor jurídico do Itamaraty, na ocasião delegado do país em uma Conferência em Washington. De um modo geral, a seção procurava dar publicidade aos diplomatas e sua atuação como representantes do Ministério.

Em consonância com as características das revistas ilustradas a O *Suplemento Ilustrativo* dedicou diversas partes do seu conteúdo a curiosidades da época. Tratavam de diferentes assuntos, por vezes temas inusitados, como se percebe em alguns dos títulos dos

itens que compunham a seção *Curiosidades*: “Não há mulheres”; “O maior hotel do mundo”; “Tela misteriosa”; “Chaves do Rei da Espanha”; “Os segredos da óptica”; “O primeiro jornal”; “Os macróbios”; “O almanaque dos chineses”.

Da mesma forma, o conteúdo do segmento *Factos e Feitos* destaca-se pela variedade. Segue o mesmo padrão das outras partes do suplemento, notas esparsas acompanhadas por algumas fotografias que ilustram o objeto abordado. Ainda que o chamado mundanismo, ao lado das curiosidades, tenham predominado, observa-se uma conexão entre os temas do *Suplemento Ilustrativo* e o conteúdo da revista.

No terceiro suplemento, em *Factos e Feitos* anuncia-se a visita realizada ao Brasil por Eduardo Gutierrez[199], “distinto intelectual colombiano”, preocupado em disseminar a fraternidade entre as nações do continente. Durante sua estadia no país, Gutierrez proferiu as conferências “O ABC significa América ou somente Argentina Brasil e Chile?” e “Pátria americana e patriotismo americano” na Biblioteca Nacional.

Ao lado dessas notícias, o *Suplemento* informa o lançamento da última produção teatral de João do Rio (Paulo Barreto), a peça “A Eva”, que na opinião do periódico, “(...) condensa o que existe de mais intelectual e artístico na atividade nacional”. Vale notar que como Paulo Barreto, ou sob seu pseudônimo preferido, João do Rio, ele colaborou em diversos periódicos da época[200], inclusive publicou três artigos *Americana*[201].

A propósito da intelectualidade local, entre outras novidades, anuncia-se a fundação da Sociedade Brasileira dos Homens de Letras, organizada por Olavo Bilac e Oscar Lopes, que contou com a adesão de outras personalidades como Oswald de Andrade e o poeta Aníbal Teóphilo. Do mesmo modo, há noticia do lançamento do semanário ilustrado *Era Nova*, projeto de Matheus de Albuquerque, Evaristo Marques da Costa, Mario Vasconcelos e Teófilo de Albuquerque[202], bem como da revista *Concórdia*, de Cândido Campos e Vitorino de Oliveira, publicação engajada na aproximação de intelectuais americanos. Além disso, há uma crítica contundente quanto ao caráter efêmero que predominou entre as publicações periódicas editadas na época:

---

[199] Além da referência que consta na *Americana* não encontramos outras informações sobre Eduardo Gutierrez.

[200] LUSTOSA, Isabel. Imprensa e impressos brasileiros: do surgimento à modernidade. In: CARDOSO, Rafael. *Impresso no Brasil, 1808 a 1930*: destaques da história gráfica no acervo da Biblioteca Nacional.Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009. p. 38.

[201] O “Elogio a Guimarães Passos” proferido à ocasião da posse na ABL, publicado na revista de jul-ago de 1910; “Minha primeira entrevista e o meu primeiro pedido” publicado no número comemorativo de abr 1913; e o “Discurso de recepção” a Luís Guimarães Filho, proferido em solenidade na ABL em 19 de julho de 1917 publicado na revista de jul-set 1917.

[202] Três dos fundadores do semanário, Matheus de Albuquerque, Mario Vasconcelos e Teóphilo de Albuquerque, colaboraram com a *Revista Americana*.

> Se rara é a semana que não registra o aparecimento de uma folha ou revista, raríssimas são aquelas que não marcam a morte de uma publicação em pleno nascedouro. [...] a vida de imprensa requer umas tantas qualidades intelectuais, uma certa capacidade de ação cuja falta não pode impunemente ser suprida pela boa vontade dos fundadores dos diários ou periódicos.[203]

O desenvolvimento inicial do espaço crítico das revistas ilustradas no século XIX esta relacionado, inclusive, a utilização do humor. O aspecto satírico é uma característica marcante, seja por anedotas escritas ou pela caricatura, representação amplamente difundida nesse modelo de periódico. O *Suplemento Ilustrativo* procurou acompanhar a tendência. Em meio ao seu conteúdo, aqui e ali, eram publicadas tiras de humor ou então citações de homens célebres[204]. Para se ter uma idéia, no número quatro, a redação chegou a criar a seção *O Espírito Alheio,* contendo anedotas de salão e pequenos textos cômicos. A par disso, em meio à diversidade de gêneros que compõe o suplemento da *Americana,* há que se notar a presença de contos e novelas, que complementam seu conteúdo, a exemplo dos contos *O perdão*, do poeta parnasiano francês François Coppée[205] (1842-1908), *O jogral de Nossa Senhora*, de Anatole France e do romance *Os ladrões do amor*, de Paulo Junka, todos publicados ao longo dos números de 1915.

Finalmente, além dos aspectos anteriormente tratados sobre o conteúdo da *Americana* e do *Suplemento Ilustrativo*, é importante dar uma palavra a respeito do papel desempenhado pela propaganda na edição revista[206], que desde o seu lançamento trazia anúncios publicitários. Mas, na primeira fase os reclames ficavam limitados a no máximo duas páginas, o que sugere que a receita gerada por essa prática não deveria ser relevante para a edição da revista nos anos iniciais. Por certo, a tutela do Barão e a proteção do Itamaraty garantiriam os altos custos da circulação.

A mesma situação não se observa em 1915, quando a revista passou a dedicar à propaganda um espaço significativo, com algumas páginas exclusivas para anúncios, além das habituais brechas ocupadas entre as seções. Esse crescimento, por certo, espelha a necessidade de obter recursos financeiros para manter a publicação em dia. .

A publicidade impressa de um modo geral, se aprimorou nas primeiras décadas do século XX.. Alguns caricaturistas chegaram a se especializar na elaboração de anúncios, bem

---

[203] *Suplemento Ilustrativo*. P. 2, 1 ago. 1915.

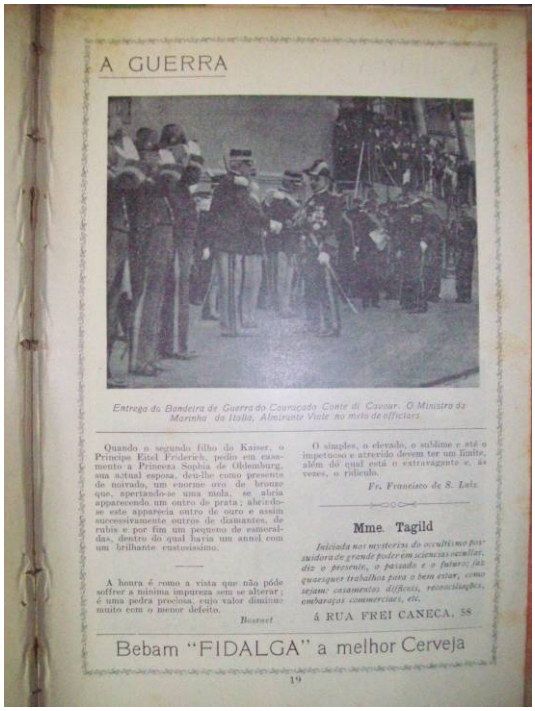
[204] Trechos da obra de Diderot, Santo Agostinho, Rousseau, Benjamin Franklin, Alexis de Tocqueville entre outros, confere certo caráter erudito à publicação.

[205] A revista informa que o conto foi traduzido por um certo Lyvius Ernoro.

[206] Ver: SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras*: literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 60-70.

como letrados, tal qual de Bastos Tigre, que fundou o escritório “Publicidade Bastos Tigre”, responsável pela propaganda da cerveja Brahma, entre 1913 a 1955[207], produto anunciado na *Americana* em 1915. Neste sentido é interessante avaliar o tipo de publicidade veiculado nas páginas da *Americana*.

A observação dos anúncios reitera a ideia de atingir um do público leitor. Ao longo da primeira fase predominaram os anúncios de bancos e de editoras. A partir de 1915, a divulgação de instituições financeiras foi substituída por propagandas de itens mais diversificados: cervejas, lojas de roupas, loteria, e até mesmo de uma vidente. A presença de tal anúncio é um fato curioso e não deixa de intrigar o leitor hoje em dia. Afinal, como uma revista acadêmica de gabarito internacional, em cujas páginas escreviam nomes consagrados da intelectualidade do continente, prestou-se à publicidade de uma profissional “iniciada nos mistérios do ocultismo possuidora de grande poder em ciências ocultas”?


A GUERRA

Entrega da Bandeira de Guerra do Couraçado Conte di Cavour. O Ministro da Marinha da Italia, Almirante Viale no meio de officiaes.

Quando o segundo filho do Kaiser, o Principe Eitel Frederich, pediu em casamento a Princeza Sophia de Oldemburg, sua actual esposa, deu-lhe como presente de noivado, um enorme oro de bronze que, apertando-se uma mola, se abria apparecendo um outro de prata; abrindo-se este apparecia outro de ouro e assim successivamente outros de diamantes, de rubis e por fim um pequeno de esmeraldas, dentro do qual havia um annel com um brilhante custosissimo.

A honra é como a vista que não póde soffrer a minima impureza sem se alterar; é uma pedra preciosa, cujo valor diminue muito com o menor defeito.

Bossuet

O simples, o elevado, o sublime e até o impetuoso e atrevido devem ter um limite, além do qual está o extravagante e, as vezes, o ridiculo.

Fr. Francisco de S. Luiz

Mme. Tagild

Iniciada nos mysterios do occultismo possuidora de grande poder em sciencias occultas, diz o presente, o passado e o futuro; faz quaesquer trabalhos para o bem estar, como sejam: casamentos difficeis, reconciliações, embaraços commerciaes, etc.

á RUA FREI CANECA, 58

Bebam “FIDALGA” a melhor Cerveja

19

Mme. Tagild

Iniciada nos mysterios do occultismo possuidora de grande poder em sciencias occultas, diz o presente, o passado e o futuro; faz quaesquer trabalhos para o bem estar, como sejam: casamentos difficeis, reconciliações, embaraços commerciaes, etc.

á RUA FREI CANECA, 58

Figura 8 - Suplemento Ilustrativo nº 1, 1 de junho de 1915.

Parece bizarro, mas ao final da coluna *A Guerra*, o assunto mais importante naquele momento, observa-se o anúncio dos serviços prestados por **Mme. Tagild** seguido pelo da cerveja **Fidalga**. A presença da propaganda de uma vidente, que se diz capaz de falar sobre “o presente, o passado e o futuro” e de fazer “quaisquer trabalhos para o bem estar” do

[207] LUSTOSA, op. cit., p.38.

interessado, sugere que esse tipo de anuncio era comum à época. O recurso aos serviços de adivinhação parece constituir uma prática corriqueira entre a alta sociedade daquele período. Aliás, o conto de Machado de Assis, *A cartomante*, ilustra bem relações da sociedade brasileira do final do século XIX com esse tipo de ofício.

De qualquer modo, observa-se a evolução do espaço publicitário na *Americana* em harmonia com cada fase da revista, obedecendo a um modelo mais sóbrio e discreto entre os anos de 1909 e 1913 e ocupando apenas uma ou duas páginas. Padrão que contrasta com o seguido nos números editados em 1915, conforme demonstrado acima.

As capas do *Suplemento Ilustrativo* apresentam, invariavelmente, a temática central à época: a Guerra Mundial. Seja de forma direta ou não elementos relacionados ao cenário beligerante estamparam a capa dos adendos. O elemento militar é uma constante que pode ser observado nas imagens selecionadas para imprimir a capa da revista.

Figura 9 - Suplemento Ilustrativo nº 1 de 1º de junho de 1915. “A entrega da bandeira de guerra do novo e poderoso dreadnought italiano ‘Conde ti Cavour”.

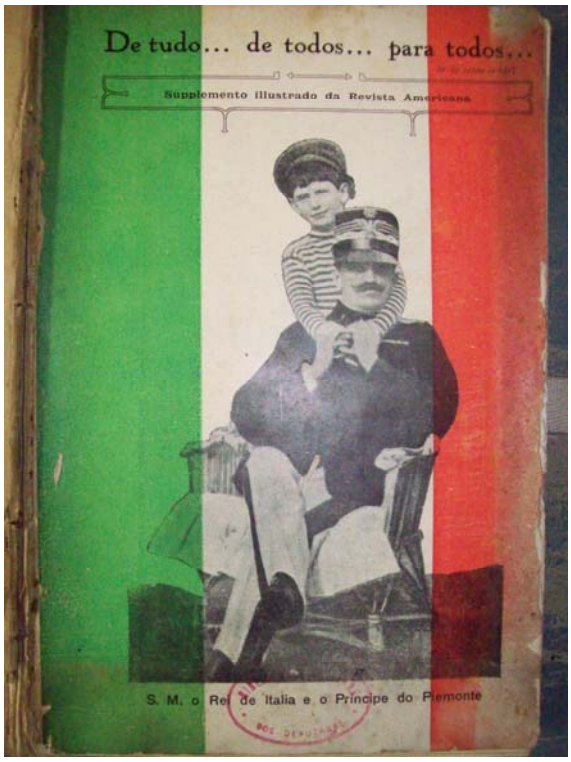


Figura 10 - Suplemento Ilustrativo nº 2 de 30 de junho de 1915. “S. M. o Rei da Itália e o Príncipe de Piemonte”.

Figura 11 - Suplemento Ilustrativo nº 3 de 15 de julho de 1915. “O Marechal French – o comandante superior das forças britânicas em operação no continente europeu”

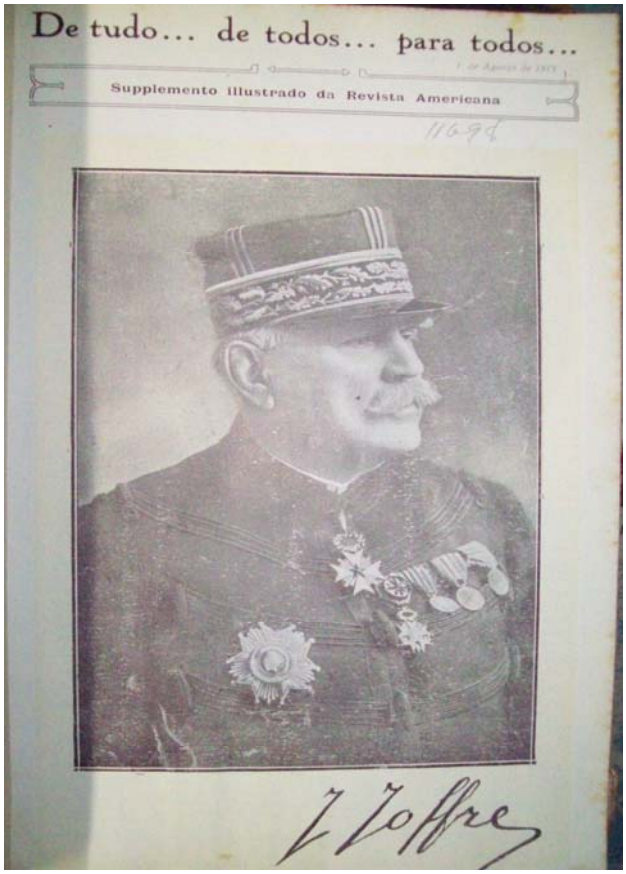
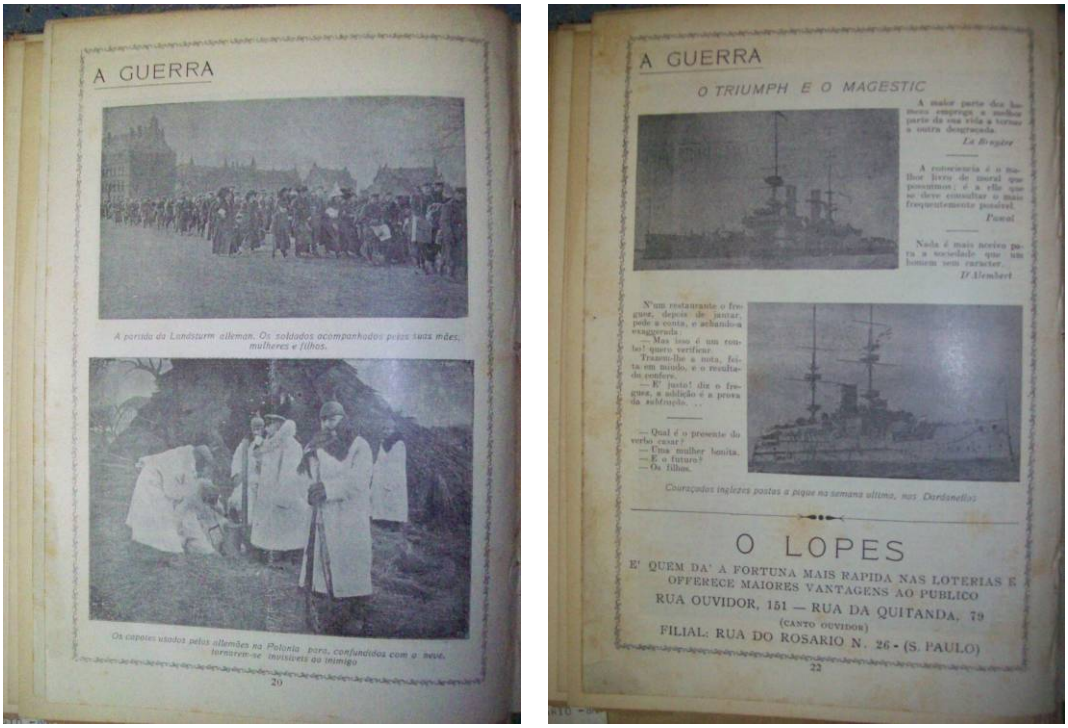


Figura 12 - Suplemento Ilustrativo nº 4 de 1 de agosto de 1915. “J. Joffre” (Assinatura).

A observação das imagens acima é elucidativa. Desde a fotografia do dreadnought italiano, que recebera o nome do herói nacional defensor da unificação da Itália, até as representações dos líderes das nações envolvidas no conflito mundial. A preparação do navio como instrumento de batalha, as vestimentas do Marechal French e de Joseph Joffre, demonstram o estado de guerra que imperava. Ainda que o título “De tudo... de todos... para todos...” anuncie a abrangência pretendida e as páginas que compõem o suplemento abordem os mais variados temas, é o conflito mundial que protagoniza o momento da publicação.



A GUERRA

A partida da Landsturm allemã. Os soldados acompanhados pelas suas mães, mulheres e filhos.

Os capotes usados pelos allemães na Polonia para, confundidos com a neve, tornarem-se invisiveis ao inimigo

20

A GUERRA

O TRIUMPH E O MAGESTIC

A maior parte dos homens emprega a melhor parte da sua vida a tornar a outra desgraçada.

La Bruyère

A consciencia é o melhor livro de moral que possuimos; é a ella que se deve consultar o mais frequentemente possivel.

Pascal

Nada é mais nocivo para a sociedade que um homem sem caracter.

D'Alembert

N'um restaurante o freguez, depois de jantar, pede a conta, e achando-a exaggerada:

— Mas isso é um roubo! quero verificar.

Trazem-lhe a nota, feita em miudo, e o resultado confere.

— E' justo! diz o freguez, a adição é a prova da subtração. ...

— Qual é o presente do verbo casar?

— Uma mulher bonita.

— E o futuro?

— Os filhos.

Couraçados inglezes postos a pique na semana ultima, nos Dardanellos

O LOPES

E' QUEM DA' A FORTUNA MAIS RAPIDA NAS LOTERIAS E OFFERECE MAIORES VANTAGENS AO PUBLICO

RUA OUVIDOR, 151 — RUA DA QUITANDA, 79

(CANTO OUVIDOR)

FILIAL: RUA DO ROSARIO N. 26 - (S. PAULO)

22

Figura 13 - Revista Americana, Rio de Janeiro, n. 1, 1 jun. de 1915.

Visões da Guerra

O XOFRANDO E O ESPADARTE

Figura 14 - Revista Americana, Rio de Janeiro, n. 3, 15 de jul. 1915.

As imagens acima representam a seção Visões da Guerra, integrada principalmente por fotografias do cenário dos conflitos, por vezes acompanhadas das análises de Vitor Viana.

> De fato, uma guerra que envolveu todas as questões europeias não pode ser resolvida rapidamente, porque a declaração de vencido acarretará tão desagradáveis consequências à aliança subjugada que é melhor ir até o fim esgotando todos os recursos pois que todos percebem que o inimigo triunfante será formidavelmente exigente.[208]

Em 1º de agosto de 1915 encerrou-se a segunda fase da *Americana*. A revista desapareceu, sem qualquer editorial ou nota explicativa. Tudo leva a crer que, em meio ao cenário de guerra, o projeto não conseguiu manter-se em circulação, apesar dos esforços empreendidos com a sua reformulação, inclusive o surgimento do *Suplemento Ilustrativo*.

3.2 **Os desafios de 1916-1919**

Ela continuará a trabalhar pela aproximação intelectual dos povos americanos[209]

A terceira fase da revista iniciou em outubro de 1916, quando a edição da *Americana* é retomada e novamente seus exemplares voltam a circular. O editorial deste número pontua as dificuldades enfrentadas com a publicação da revista e revela a intenção de retomar o projeto primitivo, lançado há exatos sete anos, em outubro 1909.

> Depois de uma crise de interrupções, por motivos alheios à nossa vontade, dos quais não foi o menor a escassez de papel de impressão, reaparece a **Revista Americana**, na sua primitiva feição e fiel ao programa traçado no seu número de outubro de 1909. Ela continuará a trabalhar pela aproximação intelectual dos povos americanos.[210]

Essas palavras iniciais são seguidas por trechos resgatados de editoriais anteriores que buscam reiterar os propósitos da revista de atuar, como “um traço de união” entre as personagens da intelectualidade das Américas. Mais do que uma mensagem de continuidade, em poucas linhas, a redação da *Americana* delimitou as diferenças entre os números publicados no ano anterior, norteados pelas tendências das revistas culturais e ilustradas.

Nesse sentido há que destacar a supressão do Suplemento Ilustrativo e a retomada pelos editores da proposta do *Manifesto de Lançamento*, com a promessa de promover novamente o debate de ideias no continente. Desse modo, alterava-se o subtítulo da *Americana*, reabilitando as categorias que eram utilizadas na primeira fase “Sciencias, Artes, Letras, Politica, Philosophia, Historia, Religiões”.

Os artigos publicados a partir de outubro de 1916 seguem em consonância com as temáticas anunciadas e com os preceitos defendidos no referido editorial. O caráter

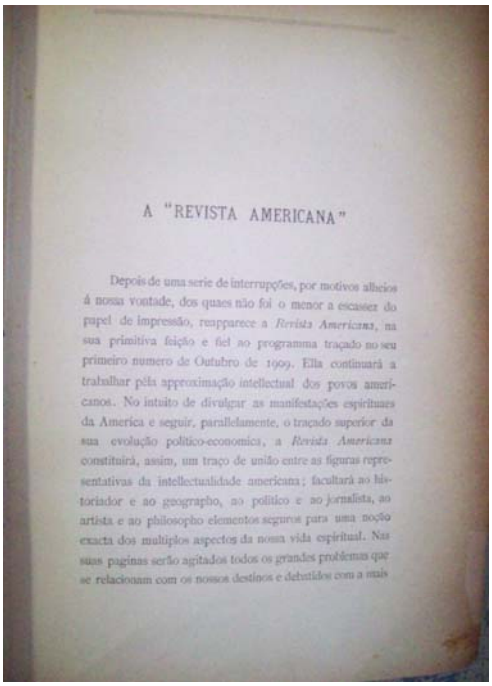
---

[208] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, n. 3, 15 jul. 1915

[209] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, out. 1916. (Editorial).

[210] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, out. 1916. (Editorial).

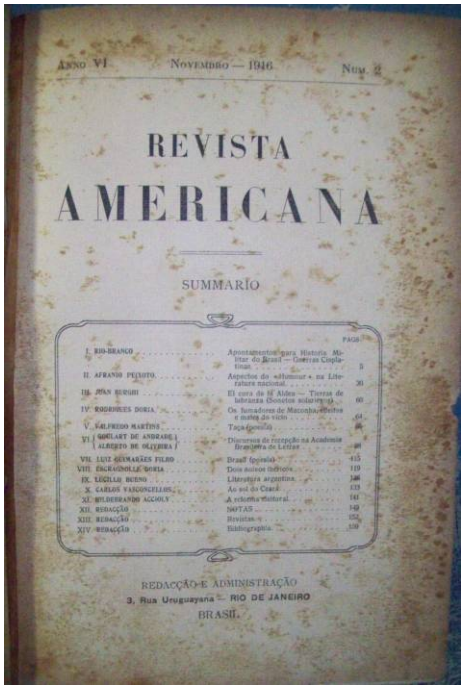
essencialmente literário que predominou nas páginas da *Americana* em 1915 foi superado na terceira fase da revista.



A "REVISTA AMERICANA"

Depois de uma serie de interrupções, por motivos alheios á nossa vontade, dos quaes não foi o menor a escassez do papel de impressão, reapparece a *Revista Americana*, na sua primitiva feição e fiel ao programma traçado no seu primeiro numero de Outubro de 1909. Ella continuará a trabalhar pela approximação intellectual dos povos americanos. No intuito de divulgar as manifestações espirituaes da America e seguir, parallelamente, o traçado superior da sua evolução politico-economica, a *Revista Americana* constituirá, assim, um traço de união entre as figuras representativas da intellectualidade americana; facultará ao historiador e ao geographo, ao politico e ao jornalista, ao artista e ao philosopho elementos seguros para uma noção exacta dos multiplos aspectos da nossa vida espiritual. Nas suas paginas serão agitados todos os grandes problemas que se relacionam com os nossos destinos e debatidos com a mais

Figura 15 - Editorial da Revista de out 1916.



ANNO VI — NOVEMBRO — 1916 — NUM. 2

REVISTA AMERICANA

SUMMARIO

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
3, Rua Uruguayana — RIO DE JANEIRO
BRASIL

Figura 16 - Capa da Revista de out 1916.

Uma breve leitura do conteúdo do sumário deste número de relançamento confirma os objetivos declarados pela redação. O texto escolhido para abertura da nova fase foi um estudo de história militar, intitulado "Primeiras lutas no Brasil", de autoria do Barão do Rio Branco, o emblemático personagem que perpassa toda a trajetória da publicação.

Outras questões também ficam evidentes a partir do sumário: revista abandonou o preceito de publicar apenas material inédito, como anunciava em nota em 1915; do mesmo modo, a divisão do conteúdo retornou ao modelo original: a primeira parte composta pelos artigos, e a segunda pelas seções *Bibliografia*, *Revistas* e *Notas*. A novidade destas subdivisões é que deixaram de ser assinadas apenas pela redação, sendo em muitos casos identificado o responsável pela sua organização.

No número inaugural da terceira fase, o espaço dedicado aos estudos históricos e à crítica literária voltou a ocupar lugar de destaque na organização da revista; dos 11 títulos publicados, 3 são poesias, 4 artigos de história, 2 de crítica literária, 1 de psicologia, e 1 ensaio sobre exposições de artes. Para além dos dados quantitativos, cabe observar que os autores daqueles títulos também haviam contribuído na primeira fase da *Americana*, a exceção do Barão do Rio Branco. No entanto, ao longo dos anos de 1916 a 1919

incorporaram-se novos colaboradores. Dos 161 autores relacionados nos sumários, aproximadamente 120 publicaram apenas nesta última fase, sendo que 72% com apenas um artigo.[211] Donde se conclui que um pequeno grupo cooperou de modo mais regular com a *Americana*, em todosos seus momentos.

Tabela 4		
Colaboradores 3ª Fase		
NOME	**INCIDÊNCIA**	**COLABORAÇÕES**
Barão do Rio Branco	32	3
Heinrich Handelmann	17	1
Basilio de Magalhães	11	3
Januário Lucas Gaffrée	8	1
F. Mascarenhas	7	7
Araújo Jorge	7	3
Jackson Figueiredo[212]	7	2
Ventura Garcia Calderón	7	2
Hélio Lobo	6	6
Mello Carvalho	6	6
Jorge Jobim	6	6
Evaristo de Moraes	6	4
Hugo D. Barbagelata	6	1
Alfredo de Assis[213]	5	7
Ronald de Carvalho	5	5
Alberto Faria	5	5
J. C. Gomes Ribeiro	5	4
Álvaro J. de Oliveira	5	2
Total	**151**	**70**

Fonte: elaboração da autora

A Tabela nº 4 apresenta os autores publicados com maior frequência na terceira fase da revista.[214] Entre estes se destacam membros do corpo diplomático brasileiro, vultos da elite letrada e personagens do cenário internacional. Algumas contribuições, devem ser analisadas mais de perto, devido à importância dos colaboradores e à forma com que os textos aparecem nas páginas da *Americana*, a exemplo do livro de Heinrich Handelmann. [215]

O historiador alemão especializou-se na história americana, tendo produzido estudos sobre diferentes países do continente, inclusive, a obra *História do Brasil* (1860), a qual foi publicada pela *Americana*. Seguindo prática da revista, o livro de Handelmann foi

[211] São 84 autores que aparecem apenas uma vez nos sumários da revista.

[212] Uma das colaborações aparece 6 vezes intitulada "*Bibliografia*", a outra chama-se "*Traços para uma apologia de Olavo Bilac*".

[213] Mais aparições do que colaborações porque contribui num único número com dois ou mais textos.

[214] Adotou-se como critério para a elaboração da Tabela os autores que contribuíram pelo menos 5 vezes com a *Americana*.

[215] Heinrich Handelmann (1827-1891), historiador alemão, reconhecido pela dedicação a vida acadêmica lecionou na Universidade de Kiel e foi diretor do Museu de Antiguidades de Schleswig-Holstein, localidade sobre a qual publicou diversos trabalhos.

desmembrado em partes menores e publicado ao longo de 17 números. Em junho de 1917 foi editada a primeira parte, precedida por uma apresentação assinada pela redação. Em poucas palavras informa que esta tradução é um projeto da *Americana*, feita por Rafael Mayrinck, revisada por Araújo Jorge e com notas de J. C. Gomes Ribeiro[216]. Consta ainda um comentário de Oliveira Lima e um sumário comentado sobre cada parte da obra.

Na Tabela pontuamos a presença sistemática de Jackson de Figueiredo (1891-1928), advogado, jornalista e professor de literatura, considerado uma das maiores referências da história do catolicismo brasileiro.[217] Na *Americana*, ao que parece, Figueiredo não estava voltado para a religião. Mesmo depois de ter se convertido, em 1918, sua colaboração permaneceu voltada para a formação literária. A partir do número de fevereiro-março deste ano seu nome aparece no sumário como responsável pela seção de *Bibliografia*, onde se divulgavam novos trabalhos, e por vezes pequenas resenhas críticas. Após a morte de Olavo Bilac (28 de dezembro de 1918), ele foi um dos autores a escrever na revista sobre o acadêmico.[218] No entanto, sua contribuição não se restringiu à crítica literária. Na revista de março de 1919 publicou na seção *Notas* comentários sobre os conflitos mundiais no texto "Aspectos da grande guerra".[219]

De retorno ao Brasil em 1918, Araújo Jorge pode dedicar-se mais de perto à revista. Sob sua direção nota-se a ênfase dada a cobertura diversificada de temas atuais, ao contrário da segunda fase que só aparecera a figura de Vitor Viana nos comentários sobre a Guerra Mundial. O texto "A nossa guerra: seus fins políticos e seus efeitos sociais" de Georgino Avelino,[220] constitui um exemplo dessas contribuições. Nele o diplomata aborda os motivos e interesses que levaram a participação do Brasil no conflito.

Já o artigo de Heitor Lyra, "Estudos de política internacional – a política europeia em princípios de 1914" aponta a atmosfera de guerra que se vivia antes do início dos confrontos.

---

[216] Nota da redação informa que J. C. Gomes Ribeiro é bibliotecário do Ministério das Relações Exteriores.

[217] As diversas alusões encontradas sobre o autor remetem quase exclusivamente à sua trajetória como representante singular do catolicismo. Em 1921 lançou a revista *A Ordem* e no ano seguinte fundou o *Centro Dom Vital*, símbolos da atuação de personalidade políticas da época em defesa da doutrina católica.

[218] Publicou no último número da *Americana* o texto "Traços para uma apologia de Olavo Bilac". Heitor Lima e Telmo Manacorda também escreveram artigos sobre Olavo Bilac na revista.

[219] Neste texto o autor expõe que as causas em que se empenha a Europa, há mais do que antagonismos políticos, identifica na questão operária a maior problemática a ser resolvida.

[220] Georgino Avelino (1888-1959) no exercício de sua carreira diplomática esteve por vezes em missão na Europa. Durante esse período costumava prestar favores para Araújo Jorge na busca por livros e fontes históricas nos arquivos europeus, como podemos observar em documentos do Arquivo Particular de Araújo Jorge, no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Para o autor a deflagração do conflito era questão de tempo, tendo em vista o progressivo armamento alemão e conjuntura internacional:

> Enfim, resumindo, para terminar a Inglaterra e a França queriam a guerra contra a Alemanha. A primeira para não ser absorvida pela terrível rival; a segunda para vingar 1870 e reconquistar a Alsácia-Lorena. Por seu lado a Alemanha também queria a guerra a fim de poder fixar definitivamente o seu poder e a sua posição de potência mundial. Deutschland über alles... A Alemanha acima de tudo. Isto quer dizer a Alemanha governando o mundo... Excusez du pen.[221]

Além disso a revista continuou a dar publicidade às conferências proferidas na Biblioteca Nacional e os discursos de posse e recepção na Academia Brasileira de Letras. Do mesmo modo, cabe ressaltar ainda a publicação de textos de membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como o artigo "As principais associações literárias e científicas do Brasil (1724-1838)"[222] de Max Fleiuss, e a peculiar e exótica conferência "Os fumadores de maconha, efeitos e males do vício" [223] de Rodrigues Doria ambos foram apresentados no Segundo Congresso Científico Pan-americano reunido em Washington.[224]

Assim a *Americana* manteve-se como veículo divulgador da produção intelectual e das atividades dos referidos espaços da intelectualidade brasileira.[225] Do intercâmbio cultural com as nações americanas observa-se a presença de textos que já haviam sido publicados em outros periódicos pelo continente e eram posteriormente editados pela revista. A interação entre a redação da *Americana* e outros periódicos ou, até mesmo, com diretores de bibliotecas nacionais e internacionais, era significante. Essas relações ficaram registradas na correspondência da revista reunida no Arquivo Particular de Araújo Jorge, a exemplo destacam-se as cartas da *Colección de escritores americanos* (Barcelona), da Biblioteca do Exército, da Biblioteca Pública de São Paulo, da Presupuesto (Buenos Aires) e da *Revista Feminina* (São Paulo). De modo geral solicitam exemplares da *Americana* para suas coleções.

Retoma-se a reflexão sobre as relações entre a *Americana* e o Ministério das Relações Exteriores, que sempre se estabeleceram de forma indireta, através da participação de membros do corpo diplomático brasileiro tanto na direção como entre os principais

---

[221] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano 6, n. 9, p. 103, jun. 1917.

[222] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano 6, n. 6, p. 67-86, mar. 1917. Consta a seguinte nota da redação do artigo "O presente estudo, do Sr. Max Fleiuss, primeiro secretário perpétuo do Instituto Histórico do Rio de Janeiro, constitua uma Memória apresentada no Segundo Congresso Científico Pan-Americano reunido em Washington, 27 de dezembro de 1915 a 8 de janeiro de 1916. A Revista Americana publica-o agora pela primeira vez, recomendando-o calorosamente a todos os seus leitores.".

[223] REVISTA AMERICANA. Rio de Janeiro, ano 6, n. 2, nov. 1916.

[224] Rodrigues Doria publicou o artigo "Impressões dos Estados Unidos", em fevereiro de 1917 relatando suas memórias sobre sua estadia na república norte americana durante o referido Congresso.

[225] As conferências pronunciadas no salão nobre do *Jornal do Commercio* também figuraram entre os textos publicados neste período.

cooperadores da revista. Até 1918 não havia quaisquer indicação sobre o envolvimento do Barão do Rio Branco com o projeto de elaboração da publicação. No entanto, a partir de novembro de 1918, oferecia novos elementos a análise dessas relações. Abaixo do subtítulo a capa passa a estampar a seguinte mensagem: "*Publicação Internacional fundada em 1909 pelo Dr. Araújo Jorge por suggestão e sob Patrocinio do Barão do Rio-Branco*".

Dessa forma a *Americana* trazia para o primeiro plano a relação com o Itamaraty, nomeava com clareza o inspirador e primeiro patrocinador do projeto. Na última fase, que se estendeu de outubro de 1916 a dezembro de 1919, perfazendo um total de trinta e dois números, todos principiavam com o Barão. Foram escolhidas três obras de Rio Branco, que desmembradas em pequenas partes foram publicadas sucessivamente. A saber: "Apontamentos sobre a História Militar do Brasil"; "Biografia do Visconde do Rio Branco"; e "Comentários a História da Guerra do Paraguai de Schneider".

O periódico idealizado pelo Barão era, nesse momento, instrumento de divulgação da sua própria obra. Em outubro e novembro de 1916 publicaram em duas partes seus "Apontamentos sobre a História Militar do Brasil". Este trabalho constituía, na verdade, o resultado parcial da pesquisa que realizou ao longo de sua vida sobre um dos temas que mais lhe interessava. O pesquisador minucioso que era, nunca considerava acabada suas investigação e estudos sobre a história militar.

As experiências pessoais que despertaram o interesse pelo assunto deste artigo são as mesmas que influenciaram de maneira decisiva a formação do Barão: a relação com seu pai. A personagem do Visconde era tão marcante para o filho e estudioso, que ele dedicou à memória do pai um extenso trabalho sobre a trajetória de vida do estadista. Novamente um texto denso, repleto de notas e referências que buscavam esgotar todas as informações possíveis acerca do assunto. A participação na Guerra do Paraguai e a elaboração e defesa da Lei do Ventre Livre, são alguns dos eventos centrais exaltados pelo Barão na biografia. Pretendia, dessa forma, fazer uma homenagem e divulgar os principais feitos do Visconde garantindo o reconhecimento da obra de um grande homem do Império. O texto foi publicado desmembrado em pequenas partes entre os números de dezembro de 1916 e julho de 1918, totalizando 164 páginas.

O número seguinte, referente aos meses de agosto e setembro de 1918, iniciava a edição das famosas notas à *História da Guerra do Paraguai* de Schneider. Neste trabalho é possível observar novamente a minúcia de Rio Branco nas suas pesquisas. Assim como os textos anteriores, é precedido por uma nota da redação apresentando a obra. Seguem treze

números da revista com uma fração do trabalho em cada um deles. Em dezembro de 1919 a *Americana* editara seu último número. No entanto a publicação desta obra não foi concluída.

Ao longo dos trinta e dois números da terceira fase, além de divulgar a vida e obra do Barão, tecendo a memória do antigo chanceler, a revista considerou Rio Branco como objeto de análise. O número de agosto e setembro de 1919 apresenta entre outros textos, o trabalho "Papéis de 1876" de Mauricio Wanderley Pinho de Araújo. Os "papeis" mencionados são os documentos referentes a nomeação de Paranhos Junior para cônsul em Liverpool, seu início na carreira diplomática. Vale lembrar que este foi um episódio interessante da sua trajetória tendo em vista as dificuldades que enfrentou para conseguir o posto, conforme assinalam seus biógrafos[226].

As características da terceira fase estavam em consonância com o projeto original da *Americana* conforme anunciava o editorial de abertura desse período. No entanto, é possível observar que se reduz o número textos que privilegiavam questões americanas, ou mesmo os estudos sobre o pan-americanismo. Em contrapartida aumenta-se o espaço dedicado aos trabalhos historiográficos. Contudo a revista torna-se lugar de memória[227] de do Barão do Rio Branco e foco disseminador de seus trabalhos. Apesar do esforço da nova e última fase, a Americana sumiu de circulação, em janeiro de 1920, sem qualquer explicação e justificativa dos seus diretores, encerrando dez anos de publicação de um periódico singular, sem precedentes e que ocupou lugar de destaque entre a intelectualidade da época.

---

[226] Ver LINS, 1945; VIANA, 1959.

[227] NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux.". In: _____. *Les lieux de mémoire - La République*. Paris: Gallimard, 1984.

4 CONCLUSÃO

A análise da *Americana* no decurso das três fases proporcionou conclusões esclarecedoras sobre a revista. Lançada em momento de publicações efêmeras, conseguiu permanecer por dez anos em circulação. Ainda que tenha sofrido algumas interrupções, e passado por modificações, foram mantidos os preceitos do projeto original.

A presença de membros do Itamaraty, tanto na direção quanto nos sumários da publicação, demonstra os vínculos existentes entre muitos colaboradores e o Ministério das Relações Exteriores. A análise dos quadros dos autores, assim como a relevância que a temática internacional desfrutava nas páginas da *Americana* corrobora a defesa do engajamento desta instituição com o periódico.

Para além do incentivo e patrocínio de Rio Branco, o jovem Arthur Guimarães de Araújo Jorge, assumiu o projeto como um objetivo pessoal. Depois da morte do Barão, por vezes, precisou se ausentar do país a fim de cumprir seus deveres como diplomata e diante desse desafio buscou encontrar recursos para que o periódico não deixasse de ser produzido.

Articular a elaboração de cada número da *Americana*, angariar recursos, estabelecer contatos com os intelectuais identificados com o projeto de cooperação americana, eram tarefas que exigiam grande dedicação de seus responsáveis. A distância só aumentava as dificuldades que, somada aos efeitos da Primeira Guerra Mundial impediram a publicação por boa parte do período beligerante.

Demonstramos ao longo do presente estudo como projetos culturais podem ser utilizados como estratégia política. Neste sentido analisamos as edições da revista, considerando o contexto político em que foi criada, e a cultura política em que se inseria.

Em 1915, a revista passou a ser uma publicação quinzenal e ilustrada contendo páginas dedicadas à vida cotidiana e espaços reservados para publicidade, o que evidencia que precisou se adaptar às mudanças. As dificuldades em transpor desafios levam a *Americana* a retomar seu projeto inicial, encerrando sua trajetória pautada no perfil desenvolvido pelo Rio Branco.

As planilhas elaboradas categorizando os textos publicados no peródico, assim como, os quadros com os principais colaboradores identificando sua formação, carreira diplomática e produção intelectual, permitiram, deste modo, a análise dos textos publicados, considerando seus colaboradores e sua relação com o Ministério das Relações Exteriores.

A partir desses mesmos instrumentos determinamos os personagens relacionados à elaboração e realização da revista constituindo assim a rede de sociabilidade da publicação intimamente relacionada ao Ministério das Relações Exteriores, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras.

O mapeamento do que se discutia na *Americana* e das transformações pelas quais passou ao longo dos dez anos de sua publicação permitiu corroborar que o projeto da revista era norteado tanto por características tanto de divulgação doutrinária quanto de um espaço de debate intelectual.

A partir da análise realizada nos três capítulos é possível afirmar que a *Americana*, no decorrer de dez anos, enfrentou desafios e passou por transformações, dirigida pelo mesmo projeto. Araújo Jorge empenhou esforços para manter a revista idealizada pelo Barão em circulação, mesmo quando não dispunha mais do patrocínio de Rio Branco. Na tentativa de adaptar-se a tendências diversas e de ampliar o público leitor a *Americana* incorporou o mundanismo às suas páginas, por um curto período, retornando ao modelo primitivo e permanecendo sob a mesma orientação até seu desaparecimento.

As histórias de vida do Barão do Rio Branco e de Araújo Jorge ofereceram fontes importantes sobre o contexto no qual a revista foi criada. Assim como forneceu informações valiosas sobre as duas personagens e os círculos da sociedade pelos quais transitavam.

Desse modo ao contemplar o conteúdo veiculado na *Americana*, percebemos que a figura de José Maria da Silva Paranhos Junior perpassa sua trajetória. No momento inicial como patrocinador do periódico esteve distante das páginas da revista, sem assumir vínculos com a publicação. Após sua morte foi editado um número temático, em abril de 1913, dedicado a sua memória, elemento de destaque na construção do mito político do Barão. Já na última fase observa-se a disseminação da sua obra pelos números editados. A *Americana* encerrou sua publicação como lugar de memória de Rio Branco.

Um projeto político cultural incentivado e patrocinado pelo chanceler brasileiro que resistiu a desafios sob a direção de um dos seus discípulos, Arthur Guimarães de Araújo Jorge.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Severino J. *Conferências sobre Joaquim Nabuco*: Joaquim Nabuco e Wisconsin. Centenário da Conferência na Universidade. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2010.

ANDRADE, Luis Crespo de. Introdução: Quatro notas breves. In: REIS, Antônio et al. *Revistas, idéias e doutrinas*: leituras do pensamento contemporâneo. Lisboa: Livros horizonte, 2003.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (dois séculos de História). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BAGGIO, Kátia Gerab. Revista Americana (1909-1919) e as relações entre as Américas. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean Yves (Org.). *Política, nação e edição*: construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *A "outra" América*: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. 1998. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do FFLCH-USP, São Paulo, 1998.

BARRETO. Fernando de Mello. *Os sucessores do Barão*: relações exteriores do Brasil (1912-1964). São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BARROS, Alexandre de S. C. A formulação e implementação da política externa brasileira. In: MUÑOZ, A.; TULCHIN, J. S. *A América Latina e a política mundial*. São Paulo: Convívio, 1966.

BLOTTA, Celine Gomes da Silva; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A. G. de Araújo Jorge: um interlocutor privilegiado. In: SARMENTO, Cristina Montalvão, GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal (Coord.). *Culturas cruzadas em português*: redes de poder e relações culturais (Portugal-Brasil, sec. XIX e XX). Coimbra: Almedina, 2010. p. 89-110

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder:* Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Unesp, 1997.

BRASIL. Senado Federal. *Revista Americana:* uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919). Brasília: FUNAG / CHDD, 2001.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado. *História da Política Exterior no Brasil*. Brasília:UnB, 2002.

_____. *A política externa brasileira (1822-1985)*. São Paulo: Ática, 1986.

BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República*: anos de apogeu (1902-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. *Comportamento da economia e política exterior do Brasil (1905-1907*). São Paulo: USP, 1977.

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889-1902).* 1984. 2 v. Tese (Livre docência) – Unesp, Marília, 1984.

_____. *Política externa de Rio Branco*: o Brasil e o subsistema norte-americano (1902-1912). São Paulo: Ática, 1977.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular:* história e imagem. Bauru, São Paulo: Edusc, 2004.

BURNS, Bradford. *The unwritten alliance*: Rio Branco and the Brazilian-American relations. Nova York-Londres: Columbia University Press, 1966.

_____. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. p. 375-400.

CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João. (Org.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

CARNEIRO, Marlon de Oliveira Borges. *As interrelações entre design gráfico e história na revista Ilustração Brasileira*: possibilidade de pesquisa. Disponível em: <http://esamcuberlandia.com.br/revistaidea/index.php/idea/article/view/34>. Acesso em: 15 set. 2011.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*: Revista de História. Rio de Janeiro, n.1, 2000.

CARVALHO, Ricardo Souza de. La Revista Americana (1909-1919) y el diálogo intelectual em latinoamérica. *Revista Iberoamericana*, v. 70, n. 208-209, p. 655-676, jul./dez. 2004.

CASTRO, Fernando L. Vale. *Pensando um continente*: A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul. 2007. Tese (Doutorado em História) – UFRJ/PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores.* Brasília, DF: UnB, 1983.

CHARTIER, Roger. *A beira da falésia:* a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. *História cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CONDURU, Guilherme. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, n. 2, p.59-82, 1998.

COSTA E SILVA, Alberto da (Org.). *O Itamaraty na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

DANESE, Sérgio. *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1999.

DORATIOTO, Francisco F. M. A política platina do barão do Rio Branco. *RBPI*, Brasília, ano 43/2, 2000.

FONSECA, Vitor Manoel M. da. *No gozo dos direitos civis*: associativismo no Rio de Janeiro(1903-1916). Rio de Janeiro; Niterói: Arquivo Nacional; Muiraquitã, 2008.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (Org). *Prezado senhor, prezada senhora*: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela M. de Castro; SCHIMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas autobiográficas.* Rio de Janeiro: FGV, 2010.

GUIMARÃES, Lucia M. P.; ARAÚJO, Valdei L. de. O sistema intelectual brasileiro na correspondência passiva de John Casper Branner. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 93-110.

_____. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, ano 156, n. 388, p. 459-613, jul./set. 1995.

_____. A quimera da Atlantida e a luso-brasilidade (1915-1921). In: FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz; RIBEIRO, Gladys Sabina (Org.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

JACKSON, Kennteh David. *Conferências sobre Joaquim Nabuco*: Joaquim Nabuco e Yale. Centenário da Conferência na Universidade. Rio de Janiero: Bem-te-vi, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

KNAUSS, Paulo. *O desafio de fazer História com imagens*: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, jan./jun. 2006.

LEMOS, Renato. *Bem traçadas linhas*: a história do Brasil em cartas pessoais. Rio de Janeiro: Bom texto, 2004.

LIMA, Luiz Costa. Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil. In: _____. *Dispersa Demanda*: ensaios sobre literatura e rotina. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

LINS, Álvaro. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1945.

LOBO, Hélio. *Pan-americanismo e o Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939.

LUCA, Tânia Regina de. *A revista do Brasi*l: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Unesp, 1999.

MONTEIRO, Charles. La construcción de uma visualidad urbana moderna em las revistas ilustradas brasileñas de los años 1920. In: BORGES, Maria Eliza Linhares; MÍNGUEZ, Victor (Ed.). *La fabricación visual del mundo atlântico*: 1808-1940. Castelló de La Plana: Publicacions de La Universidad Jaume I, 2010.

MONTEIRO, Charles. A pesquisa em história e fotografia no Brasil: notas bibliográficas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.169-185, dez. 2008.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Org.). *História e imprensa*: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux.”. In: _____. *Les lieux de mémoire - La République*. Paris: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Monica P.; LINS, Vera. *O Moderno em revistas*: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ORTEGA, Any Marise. *A construção de uma ideologia continental no início do século XX*: a Revista Americana (1909-1919). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 2003.

OCTAVIO, Rodrigo. *Minhas memórias dos outros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1978. (Primeira série)

PINHEIRO, Letícia. *Política externa*: 1889-2002. Rio de Janeiro: J. Zahar , 2004.

REIS, Antônio et al. *Revistas, idéias, e doutrinas*: leituras do pensamento contemporâneo. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

REIS, Elisa P. O poder privado e a construção de estado sob a primeira república. In: BOSCHI, Renato R. *Corporativismo e desigualdade*: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RENOUVIN, Pierre ; DUROSELLE, Jean B. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: Difusão Européia, 1967.

RICUPERO, Rubens. *Rio Branco*: o Brasil e o mundo. Rio de Janeiro: Contraponto/ Petrobras, 2000.

_____. Um personagem da República. In: RICUPERO, R.; ARAÚJO, J.H. P. *José Maria da Silva Paranhos, barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 1995.

RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O dia em que adiaram o carnaval*: política externa e a construção do Brasil. São Paulo: Unesp, 2010.

SILVA. Daniella Amaral Diniz da. *Alteridade e idéia de nação na passagem à modernidade*: o círculo Rio Branco no Brasil "Ubique Patriae memor". 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (Org). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. p. 347-390.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno.* São Paulo: Cia das Letras, 1996.

TELLES RIBEIRO, Edgard. *A diplomacia cultural e o seu papel na Política Externa brasileira*. Brasília, DF: FUNAG, 1989.

RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RICUPERO, Rubens. *Rio Branco:* o Brasil e o mundo. Rio de Janeiro: Contraponto/ Petrobras, 2000.

_____. Um personagem da República. In: RICUPERO, R. ; ARAÚJO, J.H. P. *José Maria da Silva Paranhos, barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 1995.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (Org.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. p. 347-90.

VALLA, Victor. *A penetração norte-americana na economia brasileira (1900-1930)*. 1972. Tese – (Doutorado) ITA, São José dos Campos, 1972.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Rio Branco e Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Ministério das Relações Exteriores, 1946.

VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio,1959.

VIANNA, Hélio. *A história diplomática do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.